

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-graduação em Sociologia

BRUNA HAUSEMER

CRIMINALIDADE HIPERCENTRAL

UM ESTUDO SOBRE O HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE E OS
IMPACTOS DAS AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO
URBANO SOBRE OS CRIMES DE ROUBO CONSUMADO ENTRE 1998
E 2015

Belo Horizonte
2017

BRUNA HAUSEMER

CRIMINALIDADE HIPERCENTRAL

UM ESTUDO SOBRE O HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE E OS
IMPACTOS DAS AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO
URBANO SOBRE OS CRIMES DE ROUBO CONSUMADO ENTRE 1998
E 2015

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de Concentração: Sociologia do Crime, do Desvio e do Conflito

Orientador: Professor Dr. Bráulio Figueiredo Alves da Silva

Belo Horizonte
2017

301

H376c

2017

Hausemer, Bruna

Criminalidade hipercentral [manuscrito] : um estudo sobre o hipercentro de Belo Horizonte e os impactos das ações de requalificação do espaço urbano sobre os crimes de roubo consumado entre 1998 e 2015 / Bruna Hausemer. - 2017.

107 f. : il.

Orientador: Bráulio Figueiredo Alves Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.Sociologia – Teses. 2.Segurança pública - Teses .
3.Programa Centro Vivo - Teses. 4.Espaço urbano – Teses. 5.
Criminalidade urbana - Belo Horizonte - Teses . I. Silva,
Bráulio Figueiredo Alves. II. Universidade Federal de Minas
Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
III.Título.



Programa de Pós Graduação em Sociologia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

BRUNA HAUSEMER

Aos 03 (três) dias do mês de julho de 2017 (dois mil e dezessete), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado, intitulada: **"Criminalidade Hipercentral: Um estudo sobre o Hipercentro de Belo Horizonte e os impactos das ações de requalificação do espaço urbano sobre os crimes de roubo consumado entre 1998 e 2015"**. A banca foi composta pelos professores doutores **Bráulio Figueiredo Alves da Silva** (Orientador- DSO/UFMG), **Ana Marcela Ardila Pinto** (DSO/UFMG), **Marden Barbosa de Campos** (DSO/UFMG) e **Frederico Couto Marinho** (UFMG).

Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação (X)
Reprovação da Dissertação ()

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2017.

Prof. Dr. Bráulio Figueiredo Alves da Silva (Orientador- DSO/UFMG)

Profa. Dra. Ana Marcela Ardila Pinto (DSO/UFMG)

Prof. Dr. Marden Barbosa de Campos (DSO/UFMG)

Prof. Dr. Frederico Couto Marinho (UFMG)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador, Bráulio Figueiredo Alves da Silva, por todo o apoio e dedicação despendidos durante a elaboração desta dissertação. Sem nossas reuniões, seus cursos e suas excelentes sugestões de leitura, nada disso teria sido possível.

Agradeço aos meus pais, Elza Hausemer e Jean Hausemer, e as minhas tias, Mary Hausemer e Marie Hausemer, pelo apoio incondicional que me deram ao escolher realizar o mestrado em Sociologia.

Ao meu namorado, Marck Field, que durante toda essa jornada acadêmica sempre esteve ao meu lado me dando força, tornando tudo mais leve e divertido, e me proporcionando um imenso carinho e alegria.

Ao meu primo, Thomas Hausemer, que mesmo em outro continente sempre confiou em mim e mandou excelentes vibrações.

A minha querida amiga e socióloga, Nayara Amorim Salgado, que foi minha companheira número um dentro e fora das salas de aula, dividindo nossas angústias, alegrias e realizações.

Aos professores, Corinne Davis Rodrigues, Renan Springer de Freitas e Silvio Segundo Salej Higgins pelas excelentes aulas e seminários.

A Liana Valle, arquiteta urbanista da Gerência Regional de Projetos Urbanos e Requalificação do Hipercentro, pela simpatia, pelas conversas e por ter me dado acesso irrestrito aos seus arquivos.

Ao Tenente Coronel Délio de Assis Quintão, Coordenador do Centro de Informações de Defesa Social (CINDS) pela perseverança em conseguir para mim os dados dos anos anteriores ao REDS.

E a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter financiado os meus estudos.

RESUMO

Esta dissertação estuda o processo de transformação da região hipercentral de Belo Horizonte desde a sua fundação à luz das principais teorias sociológicas que interpretam o fenômeno criminal a partir de seus componentes ambientais, o que nos permite examinar a problemática da evolução da criminalidade no Hipercentro sob uma ótica diferenciada quanto à consideração do papel que o planejamento urbano e as intervenções ambientais possuem, e analisa a dinâmica criminal de roubos consumados no Hipercentro entre 1998 e 2015, englobando uma série histórica de dados que compreende um período antes, durante e após a realização do maior e mais recente programa do Poder Público Municipal de requalificação urbanística direcionado à região: o Programa Centro Vivo. Para a análise destes dados foram construídos mapas de calor e mapas de *hot spots* através do software QGIS e gráficos. Os resultados corroboraram com a hipótese que os *hot spots* não se distribuiriam por todo o território hipercentral, nem se comportariam de forma aleatória, mas se concentrariam em determinadas regiões e manter-se-iam estáveis nos períodos em que não houveram intervenções no território; que a dinâmica criminal dos roubos modificaria após as intervenções do Centro Vivo; que os *hot spots* reduziriam após as intervenções; que não haveria dispersão nem migração da criminalidade para as adjacências; e que a tendência ascendente da criminalidade enfraqueceria. Os resultados também mostraram que a maior parte do Hipercentro exibiu densidades baixas de roubos consumados durante o período analisado e que os *hot spots* apareceram em espaços que possuíam as mesmas características que foram identificadas pelo nosso corpo teórico como relacionadas positivamente com elevadas taxas criminais: áreas que haviam sido negligenciadas pelo poder público, cujas edificações e o mobiliário urbano encontravam-se em estado ruim de conservação, com elevadas taxas de vacância e/ou subutilização dos imóveis, uso predominantemente comercial, grande fluxo de pedestres e veículos motorizados, concentração de pontos de transporte coletivo, presença de parcelas da população marginalizada, atividades ilegais e/ou prostituição, e baixa vigilância.

Palavras-chaves: Segurança Pública, Programa Centro Vivo, Hipercentro.

ABSTRACT

This thesis studies the process of transformation of the hypercentral region of Belo Horizonte since its foundation in the light of the main sociological theories that interpret the criminal phenomenon based on its environmental components, which allows us to examine the problem of the evolution of crime in the Hipercentro from a different point of view regarding the role of urban planning and environmental interventions, it also analyzes the criminal dynamics of robberies between 1998 and 2015, encompassing a historical series of data that includes a period before, during and after the accomplishment of the largest and most recent program of urban requalification of the area: the Centro Vivo Program. For the analysis of this data, we constructed heat maps and maps of hot spots using QGIS software and graphics. The results corroborate with our hypothesis that hot spots would not be distributed throughout the hypercentral territory, nor behave in a random way, but would concentrate in certain regions and would remain stable in periods which there were no interventions in the territory; that the interventions of the Centro Vivo Program would alter the criminal dynamics of robberies; the hot spots would reduce after the interventions; there would be no dispersion or migration of crime into the surrounding area; and that the upward trend in crime would be weakened. The results also showed that most of the Hipercentro exhibited low densities of robberies during the analyzed period and that the hot spots appeared in spaces that had the same characteristics that were identified by our theoretical body as positively related to high criminal rates: areas that had been neglected by public authorities, whose buildings and street furniture were in a poor state of conservation, with high rates of vacancy, predominantly commercial use, intense flow of pedestrians and vehicles, high concentration of bus stops, presence of marginalized population, illegal activities and/or prostitution, and weak vigilance.

Keywords: Public Security, Centro Vivo Program, Downtown.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução anual das ocorrências de roubo consumado em Belo Horizonte e no Hipercentro (1998-2002)	76
Gráfico 2 - Evolução anual das ocorrências de roubo consumado em Belo Horizonte e no Hipercentro (2003-2008)	85
Gráfico 3 - Evolução anual das ocorrências de roubo consumado em Belo Horizonte e no Hipercentro (2009-2015)	97

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Planta original da cidade de Belo Horizonte (1895)	17
Mapa 2 - Síntese da dinâmica urbana no Hipercentro durante o período diurno	47
Mapa 3 - Síntese da dinâmica urbana no Hipercentro durante o período noturno	48
Mapa 4 - Sub-Áreas do Hipercentro.....	53
Mapa 5 - Área de intervenção do Programa Centro Vivo	56
Mapa 6 - Mapa de calor do Hipercentro (1998)	68
Mapa 7 - Mapa de hot spots no Hipercentro (1998).....	69
Mapa 8 - Mapa de calor do Hipercentro (1999)	70
Mapa 9 - Mapa de hot spots no Hipercentro (1999).....	70
Mapa 10 - Mapa de calor do Hipercentro (2000)	71
Mapa 11 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2000).....	72
Mapa 12 - Mapa de calor do Hipercentro (2001)	73
Mapa 13 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2001).....	73
Mapa 14 - Mapa de calor do Hipercentro (2002)	74
Mapa 15 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2002).....	75
Mapa 16 - Mapa de calor do Hipercentro (2003)	77
Mapa 17 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2003).....	78
Mapa 18 - Mapa de calor do Hipercentro (2004)	79
Mapa 19 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2004).....	79
Mapa 20 - Mapa de calor do Hipercentro (2005)	80
Mapa 21 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2005).....	81
Mapa 22 - Mapa de calor do Hipercentro (2006)	82
Mapa 23 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2006).....	82
Mapa 24 - Mapa de calor do Hipercentro (2008)	83
Mapa 25 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2008).....	84
Mapa 26 - Mapa de calor do Hipercentro (2009)	87
Mapa 27 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2009).....	87
Mapa 28 - Mapa de calor do Hipercentro (2010)	88
Mapa 29 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2010).....	89
Mapa 30 - Mapa de calor do Hipercentro (2011)	90
Mapa 31 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2011).....	90

Mapa 32 - Mapa de calor do Hipercentro (2012)	91
Mapa 33 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2012).....	92
Mapa 34 - Mapa de calor do Hipercentro (2013)	93
Mapa 35 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2013).....	93
Mapa 36 - Mapa de calor do Hipercentro (2014)	94
Mapa 37 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2014).....	95
Mapa 38 - Mapa de calor do Hipercentro (2015)	96
Mapa 39 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2015).....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estatísticas de crimes de furto, roubo e assalto no Hipercentro (1998-2003)41

Tabela 2 - Síntese dos efeitos teóricos das intervenções do Programa Centro Vivo.....64

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPM: Batalhão da Polícia Militar

CDL: Câmara de Dirigentes Lojistas

CIA: Companhia da Polícia Militar

CINDS: Centro Integrado de Informações em Defesa Social

COPOM: Centro de Operações da Polícia Militar

GIS: Geographic Information System

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGESP: Integração e Gestão de Segurança Pública

PBH: Prefeitura de Belo Horizonte

PMMG: Polícia Militar de Minas Gerais

REDS: Registro de Eventos de Defesa Social

SEDS: Secretaria Estadual de Defesa Social

SIDS: Sistema Informatizado de Defesa Social

SIG: Sistema de Informações Geográficas

SUDECAP: Superintendência de Desenvolvimento da Capital

ZQC: Zona Quente de Criminalidade

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE	16
2.1. Da idealização à década de 30	16
2.2. Da década de 40 à década de 60: Um período de modernização e grandes transformações	22
2.3. Da década de 70 aos anos 80: Um grande centro urbano com grandes problemas ..	26
2.4. Década de 90 e início do século XXI: O ápice da degradação e seus efeitos deletérios na Segurança Pública	39
3. PROGRAMA CENTRO VIVO	54
3.1. O que é o Programa Centro Vivo	54
3.2. As intervenções nos logradouros públicos	57
3.2.1. Praça 7	57
3.2.2. Rua Mato Grosso do Sul.....	57
3.2.3. Avenida Alfredo Balena e Alameda Ezequiel Dias.....	58
3.2.4. Praça da Estação	58
3.2.5. Rua dos Caetés	58
3.2.6. Rua dos Carijós.....	59
3.2.7. Rua Aarão Reis.....	59
3.2.8. Rua Rio de Janeiro.....	59
3.2.9. Praça Raul Soares	59
3.2.10. Mercado Central e adjacências	60
3.2.11. Avenida Amazonas.....	60
3.3. Efeitos teóricos das intervenções urbanísticas sobre a Segurança Pública	61
4. METODOLOGIA.....	65
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	68
6. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	101

1. INTRODUÇÃO

Como surge uma cidade? É possível planejar sua estrutura viária, residencial e comercial a partir de um “lugar” vazio? Quais os limites e desafios do planejamento no que diz respeito à organização e controle da cidade? A capital federal do Brasil, assim como Belo Horizonte, são exemplos de tentativas de se construir uma cidade a partir do “nada”. Mas junto com a questão estrutural, vem toda uma organização social que deve se adequar: interferindo, moldando, afetando e “desviando” todo o planejamento inicialmente pré-concebido.

No início do século XX, surgiu entre os pesquisadores norte-americanos um grande interesse em investigar a relação entre as cidades e o comportamento humano. Esses estudos, denominados de ecologia humana (Park, 1915; Burgess, 1925, McKenzie, 1924), estabeleceram relações entre a organização dos espaços urbanos com a organização social.

Nas décadas seguintes, Shaw e McKay (1942) conduziram um grande corpo de pesquisas sobre a criminalidade e as características socioespaciais dos grandes centros urbanos, conhecido atualmente como teoria da desorganização social.

A partir dos anos 60, as diferentes formas como o planejamento urbanístico pode interferir na ocorrência de crimes foram intensamente exploradas por autores como Jacobs (1961), Newman (1972) e Jeffery (1977).

No final dos anos 70, Cohen e Felson (1979) desenvolveram a teoria das oportunidades criminais, que explora a interdependência do crime com a realização das atividades rotineiras em determinados espaços urbanos.

Nos anos 80, foi a vez de Wilson e Kelling (1982) divulgarem a teoria das janelas quebradas, que disserta sobre o impacto que os sinais de desordem no meio urbano têm sobre o comportamento. Essa tradição da Sociologia de investigar a relação entre o ambiente urbano e o comportamento criminal atravessou o século e perdura até os dias atuais.

Devido a estes estudos, sabemos que o crescimento acelerado, comum nas cidades modernas, afeta profundamente a sua dinâmica organizacional. Esse fenômeno é ainda mais acentuado quando se analisa as áreas centrais. Frequentemente, esses espaços acabam sendo ocupados por um grande volume de estabelecimentos e atividades ligadas ao comércio e ao entretenimento (Park et al., 1984). Como consequência, esse processo provoca a migração dos residentes com renda mais elevada para lugares mais calmos e afastados (Burgess, 1925), sendo acompanhados pelos estabelecimentos que oferecem produtos e serviços refinados, formando os chamados “subcentros” (Giddens, 1997).

Esses movimentos marcam o início do processo de sucessão na região central e, no geral, desencadeiam a sua deterioração (McKenzie, 1924). Aos poucos, o centro da cidade passa a ser composto por um quadro ambíguo em que a prosperidade comercial e o intenso fluxo de pessoas, produtos e serviços ocorrem lado a lado com o descaso em relação ao mobiliário urbano, decadência dos imóveis e a intensificação de atividades criminais (Giddens, 1997). O desenvolvimento dos grandes centros urbanos torna-se, pois, sinônimo do aumento da criminalidade (Beato, 2002).

Belo Horizonte foi a primeira cidade moderna planejada em território brasileiro. Cada parte de seu território havia sido projetada para uma função e eram claras as delimitações e distinções entre os bairros. O Centro da cidade, principalmente, fora uma área planejada e construída para ser um lugar bonito e tranquilo onde residiriam apenas os funcionários do governo e a elite econômica da capital, e cujos poucos estabelecimentos não residenciais se restringiriam as atividades administrativas, culturais e serviços refinados (Bosi, 1983). Todavia, com o passar dos anos, ela foi perdendo essas características e assumindo outras que são comuns nos centros das grandes cidades que não são planejados: como a deterioração ambiental e a criminalidade (Barreto, 1996; Galdino, 2013).

Frente a este quadro, a Prefeitura de Belo Horizonte lançou em 2004 o Programa Centro Vivo: um conjunto de obras e projetos para a reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte. Mais de 100 milhões de reais foram investidos em intervenções para a recuperação das características originais dos principais espaços públicos centrais aliando preservação, funcionalidade e segurança (PBH, 2016).

Esta dissertação pretende estudar o processo de transformação da região hipercentral de Belo Horizonte à luz das principais teorias sociológicas que interpretam o fenômeno criminal a partir de seus componentes ambientais, o que nos permitirá examinar a problemática da evolução da criminalidade no Hipercentro sob uma ótica diferenciada quanto à consideração do papel que o planejamento urbano e as intervenções ambientais possuem, e analisar a dinâmica criminal de roubos consumados no Hipercentro entre 1998 e 2015, englobando uma série histórica de dados que compreende um período antes, durante e após a realização do maior e mais recente programa do Poder Público Municipal de requalificação urbanística direcionado à região: o Programa Centro Vivo.

Inspirado pelo arcabouço teórico, a nossa hipótese é que os *hot spots* de roubos não se distribuem de forma homogênea por todo o território hipercentral, mas se concentram em determinadas regiões e se mantêm estáveis nos períodos em que não há intervenções urbanísticas no território. Acreditamos que após as intervenções urbanísticas do Centro Vivo

houve atenuação dos *hot spots* e que não ocorreu dispersão ou migração da criminalidade. Também acreditamos que a tendência ascendente que as taxas de roubos consumados apresentavam antes das intervenções enfraqueceu.

Cientes que as incidências criminais podem ter sido afetadas pelas medidas de segurança implementadas na cidade durante o período das ações do Programa Centro Vivo – criação da Guarda Municipal, implantação do Olho Vivo, IGESP e as operações policiais sazonais –, esta dissertação não intui mensurar o efeito exato do Programa Centro Vivo. A interseção espaço-temporal destas medidas com as intervenções do Programa Centro Vivo torna extremamente complexo precisar o efeito causal de cada um desses fatores individualmente.

Não obstante, o tema proposto se justifica pela importância do Hipercentro na cidade e a relevância de se fazer contribuições sociológicas para uma melhor compreensão da intrincada relação entre este espaço urbano e a criminalidade.

Esta dissertação possui seis capítulos. O primeiro compreende esta introdução. No capítulo seguinte, exploraremos a história de nosso objeto de estudo, o Hipercentro, do período de sua concepção à atualidade ao mesmo tempo em que vamos apresentando o nosso embasamento teórico. A concomitância é intencional com o objetivo de estabelecer relações entre a teoria e o objeto de estudo.

O terceiro capítulo apresentará o Programa Centro Vivo, o cronograma e o conteúdo das intervenções realizadas nos espaços públicos hipercentrais. Ao final do capítulo, propomos uma interpretação das ações do Programa à luz do nosso arcabouço teórico: como mudanças físicas que possuem potencial de causar alterações ambientais que inibam o surgimento de contextos propícios a realização de atos criminais.

No quarto capítulo, é explicada a metodologia da pesquisa, explicitadas as perguntas que a orientaram, nossa hipótese e a forma como os dados foram tratados.

Os resultados são apresentados e discutidos no quinto capítulo.

O sexto e último capítulo é destinado às considerações finais deste trabalho.

2. HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE

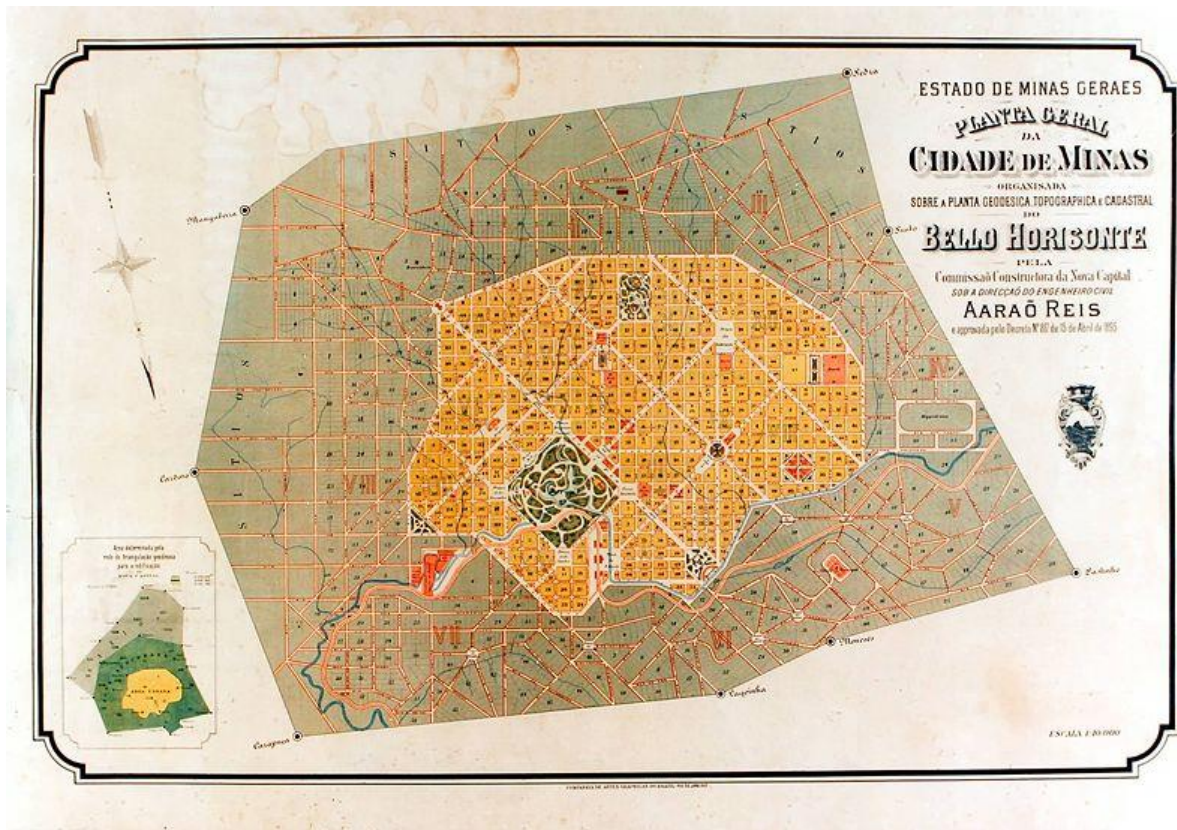
Este capítulo dedica-se ao estudo da história do espaço que atualmente forma o Hipercentro de Belo Horizonte, sendo subdividido por períodos determinados pela autora para auxiliar a atenção do leitor a temporalidade das transformações. Conforme foi dito na introdução, ao longo deste mesmo capítulo serão apresentadas as teorias que embasam a dissertação com o objetivo de tecer de forma dinâmica relações entre elas e o objeto de estudo.

2.1. Da idealização à década de 30

A história de Belo Horizonte se inicia bem antes de sua construção, com a desapropriação do antigo Arraial de Nossa Senhora do Curral Del Rey através da Lei nº 3 da Constituição Estadual de Minas Gerais. Para a concepção daquela que viria a ser a primeira cidade planejada em território brasileiro, foi contratado o engenheiro Aarão Reis, encarregado do desenho da planta da nova capital que centralizaria as atividades políticas, administrativas e culturais de Estado. Para formar a comissão de projeto e implantação, ele convidou os engenheiros José de Magalhães, formado na École des Beaux-Arts de Paris, o francês Paul Villon e o suíço João Morandi, também formado na França e envolvido na construção da cidade argentina de La Plata (Barreto, 1996).

A planta original de Belo Horizonte é marcada por malhas superpostas, delimitadas por uma avenida circular, e faz distinção entre três zonas de ocupação concêntricas: zona urbana, zona suburbana e zona rural.

Mapa 1 - Planta original da cidade de Belo Horizonte (1895)



Fonte: Comissão Construtora de Belo Horizonte

Ao analisar esse projeto de cidade moderna podemos identificar algumas semelhanças da zona urbana com as famosas obras de Barão Haussmann e L'Enfant, conhecidos pelo zelo entre a relação estética, a fluidez no meio urbano e a adoção das ideias higienistas, que separam os grupos privilegiados dos demais. Esse modelo de planejamento conduziria a um processo de segregação sócio-espacial que não se restringe apenas à capital mineira, criando o que alguns autores chamam de “espacialização social elitista” (Lemos, 1988).

Além da função primária de viabilizar os deslocamentos urbanos, as avenidas foram dispostas de forma que facilitassem a observação da população. Devido à configuração perpendicular entre elas, os encarregados da manutenção da ordem pública podiam se posicionar nos cruzamentos e ter um amplo campo de visão. Com exceção da Praça da Liberdade, as praças também desempenhavam o papel de proporcionar perspectiva ao serem alinhadas estrategicamente ao longo do tecido urbano.

Os prédios públicos mais importantes ficavam no centro da zona urbana, o Palácio do Governo, as Secretarias, a Prefeitura e o Palácio da Justiça foram erguidos ao redor da Praça da Liberdade. Nas imediações, foram construídas as residências dos funcionários e de outros

membros da classe alta, formando o bairro Funcionários, a Igreja da Matriz e estabelecimentos refinados – teatros, cinemas, bons restaurantes, clubes particulares e hotéis de luxo.

O desenvolvimento do que hoje constitui o Hipercentro de Belo Horizonte estará diretamente relacionado a estas disposições urbanísticas estabelecidas pelo plano de Aarão Reis e sua equipe, sobretudo à localização escolhida para implantar os principais edifícios da capital, entre os quais seriam formados eixos estruturadores, e à alta densidade de vias de acesso e artérias viárias que cortam e se cruzam na área, o que fizeram da porção norte da zona urbana o núcleo¹ da nova capital (Belo Horizonte, 1989; Sant’Anna, 2008).

Distanciando-se do centro, além do Mercado Municipal, tinha início o Bairro Comercial, erguido sobre a atual esplanada da Lagoinha. Nesta região, como o nome sugere, foram estabelecidos o comércio, os armazéns, as pequenas fábricas e residências de tipo misto onde residia a classe média.

Às margens do rio Arrudas foi construída a Estação Ferroviária Central e as instalações de apoio – galpões, depósitos e armazéns –, formando a “porta de entrada” da cidade para pessoas e mercadorias, que chegavam principalmente do Rio de Janeiro (Sant’Anna, 2008). Esta configuração deu a esta região uma vocação espacial não intencional que privilegiaria a construção de hotéis, bares e pequenas lojas (Villaça, 2001).

Em contraste com a elegante e funcional zona urbana, a zona suburbana era caracterizada por um traçado assimétrico e distribuição irregular de serviços. Nela, foram morar os trabalhadores usados para a construção da cidade e os antigos moradores locais (Costa, 1994). Devido ao crescente número de imigrantes, operários e trabalhadores da construção civil que chegavam ano após ano em Belo Horizonte para ajudar na sua construção e em busca de outras oportunidades de emprego, em 1912, a zona suburbana já abrigava 68% da população da capital, que era formada por 38.000 habitantes. Alguns historiadores afirmam que ela fora construída exclusivamente para abrigar a classe baixa, o que facilitaria a manutenção do higienismo na zona urbana (Sevcenko, 1983).

Já neste período, pode-se notar o descaso do Poder Público em relação aos cidadãos de baixa renda, que seriam obrigados a residir nesta região que carecia de infraestrutura por ser a única na capital com valores imobiliários acessíveis a eles.

A forma como Belo Horizonte foi planejada agrava o fenômeno da segregação social adicionando a ele um elemento físico. A segregação socioespacial resultante faz parte do

¹ O núcleo corresponde à região da Rodoviária, Av. Santos Dumont e Praça da Estação.

processo de diferenciação em agrupamentos econômicos e culturais que dá forma e caracteriza a cidade. Segundo Burgess (1925), essa segregação ofereceria ao grupo um lugar e um papel na organização geral da vida urbana e formaria áreas naturais, cuja tendência seria atrair determinados tipos de indivíduos, tornando-as cada vez mais diferenciadas.

A concepção elitista e excludente de gestão do espaço público durante este período da história brasileira foi muito estudada por Nicolau Sevcenko (1983), que a sintetizou em quatro princípios básicos: condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória aos populares; negação de todo e qualquer elemento da cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense; e políticas de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, destinada para o desfrute exclusivo das camadas superiores.

O planejamento urbano resultante da adoção desses princípios gerava cidades onde se verificavam configurações socioespaciais distintas das cidades americanas dos anos de 1910 e 1920 estudadas pela Escola de Chicago, as quais frequentemente apresentavam o modelo *The Loop* (Burgess, 1925), segundo o qual, o desenvolvimento urbano ocorre através de zonas concêntricas, formando cinco áreas com características distintas: a primeira era constituída pelo centro comercial; ao seu redor, a *zona de transição*, marcada pela visível deterioração, intensa rotatividade de moradores e que sofre com a eminente invasão por parte do comércio e pequenas manufaturas; a terceira área era habitada por trabalhadores que fugiam da degradação, mas ainda queriam permanecer próximos aos seus trabalhos; e, na periferia, havia a área residencial onde residiam as classes altas.

Todavia, representando uma *exceção na morfologia social da capital*², na região situada entre o Mercado Municipal e a Praça da Estação, havia áreas cujo planejamento original não foi completamente atendido, deixando espaços no tecido urbano que desde o início apresentaram sinais de degradação em relação ao seu entorno e certo abandono estrutural, onde residiam alguns cidadãos da classe baixa (Lemos, 1989). O entorno da Praça da Estação também apresentou aspectos indesejados do ponto de vista dos planejadores: hotéis e pensões baratas. Estes estabelecimentos haviam se desenvolvido frente a demanda das centenas de recém-chegados que desembarcavam diariamente na Estação. Ao seu redor, desenvolveram-se o comércio dos turcos e judeus, os botequins, salões de dança e os bordeis

² LEMOS, Celina Borges. Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte. **FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, MG**, 1988. p.99.

– formando um ambiente de catarse para os moradores da capital. Um espaço para a extravagância e onde a fuga dos padrões morais não seria condenada, uma *zona moral*³.

Apesar do minucioso planejamento para que o centro de Belo Horizonte pudesse ser mantido como um espaço requintado, recepcionando apenas os hábitos e a cultura da classe alta, a região foi progressivamente assumindo moldes distintos dos esperados. Mas por que isso ocorreu?

A resposta a essa questão pode ser encontrada na teoria proposta por Robert E. Park (1915) na qual ele afirma que a cidade teria suas raízes nos hábitos e costumes daqueles que a povoam, conseqüentemente, ela teria não apenas uma organização física, como uma organização moral que seria impossível de ser controlada através de meros planejamentos institucionais. Essas duas formas de organização, por sua vez, interagiriam e se modificariam mutuamente. O anonimato e, conseqüentemente, o enfraquecimento dos laços sociais, fenômenos comuns nas grandes cidades, reduziriam as inibições individuais e propiciaria, em alguns lugares específicos, o aumento vício e do desvio. A permissividade aliada a multiculturalidade encontrada no meio urbano criaria uma via para que as excentricidades, normalmente recalçadas ou controladas no ambiente das pequenas comunidades, escapassem e se desenvolvessem ao fornecer oportunidades para que os indivíduos que compartilham idiosincrasias se reunissem, formando essas “zonas morais”. Estabelecimentos como bordeis, cassinos e bares, por sua vez, surgiriam justamente da oportunidade de explorar os impulsos humanos que naquele turbulento meio urbano aflorariam com menor dificuldade (Park, 1915).

Esses fatores começam a se agravar durante a década de 1920 com o crescimento da indústria de bens de consumo e a implantação de empresas siderúrgicas pelo Estado. Nesse período, a capital passa por um grande desenvolvimento impulsionado pela aceleração econômica e a crescente oferta de empregos atrai um enorme número de migrantes (FIEMG, 2009). Nestes anos, o setor terciário também se expande e passou a se concentrar cada vez mais na área central, ocupando espaços que antes eram exclusivamente residenciais (Belo Horizonte, 2015).

Segundo McKenzie (1924), essas grandes migrações populacionais para a cidade causam expansão no desenvolvimento da comunidade que, excedendo a sua capacidade natural, resultam em uma situação de crise ou desorganização. A região central de Belo Horizonte não escapou desse processo. No núcleo e no entorno da Praça Sete, em particular,

³ Termo utilizado por Park (1979) para se referir a zona de perdição e vício das grandes cidades, cujos frequentadores não necessariamente residem ali, mas se reúnem e compartilham seus gostos e temperamentos desviantes.

aparecem as primeiras sedes bancárias mineiras – o Banco do Comércio e Indústria em 1923, Banco da Lavoura em 1927 e Banco Mineiro em 1928 – o que ocorreria juntamente com um aumento expressivo do comércio (Belo Horizonte, 1989).

Ainda segundo a literatura utilizada nessa análise, devido ao rápido aumento do uso comercial em uma região tradicionalmente residencial, acelera-se o processo de *junking*, caracterizado pelo aumento da degradação ambiental e sua desvalorização imobiliária (Burgess, 1925). Desmotivados pela progressiva deterioração do entorno, a manutenção do corpo edificado passa a ser negligenciada e os proprietários dos imóveis são colocados sob o impulso econômico de alugar suas propriedades para serviços parasitários e transitórios – que podem ser economicamente rentáveis e lucrativos, mas são socialmente indesejados e frequentemente considerados vergonhosos para a comunidade tradicional (McKenzie, 1924).

Fazendo um paralelo com o Centro, pode-se dizer que a região passou exatamente por esse processo já na década de 1920, período em que quarteirões residenciais foram permeados pelo comércio e alguns imóveis passaram a exibir uso misto e a alugar espaços juntos aos andares inferiores para uso comercial, comprometendo a estética de suas fachadas.

Em 1930, a capital já possuía 120.000 habitantes e não apresentava sinal de inflexão da tendência de crescimento (Belo Horizonte, 2015). Localizada entre as principais vias da cidade e serviços públicos, a Praça Sete era a principal referência simbólica e econômica da capital e passa a abrigar o principal ponto de bondes do centro – um serviço público que atua como forte centralizador e indutor de atividades (Belo Horizonte, 1989; Sant’Anna, 2008).

Ao longo desta década também foram construídas na região central as Faculdades Federais de Direito, Arquitetura, Odontologia, Filosofia e Engenharia, o que atraiu os estudantes e desencadeou a construção de pensionatos para mulheres e repúblicas estudantis (Belo Horizonte, 2015).

O ingresso abrupto de uma enorme população em uma determinada área urbana tem o efeito semelhante ao de uma onda, inundando as áreas em que há menos resistência por parte dos moradores, que normalmente se deslocam para a zona seguinte e assim por diante, até que a força da onda se exaure (Burgess, 1925). No meio biótico, diria que esse processo é caracterizado por etapas de invasão, conflito, dominação e sucessão (Burgess, 1925; McKenzie, 1924).

A expansão em ritmo acelerado pela qual a capital passava impedia que fosse feito um controle estrito de como o seu solo era ocupado, o que vinha ocorrendo de forma desordenada aos olhos dos gestores (PLAMBEL, 1979). Na tentativa de fazer com que a cidade não saísse mais dos moldes do planejamento original, o governo municipal elaborou um plano que

objetivava ordenar o uso do solo. Segundo ele, a região central estava permeada por vazios e passou a ser adotada a ferramenta urbanística de valorização virtual do solo para estimular a ocupação e o adensamento da região, o que acabou impulsionando o seu processo de verticalização (PLAMBEL, 1979).

Para Jacobs (1961), a cidade é um território de relações no qual cada cidadão busca satisfazer suas necessidades e realizar seus quereres, uma realidade viva e pulsante que compõe uma complexa rede de fluxos de pessoas, mercadorias, matérias e energias em constante movimento que seguem uma lógica natural própria. Logo a imposição de planejamentos rígidos pautados em normas urbanísticas que surgem “de cima para baixo”, como a valorização virtual do solo adotada pela Prefeitura de BH para estimular o adensamento populacional no centro, configuraria uma doutrinação da dinâmica urbana, sendo nociva para a população e para a organização da própria cidade.

As primeiras décadas da história de Belo Horizonte acabaram provando que a cidade tende a assumir uma organização que não segue moldes de planejamento e dificilmente pode ser controlada. Sua organização, assim como a da maioria das grandes cidades modernas é, pois, determinada pelas predileções dos indivíduos, pela conveniência, pelas vocações e pelos interesses econômicos que, inevitavelmente, vão segregando e classificando as populações (Park, 1915; Burgess, 1925, McKenzie, 1924; Park et al., 1984). Isto é, por uma dinâmica socioestrutural que ultrapassa os limites arquitetados e previstos em sua concepção original.

2.2. Da década de 40 à década de 60: Um período de modernização e grandes transformações

No início da década de 1940, a cidade ultrapassava os 200.000 habitantes. Esse número tendia a aumentar com a conclusão da Cidade Industrial, que ocorreu em 1942 e implantou um complexo parque industrial nas mediações da capital.

O processo de verticalização da região central, que já havia sido iniciado, foi acelerado pelo aumento populacional decorrente da industrialização e pelo conseqüente crescimento econômico (Iglésias e De Paula, 1988). Casarões, casas antigas e outras formas de edificações tradicionais foram paulatinamente cedendo lugar para a construção de prédios de apartamentos com capacidades para abrigar dezenas de famílias e enormes edifícios de escritórios, como o Acaiaca - que foi construído sobre o espaço antes ocupado pela igreja

Metodista (Lemos, 1988). Essas transformações fizeram com que o Centro passasse por um grande aumento em sua densidade residencial na década (Belo Horizonte, 2015).

Acompanhando o movimento de verticalização e os demais aspectos de metrópole moderna que a capital mineira assumia, as vias foram sendo remodeladas para facilitar a articulação entre a região central e a periferia, as ruas de paralelepípedos foram substituídas pelo asfalto e o transporte público reforçado pela implantação de novas linhas de bondes (Veloso, 1947). O principal acesso para a Cidade Industrial se dava pela Av. Amazonas, que fora prolongada durante a gestão de Juscelino Kubitschek para atender melhor a região (Belo Horizonte, 2015). Essas modificações fizeram com que o centro de Belo Horizonte se tornasse mais conectado, portanto, mais ocupado por pessoas de diversos lugares, caracterizando essa área como um lugar de fluxo de desconhecidos e de anonimato (Taylor, 1995)

Durante os anos 50, a população atingiu os 700.000 habitantes (Belo Horizonte, 2015). A região central da capital era caracterizada majoritariamente pela moradia verticalizada que abrigava as classes alta e média, e pelas notáveis taxas de concentração de atividades terciárias (Lemos, 1988).

As antigas imagens e representações do centro tradicional não eram mais tão nítidas. A demolição de muitos dos espaços aos quais às memórias dos antigos moradores se prendiam levou consigo parte da identidade coletiva que existira (Bosi, 1983). A maioria dos empreendimentos que antes caracterizavam a Rua da Bahia como um importante ponto de socialização fecharam suas portas. Foi o fim de muitos hotéis, restaurantes, teatros e bares tradicionais que serviram de cenários para o encontro e convívio de milhares de belo-horizontinos durante as primeiras décadas da cidade (Belo Horizonte, 2015).

Para os historiadores, os anos 50 foram marcados pelo desaparecimento de parte da vida tradicional que fora característica do Centro de Belo Horizonte (Bosi, 1983; Lemos, 1988). Essas transformações enfraquecem os laços sociais e a capacidade local de controle informal, elementos que são cruciais para a manutenção da organização social⁴ em uma região (Shaw e McKay, 1942; Bursick e Grasmick, 1993; Sampson e Groves, 1989; Sampson et al, 1997).

Também nos anos 50, o bonde foi substituído pelo trólebus e a criação da rodovia BR-3 acarretou uma relevante diminuição no contingente humano que antes movimentava a Estação (Belo Horizonte, 2015) Em consequência dessa mudança, muitos dos hotéis ao redor da Praça da Estação foram ficando menos procurados e se deteriorando, passando a serem

⁴ Esse fenômeno será explicado ao abordarmos a teoria da desorganização social. Ver sessão 2.3. “Da década de 70 aos anos 80: Um grande centro urbano com grandes problemas”.

usados como repúblicas ou convertidos em bordéis e motéis – aumentando a aglomeração desses tipos de estabelecimentos na região (Lemos, 1988). Essas mudanças confirmam a separação simbólica do Centro em "alto" e "baixo", este marcado pela desorganização cujos sinais já se fizeram presentes pouco após a inauguração da capital.

Durante a década de 1960, a intensa expansão da cidade desencadeou a conurbação com os municípios circundantes e os espaços urbanos foram mais modificados em favor da circulação do crescente número de automóveis (Belo Horizonte, 2015).

Ao longo do processo de desenvolvimento urbano, os anos 60 abarcaram transformações que causaram o redirecionamento na forma como ocorria à ocupação do Centro. O mercado residencial já não demonstrava mais interesse em fazer investimentos na região (Lemos, 1988) e a grande concentração de serviços e facilidades intensificou a preferência do setor terciário pela ocupação das áreas que haviam sido destinadas ao uso residencial (Vilela, 2006).

Por conta disso, o centro passou por uma profunda reconfiguração que consistiu por um lado em um decréscimo populacional e, por outro, pela alteração do perfil daqueles que ocupavam a região. Ao mesmo tempo em que a região central perde sua característica de área residencial, as transformações urbanas desde sua concepção até esse período permitiram que o Centro se consolidasse como espaço dos movimentos sociais, principalmente das reivindicações populares e das manifestações políticas (Lemos, 1988, Bosi 1983; Machado da Silva, 1978).

O edifício Maletta – prédio de uso misto formado por uma galeria que abrigava bares, restaurantes e livrarias sob um gigantesco conjunto de apartamentos simples – traduzia a efervescência da época do ponto de vista moral e político. Ele congregava os mais diferentes grupos sociais, da “juventude coca-cola” aos grupos de intelectuais, homossexuais e profissionais do sexo (Machado da Silva, 1978).

Toda essa efervescência acabou despertando ainda mais insatisfação nos moradores tradicionais, que optaram por adquirir novas residências na região Sul da capital, deslocando os investimentos do setor imobiliário e do comércio de luxo. As classes mais altas também passaram a evitar frequentar a região central (Machado da Silva, 1978; Lemos, 1988).

O resultado dessa substituição territorial de um grupo social por outro é denominada na ecologia humana de *sucessão* (McKenzie, 1924). Esse fenômeno inicia-se com a *invasão*, quando indivíduos se mudam para um bairro habitado majoritariamente por integrantes de um grupo social distinto do deles. A resistência à invasão depende do tipo de invasor e da solidariedade entre os membros do grupo primário. De acordo com McKenzie (1924), o

invasor indesejável costuma penetrar através dos pontos de alta mobilidade e baixa resistência. A invasão por grupos socialmente indesejáveis geralmente acarreta desvalorização da terra e gera incômodos aos antigos moradores que, sentindo-se repelidos, tendem a mudar para outras regiões. Com o aumento no número de membros do grupo invasor no bairro ocorre a *dominação* da região e, conseqüentemente, a sucessão do antigo grupo residente (McKenzie, 1924).

É possível fazer um paralelo entre essa discussão e o processo pelo qual Belo Horizonte estava passando durante a década de 1960. A invasão por diferentes grupos sociais causou repulsa por parte dos residentes tradicionais e impulsionou a sua saída da região. Devido ao crescimento da capital, a intensificação da atividade comercial e da prestação de serviços na região, espaços exclusivamente residenciais foram sucedidos pelo uso comercial, formando segmentos de ruas exclusivamente comerciais. Ambos os fenômenos foram acompanhados pela diminuição no valor imobiliário da região (Belo Horizonte, 2015).

A partir dos anos 60, não se observava mais apropriação social do espaço público central pelas classes elevadas, que passaram a utilizá-la apenas como lugar de passagem (Lemos, 1988). A área central se torna cada vez mais utilizada como ponto de desembarque e baldeação de linhas de ônibus municipais e intermunicipais, aumentando massivamente o número de transeuntes e acelerando o processo de desgaste da região. Com a crescente deterioração do ambiente urbano central, tanto o capital privado quanto o Poder Público procuraram novas regiões para os seus investimentos, e as atividades administrativas, o comércio nobre e os edifícios de luxo não ampliavam mais a sua taxa de incidência no centro da cidade (Lemos, 1988; Machado da Silva, 1978; Vilela 2006).

A arquitetura desse período se direcionou para a construção de apartamentos bem pequenos, estilo quarto-e-sala, acompanhando a mudança no perfil de seus habitantes e a tendência a rotatividade que a região estava assumindo:

Os impactos causados pelas intervenções do poder público no centro nos anos 60 e 70 revelaram uma segregação social nos seus espaços. Nota-se que, entre as poucas intervenções efetuadas, foram privilegiadas as áreas menos conturbadas, onde se instalavam os serviços de melhor qualidade. Além do mais, a destruição de marcos de referência e do meio ambiente levou a uma perda da identidade coletiva do lugar, já modificado pela concentração de atividades. Tantas mudanças não geraram nenhum tipo de retorno para a população e apenas aceleraram a degeneração da área. A destruição do patrimônio urbano do centro não resultou em nenhum ganho em termos de qualidade de vida, tendo ocasionado uma verdadeira transição social. Houve um esvaziamento populacional expressivo na região, com uma perda de 14% dos seus habitantes. [...] este passa a atrair um outro fluxo de população, formada pelas pessoas vindas do interior e também da periferia. Logo, os grupos de maior poder aquisitivo, que representavam a identidade do lugar, ao deixá-lo, ocasionam

uma substituição em nível social. [...] Há uma substituição social apreciável, baseada num novo fluxo de pessoas que não têm um perfil único. A partir dessa nova composição social, o centro adquire mais um papel - o de lugar da moradia provisória - sendo que seus espaços ganham um alto grau de rotatividade. Como lugar de passagem, rompe-se o *Ringstrasse*, que situava o local no contexto da segregação social, enquanto região privilegiada para se morar e viver (Lemos, 1988, p.271).

Decorrente de seu desenvolvimento acelerado que acabou impossibilitando um estrito controle urbanístico governamental (Park, 1915), Belo Horizonte foi paulatinamente se assemelhando ao modelo de “Loop” proposto por Burgess (1925), sobre o qual falamos anteriormente. A grande concentração do comércio e de serviços passou a caracterizar o Hipercentro da capital, sendo circundado por uma área de transição fisicamente deteriorada e que apresentava rotatividade da população residente. Distanciando-se do centro, iam sendo formados bairros residenciais com elevados valores imobiliários e habitados pelas classes altas.

O processo que deu origem a essa configuração espacial – bem diferente daquela que a elite e os projetistas da capital ansiaram: o centro como habitat exclusivo dos ricos – é considerado por Burgess (1925), McKenzie (1924) e Park (1915) um processo natural de diferenciação em agrupamentos econômicos e culturais a que todas as cidades acabarão se submetendo.

2.3. Da década de 70 aos anos 80: Um grande centro urbano com grandes problemas

Durante os anos 70, o Censo aponta o Hipercentro como a região mais verticalizada de Belo Horizonte - encapsulando 63,3% de todas as unidades prediais existentes dentro da Avenida do Contorno. Ele também concentra 60,4% dos empregos do setor comercial, 39,7% do setor de serviços e 16,7% do setor industrial da capital, e é ponto de passagem e convergência da maioria das linhas de transporte coletivo que servem a cidade.

Com uma considerável distância entre os pontos de ônibus – o que fazia com que os usuários fossem obrigados a caminhar cerca de 10 minutos – as ruas do Hipercentro, apesar de representarem apenas 3,3% do total da área urbanizada do aglomerado metropolitano, recebiam diariamente uma massa de 400.000 pessoas em média (PLAMBEL, s/d).

O enorme número de transeuntes decorrentes da disposição das vias, do terminais, da grande concentração de empregos e da ofertas de serviços, somavam-se a já elevada densidade habitacional da região, acelerando a transformação do espaço urbano central e seu

processo de degradação. Este Hipercentro dos anos 70 é caracterizado pelo Instituto Horizontes como uma área urbana em estado de crise:

Essa crise manifesta-se principalmente pela redução da densidade econômica e da degradação das condições ambientais. O modelo de transporte coletivo, que está superado há cerca de 15 anos, faz convergir para o Hipercentro a maioria de suas linhas e utiliza as vias da área central para operações de transbordo. Há perda da população residente, congestionamento de veículos e pessoas e invasão das calçadas pelo comércio informal.

A função passagem, que não é uma função central, está sufocando a função “destino” que confere vida ao Hipercentro, ficando a centralidade cada vez mais comprometida. A perda da acessibilidade faz com que as atividades típicas dos grandes centros migrem para suas periferias, sendo substituídas por atividades de comércio e serviços típicos dos centros de bairros. (Horizontes, 2005, p.14)

Muitos autores demonstraram que essa transitoriedade populacional em uma região urbana é uma característica que favorece a maior ocorrência de crimes e probabilidade de vitimização naquele espaço (Roncek, 1981; Taylor, 1995; Reynald, 2011). Se por um lado, a utilização intensa de um espaço público pode reduzir a criminalidade sob determinadas circunstâncias – como quando há integração entre os seus usuários (Jacobs, 1961) ou coesão e controle entre residentes (Sampson et al 1997) –, por outro lado, as grandes aglomerações desconexas e um intenso fluxo de transeuntes – como o observado na região central de Belo Horizonte, constituído principalmente por moradores de distintas origens sociodemográficas e migrantes oriundos de outras cidades (PLAMBEL, s/d) – se relaciona positivamente com as taxas criminais, relação particularmente intensa quando analisamos os crimes contra o patrimônio. (Roncek, 1981; Reynald, 2011). Isso se deve ao fato da enorme população flutuante proporcionar anonimato, o que diminui a capacidade de reconhecimento e controle natural feita pelos habitantes da região, reduzindo a capacidade de detectar possíveis ofensores (Taylor, 1995) ao mesmo tempo em que as oportunidades para sua atuação é aumentada (Cohen e Felson, 1979; Felson, 2006).

Posicionamento semelhante ao do Instituto Horizontes foi emitido pela PLAMBEL (PLAMBEL, s/d), que afirmou em documento oficial que durante a década de 70 a região central vivenciava um período de rápida transformação e degradação do espaço urbano que obtinha um reflexo negativo sobre a dinâmica urbana da área central que:

[...] Manifesta-se através da qualidade ambiental deteriorada, pela saturação dos passeios, da **criminalidade juvenil**⁵, atuando ainda sobre o uso do solo com o estímulo de ocorrência de atividades de pequeno porte voltadas para o suprimento de

⁵ Destaque feito pela autora.

bens de consumo imediato, próprios da estrutura do comércio de bairro (PLAMBEL, s/d, s/p).

A partir deste período, vemos que a criminalidade, sobretudo a juvenil, começa a ser citada como mais um dos problemas que afetam a qualidade do espaço público da região hipercentral de Belo Horizonte. A delinquência por parte de menores de idade, principalmente se tratando de crimes contra o patrimônio e ações de menor potencial ofensivo, constitui um fenômeno comum das grandes cidades modernas, tendo sido estudada por inúmeros autores (Shaw e McKay, 1942; Cloward e Ohlin, 1993, Hirschi, 1993; Reiss e Rhodes, 1961).

Sobre essa temática, o estudo de referência que relacionou a delinquência juvenil à desorganização social foi realizado nas primeiras décadas do século XX por Shaw e McKay (1942), que analisaram as variações nas taxas oficiais de delinquência juvenil por unidade geográfica das cidades americanas com o propósito de determinar o quanto as diferenças sociais e econômicas locais se relacionavam com as variações dessas taxas. Em todas as cidades estudadas, foram encontrados padrões similares de distribuição da criminalidade juvenis: as áreas com as maiores taxas sempre possuíam elevados índices de rotatividade populacional, baixo status socioeconômico, heterogeneidade do ponto de vista étnico/cultural e a maior parte de seus moradores declarava que gostariam de se mudar para outros bairros assim que obtivessem condições financeiras para tal.

Esse estudo é a base do que é conhecido na Sociologia como teoria da desorganização social, que postula que o crime ocorre nas áreas socialmente desorganizadas – comunidades que não podem resolver coletivamente os problemas, alcançar objetivos e prevenir comportamentos socialmente indesejáveis (Grasmick e Burgess, 1993, Sampson et al, 1997).

Para além dos elementos que caracterizam um bairro como desorganizado e propenso à criminalidade (heterogeneidade, baixo status socioeconômico e rotatividade), a teoria da desorganização social iniciada por Shaw e McKay (1945) tem sido expandida por estudiosos através da identificação de duas dimensões básicas de controle social: A primeira dimensão consiste nas normas compartilhadas pela comunidade que são usados para avaliar o comportamento adequado e inadequado, enquanto a segunda dimensão é composta pelos recursos que permitem aos grupos sancionar e evitar comportamentos inadequados – os laços sociais permitem que as comunidades desenvolvam as normas comuns de comportamento considerado adequado, enquanto as características econômicas e demográficas moldam a capacidade do bairro de formar os laços sociais que levam ao compartilhamento de normas comuns e a capacidade de fazer cumprir as normas que existem (Ramney e Shrider, 2014).

A identificação dessas duas dimensões básicas de controle social permitiu o desenvolvimento de pesquisas que demonstraram que: Índices de criminalidade elevados são encontrados nas áreas onde os moradores têm redes de amizade limitadas e baixas taxas de participação organizacional (Sampson e Groves, 1989); bairros onde os moradores estão dispostos a intervir, participar em atividades sociais e confiam que seus vizinhos farão exatamente o mesmo, apresentam menos criminalidade (Sampson, Raudenbush e Earls, 1997); a participação em organizações locais também revelou estar associada à eficácia coletiva⁶ que, por sua vez, é associada a taxas de criminalidade mais baixas (Sampson, 2012); a desvantagem socioeconômica limita a capacidade e a predisposição dos moradores do bairro de participar de atividades de controle social, o que diminui a capacidade da comunidade de controlar e regular o comportamento, tornando o crime mais provável (Bellair, 1997; Bursik e Grasmick, 1993; Guest et al, 2006; Kubrin e Weitzer, 2003; Peterson e Krivo, 2010); as instituições locais tendem a ser mais fracas em áreas que são mais pobres, são racial ou etnicamente heterogêneas, ou têm maiores taxas de rotatividade populacional (Triplett, Gainey e Sun, 2003); pessoas que estão há mais tempo em um bairro ou que pretendem viver em uma área por períodos longos exibem taxas mais elevadas de participação organizacional (Wandersman, Florin, Friedmann e Meier, 1987); a baixa rotatividade populacional também aumenta a probabilidade de que as pessoas conheçam bem seus vizinhos e estabeleçam laços sociais fortes (Guest et al., 2006).

Segundo esses resultados, podemos inferir que as condições apresentadas pelo Hipercentro durante os anos 70 - intensa rotatividade de moradores, composição heterogênea do ponto de vista cultural e carência relativa de recursos econômicos - afetaria a habilidade dos moradores de formarem laços sociais ou manterem uma sociedade civil que fosse capaz de se autorregular, assim como se organizar de forma a atuar eficazmente dando resposta aos problemas da região (Shaw e McKay, 1942; Skogan, 1989; Sampson e Groves, 1989; Bellair, 1997; Bursik e Grasmick, 1993; Guest et al, 2006; Kubrin e Weitzer, 2003).

A pesquisa de Origem e Destino de 1972 (Fundação João Pinheiro, 1972) revelou que entre os moradores da região central de BH a intenção de se mudar dentro de até cinco anos foi manifestada por 40,5% das famílias entrevistadas, sendo que 25,1% delas reiteraram que desejavam mudar para outro bairro. Os moradores do entorno do Mercado Central, Estação Ferroviária e Rodoviária – espaços marcados pela saturação e degradação – foram os que

⁶ Eficácia coletiva se refere a capacidade que uma comunidade tem de se organizar através de seus laços sociais para alcançar objetivos coletivos como a manutenção da ordem pública ou o controle da criminalidade (Sampson, 2012).

demonstraram maior insatisfação em relação à área que habitavam.

Essa falta de interesse em permanecer no Hipercentro apontada pela pesquisa, assim como a ausência de sentimento de pertencimento acarretariam o desinteresse pela persecução de melhorias para o bairro, ficando estas a mercê das políticas públicas (Wandersman, Florin, Friedmann e Meier, 1987; Peterson e Krivo, 2010) que, por sua vez, dependem significativamente da capacidade de articulação dos moradores com o poder público (Bursik e Grasmick, 1993).

A importância do envolvimento da comunidade com o poder público para um efetivo controle da criminalidade foi analisada por Bursik e Grasmick (1993) através da incorporação de variáveis intervenientes ao modelo da desorganização social e a consideração da existência de três níveis (privado, paroquial e público) pelos quais os residentes de uma comunidade podem buscar ordem social (Hunter, 1985). Isso permitiu que eles identificassem que, à nível privado (formado basicamente pelo relacionamento entre familiares, amigos e vizinhos), a rotação populacional dificulta estabelecimento de laços entre os residentes, o que implica em menor capacidade de formação de redes relacionais fortes e controle social local débil; que o nível paroquial (constituído pelas relações entre os residentes e instituições locais, como igrejas, escolas e associações comunitárias) depende da capacidade dos residentes de se organizarem e supervisionarem o comportamento uns dos outros; e que o nível público depende substancialmente da capacidade de articulação dos moradores com o poder público para a obtenção de recursos e serviços coletivos que possam beneficiar a comunidade.

Ao compreender o papel de cada um desses três níveis de controle social no modelo sistêmico de crime, Bursik e Grasmick (1993) mostram que muitas das críticas feitas à teoria da desorganização social, como a existência de comunidades com população estável, baixa heterogeneidade e extensas redes interpessoais que mesmo assim sofrem com as elevadas taxas de crimes – características geralmente muito comuns quando trabalhamos, por exemplo, vilas e favelas brasileiras –, não passam de falhas resultantes da não atribuição às análises do importante papel do nível público.

Raciocínio teórico semelhante é feito por Ramney e Shrider (2014) ao afirmarem que a primeira dimensão de controle social – normas partilhadas decorrentes de vínculos sociais – é fortemente afetada por características socioeconômicas, o que sugere que a segunda dimensão – recursos para fazer cumprir essas normas – desempenha um forte papel no controle social. Conseqüentemente, muitas das normas compartilhadas por uma comunidade, como as que dizem respeito ao anseio de se reduzir a desordem (como o vandalismo), que normalmente requer investimento financeiro, ficam comprometidas.

Geralmente, os bairros que exibem os níveis mais elevados de desordem são justamente os bairros mais pobres e menos articulados, que têm menos recursos para lidar com esse tipo de distúrbio e são os menos propensos a receber investimentos financeiros externos (Peterson e Krivo, 2010). Isso cria um ciclo em que os bairros que mais necessitam de recursos para combater os transtornos urbanos são os que mais encontram problemas para acessar tais recursos (Ramey e Shrider, 2014).

A dinâmica comunitária do Hipercentro também poderia estar sendo influenciada pelo fenômeno do *feedback* recíproco (Sampson e Raudenbush, 1999). Como a confiança social e o senso de controle por parte dos residentes é abalada frente a criminalidade violenta, crimes em locais públicos e quando os ofensores são desconhecidos (Skogan 1990), a ocorrência constante destes dois últimos tipos de crime na região pode ter desestimulado as interações no espaço público e, conseqüentemente, ter debilitado a coesão social e as expectativas de ativismo por parte da comunidade (Liska e Warner, 1991). O temor de ser atacado por estranhos nos espaços públicos urbanos reduz a eficácia coletiva (Sampson e Raudenbush, 1999) e é um forte indutor do êxodo nos grandes centros urbanos (Fred et al., 2005).

Além do aumento da criminalidade, outro fator que surgiu durante os anos 70 e que pode ter intensificado o êxodo do Hipercentro foi o surgimento dos *Shopping Centers*, construídos em diferentes regiões da cidade, proporcionando a junção de diferentes serviços (lojas, bancos, correios, restaurantes diversos dispostos em forma de praças de alimentação e cinemas) em um único espaço, distante do trânsito pesado do centro da cidade, com estacionamento gratuito e segurança privada. O surgimento desses cômodos centros de compras e lazer também tirou das ruas centrais as poucas lojas refinadas que ainda existiam e levou ao fechamento das tradicionais salas de cinema do Cine Brasil, Cine Patê e do Edifício Acaiaca (Lemos, 1988).

Em 1974, o Parque Municipal teve que ser completamente cercado por grades para evitar a ação de vândalos e a apropriação de seu espaço por moradores de rua, que ocorria principalmente durante a noite (Belo Horizonte, 2015). O Parque, que outrora fora um dos principais espaços de lazer da região, só seria aberto durante ocasiões especiais. Neste mesmo ano, os comerciantes do Hipercentro já se queixavam da ação dos camelôs e dos ambulantes que lotavam os passeios e ofereciam forte concorrência com a oferta de produtos por preços muito abaixo dos do mercado formal (Silva, 1998).

Com o intuito de melhorar essa situação estrutural e ambiental do Hipercentro, a Prefeitura desenvolvendo o Projeto da Área Central (PACE) que reordenou algumas atividades que contribuía para a deterioração do espaço urbano central, como a distribuição

dos pontos de ônibus e do comércio veiculado aos terminais (PLAMBEL, 1980). Todavia, ao mesmo tempo em que algumas ruas tiveram seu processo de degradação interrompido devido a realocação dos pontos de ônibus, outras passaram a ser vitimadas pelos impactos do redirecionamento do intenso fluxo de usuários do transporte coletivo que foram acompanhados pelos camelôs, ambulantes e pelas atividades dos ladrões e das gangues de meninos, que se aproveitavam das aglomerações e da distração dos usuários do transporte coletivo para cometer crimes (Vilela, 2006).

Esse deslocamento espacial da criminalidade frente as mudanças implementadas pelo PACE indica que o crime é potencializado pela estrutura espacial e temporal das atividades rotineiras – tais como mobilidade urbana, compras, empregos e lazer –, que se traduzem em oportunidades criminais, sendo elas igualmente importantes para a compreensão dos padrões criminais no Hipercentro.

Portanto, os efeitos das condições socioeconômicas, heterogeneidade composicional e rotatividade de moradores devem ser considerados juntamente com as características das atividades realizadas no segmento de rua e o tipo de uso dos imóveis centrais (Smith, Frazee e Davison, 2000), até porque quando Shaw e McKay (1945) descobriram que a delinquência distribuía-se de forma heterogênia pela cidade, porém não aleatoriamente, e que as taxas elevadas concentravam-se em comunidades com determinadas características, eles não intuía afirmar que os níveis elevados ocorriam em função das características dos grupos que habitavam essas comunidades, mas que os fatores estruturais da pobreza, heterogeneidade e alta mobilidade, esses dois últimos fortemente presentes no Hipercentro, criavam um ambiente de desorganização social e que a desorganização social a nível comunitário, por sua vez, favoreceria o desenvolvimento de atividades criminais – devido ao baixo controle social e eficácia coletiva, conformes explicamos nos parágrafos anteriores.

Ao considerarmos isso, vemos a necessidade de complementaridade da teoria da desorganização social para o estudo do nosso objeto, pois ela explica porque o Hipercentro se tornou um lugar propício para a criminalidade, porém não elucida porque há uma concentração tão grande de crimes contra o patrimônio justamente nessa região, sabendo que outros bairros de Belo Horizonte são tão desorganizados ou mais que o Hipercentro e não exibem taxas de crimes contra o patrimônio tão altas.

Para sanar essa limitação, propomos a complementação da teoria da desorganização social através da teoria das oportunidades criminais que, como demonstraremos, é capaz de explicar a concentração dos crimes contra o patrimônio no Hipercentro devido a sua atual configuração como ambiente das atividades rotineiras de grande parte da população, causando

uma enorme confluência entre possíveis vítimas e ofensores, e devido a carência de guardião capaz, decorrente tanto do controle formal ineficiente – policiamento, vigilância formal e eletrônica – quanto da ausência de controle informal, que são ambos reflexos da forte desorganização social na região. A complementação teórica, portanto, se dá através da inter-relação existente na dimensão de controle de ambas as teorias, se mostrando necessária e extremamente valiosa para nosso estudo. Como a teoria das oportunidades criminais funciona e pode ser aplicada ao problema da criminalidade na região hipercentral de Belo Horizonte, explicando a sua inigualável concentração de crimes contra o patrimônio em relação aos outros bairros, é algo que iremos abordar agora.

O desenvolvimento do conceito de oportunidades criminais se iniciou através do estudo do relacionamento entre as atividades rotineiras e a criminalidade urbana por Cohen e Felson (1979) que considerando vítimas, ofensores e guardiões partes igualmente essenciais na equação criminal desencadearam um giro paradigmático na Sociologia, ao provarem que as mudanças em qualquer uma das partes da equação poderiam impactar o nível de criminalidade na sociedade, enquanto as teorias tradicionais tinham focado exclusivamente sobre o elemento ofensor. Usando dados sobre os índices de criminalidade nos Estados Unidos no período pós-Segunda Guerra Mundial, Cohen e Felson (1979) descobriram que, por exemplo, mudanças no valor de uma propriedade ou na facilidade de adentrá-la afetavam as taxas de arrombamento, assim como a diminuição do tamanho e peso dos bens, como televisores, se relacionavam ao aumento na sua subtração indevida. Não se limitando a estas características, a mobilidade também se revelou um fator que aumenta as chances de um bem ser roubado. Veículos providenciam um próprio meio de fuga para os ofensores ao subtraí-los. As mudanças na presença de guardiões em um lugar também influenciam diretamente o nível de criminalidade. E que a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, representando uma conseqüente falta de um guardião em casa durante o período diurno, está relacionada ao aumento nas invasões a residências a luz do dia (Hindelang, Gottfredson e Garofalo, 1978; Cohen e Felson, 1979; Cohen, Felson e Land, 1980).

Ao descobrir o reflexo de cada um dos elementos na equação criminal, os trabalhos de Cohen e Felson (1979) naturalmente conduziram os focos das pesquisas sobre a criminalidade urbana para as oportunidades, e o aspecto espacial da criminalidade se tornou componente chave desta perspectiva (Weisbud, Groff e Yang, 2012):

Unlike many criminological inquiries, we do not examine why individuals or groups are inclined criminally, but rather we take criminal inclination as given and examine the manner in which the spatio-temporal organization of social activities helps people to translate their criminal inclinations into action. Criminal violations are

treated here as routine activities which share many attributes of, and are interdependent with, other routine activities. This interdependence between the structure of illegal activities and the organization of everyday sustenance activities leads us to consider certain concepts from human ecological literature. (Cohen e Felson, 1979, p. 589)

Assumindo o crime como um tipo de atividade que, assim como as atividades legais, é dependente das atividades rotineiras da população, modificações no espaço urbano da forma como são propostas pelo PACE devem ser examinadas com atenção, pois implicam em uma grande modificação na dinâmica social urbana daquele espaço, o que certamente irá impactar na dinâmica criminal, pois a reordenação de pontos de ônibus nessa região causa o deslocamento geográfico de todo um conjunto de atividades rotineiras de milhares de cidadãos.

Devido a grande concentração de empregos, serviços, entretenimento e sua importância na articulação do transporte público, atraindo diariamente uma quantidade enorme de pessoas para a realização de suas atividades rotineiras, o Hipercentro integra o *awareness space*⁷ de grande parte da população de Belo Horizonte e, probabilisticamente, de um número considerável de ofensores. Logo, segundo Smith, Frazee e Davison (2000), se a região for socialmente desorganizada – como demonstramos que é o caso do Hipercentro –, ela apresentará elevados índices criminais, pois proporciona inúmeras oportunidades para a realização de crimes.

A teoria das oportunidades, entretanto, parte do pressuposto que os ofensores atuam de forma racional, sendo não apenas dependentes das oportunidades como também conscientes dos possíveis riscos e benefícios de sua ação (Clarke e Felson, 1993; Cornish e Clarke, 2014). Sendo assim, havendo uma oportunidade de delinquir – conversão no tempo e espaço de ao menos um alvo, um ofensor motivado e ausência de guardião⁸ – o ofensor agirá quando o seu cálculo mental de riscos e benefícios da ação delituosa exibir um resultado positivo.

⁷ O termo *awareness space* foi criado por Paul e Pat Brantingham (1981) para designar a região familiar de um ofensor em potencial. Eles se baseiam na concepção de que os ofensores, como qualquer outra pessoa, tendem a permanecer próximos às ruas que conhecem bem, que em sua maioria são aquelas que compõem seus trajetos para a realização de atividades rotineiras, dificilmente se arriscando a delinquir fora desses limites (Bichler et al, 2011; Ratcliff, 2006; Felson, 2006). Para a delimitação do *awareness space* de um ofensor em potencial, Paul e Pat Brantingham (1981) sugerem a adoção de um modelo geográfico denominado “geometria do crime” que pode ser obtido em três passos: Primeiramente, mapeie onde possíveis delinquentes moram, trabalham ou estudam, e onde realizam suas principais atividades de lazer. Trace uma rota entre esses três lugares de forma a construir um triângulo e, por fim, inclua um ou dois blocos distanciando-se da rota obtida anteriormente, formando um espaço de pesquisa poligonal.

⁸ Vale ressaltar que a teoria não restringe o conceito de guardião aos indivíduos e componentes do sistema de justiça criminal, ressaltando a grande importância dos mecanismos de controle e vigilância informais na inibição dos delitos. Segundo Hollis, Felson e Welsh (2013), os guardiões mais significantes para a nossa sociedade são justamente os cidadãos comuns no desempenho de suas atividades cotidianas: ao sair, amigos servem como

Consequentemente, uma área como a região hipercentral de Belo Horizonte, que oferece muitas oportunidades pela desorganização – que implica na debilidade do elemento guardião – e disponibilidade de alvos, exhibe tendência de fixação dos ofensores neste local, tendo em vista o reforço positivo oriundo de seus êxitos mais a familiaridade com as vias de fuga, esconderijos e tudo que colabora com o seu *modus operandi* (Wilcox, Land e Hunt, 2003; Smith, Frazee e Davison, 2000). Como prova disso, temos o fato de que a partir dos anos 1980 o Hipercentro passa a ser acometido pela criminalidade crescente (Lemos, 1988; Silva, 1998; Foureaux, 2006).

Diante desses desafios e dificuldades em estabelecer o controle na região, ela se consolida durante esse período no imaginário popular como um espaço urbano decadente e mal frequentado, marcado pela desordem e temido pela criminalidade. Nele, prevaleceram estabelecimentos que, ao mesmo tempo em que refletem a ambiência local, agem como elementos de atração de indivíduos que reforçam o caráter da região: botequins, saunas, motéis baratos, cinemas eróticos, caça niqueis, jogo do bicho, prostituição e atividades ligadas ao tráfico de drogas.

Já nos anos 80, os pedestres tinham que dividir o pouco espaço dos passeios deteriorados com um grande número de camelôs e vendedores ambulantes. Abandonado pelo Poder Público, o Parque Municipal encontrava-se em completo estado de abandono, assim como o Mercado Novo, que fora construído para ser o maior da América Latina (Lemos, 1988).

A esquina da Rua São Paulo com Avenida Afonso Pena era famosa devido ao jogo clandestino, onde havia um estabelecimento denominado “Cassino” em que as atividades iniciavam-se logo após o horário do almoço e a Praça Raul Soares estava cercada por bares que funcionam praticamente 24 horas e se destacava como forte ponto de uso e comércio de drogas ilícitas, principalmente durante a noite, período em que também era apropriada pela atividade de garotos de programa (Silva, 1998; Lemos, 1988).

As profissionais do sexo costumavam residir no próprio Hipercentro, morando e trabalhando principalmente na Rua Guaicurus e suas adjacências, onde concentravam os motéis e bordéis. Os menores infratores se apropriavam de lugares estratégicos onde estabeleciam redes informais que eram regidas por regras próprias: os menores atuavam em grupos comandados geralmente por pessoas mais velhas e se concentravam na Praça da Estação, Praça Rio Branco e suas mediações. E as pessoas em situação de rua se agrupavam

guardiões de um indivíduo e vizinhos de sua propriedade; a simples presença de pessoas em determinado espaço pode servir como elemento guardião, pois desencoraja a ação de um ofensor motivado sobre um alvo.

principalmente ao redor da rodoviária (Silva, 1998). Algumas porções do Hipercentro constituíam *espaços de sobrevivência* para grupos marginalizados (Park, 1915; Burgess, 1925).

A enorme população de jovens carentes nas ruas fez com que fosse criado em 1985 um projeto chamado “Menino de Rua” que objetivava controlar a situação. Todavia, a população permaneceu amedrontada com os bandos de meninos que continuaram a andar pelas ruas assaltando os transeuntes (Silva, 1998).

Os números obtidos pelos IBGE através do Censo mostram que a região central reduziu drasticamente sua população residencial na década de 1980. A maior diminuição populacional ocorreu na região da Praça Sete, do viaduto Santa Tereza, da Rodoviária e da Praça da Estação, espaços caracterizados pelo uso majoritariamente comercial, gigantesco fluxo de pessoas, degradação física e pela criminalidade. Em contraposição, a diminuição foi menos expressiva na porção Sul do Centro. Dos 26.659 habitantes em 1980, o Centro manteve apenas 18.037 até o final da década, ou seja, apresentou redução populacional de quase um terço do total anterior.

Segundo a pesquisa de Origem e Destino (Fundação João Pinheiro, 1992), durante este mesmo período, a entrada de novos habitantes atingiu o índice de 57,29%. Ou seja, juntamente com a redução populacional, o Centro também teve substituição de mais da metade de sua população residente, representando uma altíssima rotatividade populacional.

Em 1989, inicia-se um processo encabeçado pela Prefeitura que visava a remoção de todos os camelôs e ambulantes das ruas da capital, e o aumento da fiscalização, que foi chamado de “Operação Limpeza” – nomenclatura que faz alusão a ideia de que atividades tradicionalmente consideradas populares, como a disposição de mercadorias para comércio em vias públicas, “sujam” a região central e devem ser combatidas, revelando resquícios dos ideais higienizadores para essa área da cidade.

Apesar desta medida, em pouco tempo muitas ruas e avenidas já haviam sido retomadas pelo comércio de rua ilegal, com destaque para a Avenida Paraná que havia sido completamente ocupada por camelôs e toureiros ao longo de toda a sua extensão, formando um ambiente caótico em que o intenso tráfego de pessoas competia com os ambulantes por espaços nas calçadas, pedestres se aventuravam nas ruas em meio ao enorme fluxo de veículos, e a poluição, tanto visual quanto sonora, chegava a ser desnorteante (Silva, 1998).

Visando a recuperação do patrimônio cultural e arquitetônico da região central, a expansão das áreas verdes, redução de ruídos, eliminação da poluição atmosférica e visual, revitalização dos espaços públicos e melhoria do sistema viário e de pedestres, a Prefeitura de

Belo Horizonte lançou em 1989 um concurso público em nível de concorrência nacional que objetivava selecionar os melhores planos de reestruturação para o Hipercentro. Como lugares alvos dos projetos, foram escolhidas a Praça da Estação, Praça Raul Soares, o Parque Municipal e o Complexo da Lagoinha (PBH, 1998). Entretanto, as propostas vencedoras – que intuía transformam o Hipercentro em uma região atraente através de uma requalificação arquitetônica – não foram executadas na época.

Na famosa obra *The Death and Life of Great American Cities* em que Jane Jacobs (1961) disserta sobre os impactos das obras de requalificação arquitetônicas nos grandes centros urbanos, ela argumenta sobre a importância que o design exerce sobre o controle social informal, controle que ela julga essencial para a prevenção da criminalidade em um bairro. Segundo ela, a manutenção da segurança nos espaços públicos depende em grande parte de seu desenho, que deve ser desenvolvido e mantido de forma que viabilize e encoraje o controle social informal: deve nitidamente separar o espaço público do privado; evocar sentimento de identidade por parte dos moradores e usuários; estimular o uso e a interação dos residentes; permitir funções que levem a presença de pessoas durante diferentes horários; e proporcionar um grande campo visual para que os moradores e transeuntes possam observar facilmente o que está acontecendo nos arredores. Possuindo essas características, o bairro transmite aos seus frequentadores a mensagem de que cometer um crime ali seria uma atitude arriscada, pois há constante sensação da presença de “olhos na rua” que muito provavelmente agiriam ao notar qualquer atitude suspeita, intervindo seja de forma direta ou acionando a polícia, sensação essa que desestimularia a ação criminal (Jacobs, 1961).

Contemporâneos de Jane Jacobs, Elizabeth Wood (1961) criticava fortemente o design dos conjuntos habitacionais populares norte-americanos que dificultava a comunicação entre seus residentes e atribuía a isso a deficiência do controle informal nessas regiões e a elevada criminalidade. Schlomo Angel (1968) argumentava que o crime poderia ser reduzido através da delimitação de territórios urbanos, alteração de redes de circulação e facilitação da vigilância, e Oscar Newman (1972), cujo modelo veio a ser conhecido como *defensible space*, defendia a ideia de que todo espaço físico deve ser estruturado de forma que promova e reforce a estrutura social que se pretende.

Newman (1972) também enfatizou como um projeto arquitetônico pode desempenhar um papel crucial na redução da criminalidade. Ele sugere que ao melhorar a vigilância natural e incentivar os moradores a assumir a responsabilidade pelas áreas públicas dentro dos limites de um projeto habitacional, ocorreria uma redução dos crimes e comportamentos desviantes.

Para a criação do *defensible space*, Newman identificou e distinguiu a existência de quatro elementos-chaves: territorialidade, vigilância natural, imagem e *milieu*.

Territorialidade refere-se à capacidade dos usuários legítimos de uma área ou espaço físico de ocupá-la com frequência, indisponibilizando-a para os usuários não-legítimos com propósitos desviantes.

A vigilância natural envolve a concepção do espaço físico de uma forma que permita que usuários legítimos possam observar o comportamento dos transeuntes. Em teoria, isto permite que os residentes maximizem a aplicação da lei por serem os olhos e ouvidos da polícia. O reforço da lei inclui, principalmente, chamar a polícia ou intervir diretamente quando necessário.

A imagem, por sua vez, tem a ver com a promoção de um ambiente que cria a aparência de que o espaço é bem cuidado e não está isolado das comunidades que a cercam ou das pessoas que habitam a área. Essa espécie de projeto ambiental inclui a iluminação constante da paisagem, jardins limpos e disposição de recipientes de lixo, gramados bem cuidados e arbustos sempre aparados.

O *milieu*, substantivo francês para ambiente, envolve a complexa concepção da justaposição de uma área dentro de uma comunidade maior ou espaço físico que contém a territorialidade, a vigilância natural e a imagem, criando um espaço defensivo que permanece livre de atividade criminal.

Extendendo a concepção do design como ferramenta preventiva para além de conjuntos habitacionais e bairros residenciais, Jeffery (1977) cunhou a famosa expressão *crime prevention through environmental design* (CPTED). Em uma publicação homônima, ele discute sobre diferentes aspectos do design e identifica aqueles que contribuem para a prevenção do crime e como eles poderiam ser aplicados em áreas não residenciais, tais como escolas, parques e praças, para controlar e modificar o comportamento humano.

Incorporando elementos da teoria da aprendizagem comportamental, Jeffery (1977) argumentou que a remoção de reforços positivos para o delito reduziria consideravelmente as incidências de crime e propôs como elementos basilares da CPTED o controle natural de acessos, vigilância natural, manutenção, reforçamento territorial e a participação comunitária. Como o livro de Jeffery apegava-se a teoria e continha poucos exemplos práticos, Crowe (2000) deu continuidade ao trabalho e elaborou um conjunto de diretrizes que deveriam ser seguidas para a redução das oportunidades de crime no ambiente urbano construído, destinado a orientar policiais, urbanistas e arquitetos: o espaço, então, passaria a ser avaliado com base na sua designação, definição e design.

Usando o exemplo de um parque temático, espaço que é projetado para proporcionar horas de divertimento em família, Crowe (2000) sugere que as áreas devem ser convidativas e bem conservadas para visitar, brincar, comer e fazer compras, incentivando as pessoas a participar no divertimento estruturado que é fornecido. Além disso, placas, paisagismo, iluminação e outras características físicas de design devem continuamente indicar aos visitantes do parque quais atividades são apropriadas e quais são inadequadas para aquele lugar.

Atualmente, um crescente corpo de evidências empíricas demonstra que os aspectos arquitetônicos influenciam o crime indiretamente ao afetar como ocorre a vigilância e a prevenção da criminalidade em um determinado espaço urbano (Wilcox, Land e Hunt, 2003). Segundo elas, as oportunidades criminais podem ser alteradas em uma variedade de maneiras através da modificação do ambiente físico urbano, afetando a convergência espaço-temporal dos ofensores, alvos e guardiões – dando respaldo ao que fora proposto pelos autores da teoria das oportunidades criminais.

De acordo com as teorias acima expostas, se o processo de degradação do espaço físico hipercentral tivesse sido interrompido com a execução dos projetos que haviam sido elaborados em 1989 a pedido da Prefeitura de Belo Horizonte, provavelmente a criminalidade não manteria sua ascensão como nos anos que se seguiram.

2.4. Década de 90 e início dos anos 2000: O ápice da degradação e seus efeitos deletérios na Segurança Pública

A análise da pesquisa de Origem e Destino (Fundação João Pinheiro, 2002) mostra que ao longo da década de 90, ao contrário do que ocorreu nos decênios anteriores, o Hipercentro registrou atenuação de sua economia, expressa na redução do número de postos de trabalho. Todavia, a maior parte dos postos de trabalho continuava sendo ocupada pelos moradores das periferias que totalizam 55 mil. As atividades mais afetadas pelo decréscimo foram relacionadas ao setor terciário, o que fez aumentar o já expressivo comércio ilegal na região. Mais de meio milhão de pessoas transitavam diariamente pela região.

A pesquisa também mostrou que a população residente continuava em queda. Apesar disso, algumas áreas apresentaram elevadas taxas de crescimento percentual de domicílios ocupados, refletindo a forte mudança no perfil de seus moradores. A maior parte daqueles que saíram do Hipercentro eram justamente as famílias tradicionais que são frequentemente

numerosas, o que explica a queda demográfica de 3,33% ao ano. O Hipercentro passara a ser procurado como moradia apenas pelos estudantes, solteiros e idosos, devido a sua grande acessibilidade e oferta de serviços. Na concepção social, a região central deixara de ser considerado um bom lugar para se constituir famílias (Fundação João Pinheiro, 2002).

A renda per capita dos moradores também sofreu alteração durante a década de 1990. De acordo com os dados do IBGE, o número de domicílios com renda inferior a cinco salários mínimos aumentou de 36,73% para 63,07% e os domicílios com renda superior a dez salários mínimos tiveram queda de 39,20% para apenas 9,9% – o que demonstra uma relevante substituição na composição socioeconômica dos residentes no Hipercentro.

A Pesquisa de Uso e Ocupação do Solo (Práxis, 2002) indicou que o uso predominante dos imóveis da região central era substancialmente comercial e de serviços. O raro uso residencial se concentrava ao Sul do Hipercentro, contrastando com a região da Av. Santos Dumont e da Praça Sete de Setembro em que mais de 90% de seu corpo edificado já estava voltado para o uso comercial.

Pesquisas realizadas na América Latina apontam que o uso misto do solo não reduz a segurança de um segmento de rua apenas se houver também um grande número de residentes, pois o aumento nos níveis residenciais neutralizaria o risco que se encontra em residências espaçadas em segmentos de rua de uso misto, em contrapartida, locais onde o uso comercial supera o residencial apresentam sempre grande vulnerabilidade em relação aos demais (Hillier e Sahbaz, 2009).

De um total de 1357 edificações no Hipercentro, 488 delas se encontravam mal conservadas, ou seja, mais de um terço do total. Na região adjacente a Av. Santos Dumont, 59,64% dos imóveis ficavam nesta classificação. No entorno do Mercado Central, foram 40%. Na região do Viaduto Santa Tereza, 29,79%, e no quadrante formado pela Av. Paraná, Av. Bias Fortes, Av. do Contorno e Av. Afonso Pena, cerca de 37% (PBH/Práxis, 2007). Estes dados indicavam que grande parte da região central não era alvo de investimentos há vários anos, havia pouco interesse na manutenção das construções locais e notável subutilização de imóveis.

Durante esse mesmo período, é registrado pela PMMG um forte aumento na incidência de crimes contra o patrimônio no Hipercentro. Os dados oficiais apresentados na tabela abaixo mostram a evolução numérica dos crimes de furtos, roubos e assaltos na

Subárea 6 do 1º Batalhão da Polícia Militar, correspondente ao Hipercentro⁹. O recorte temporal utilizado na tabela se inicia no ano em que os dados de crimes passaram a ser compilados e disponibilizados pela Sessão de Estatística da PMMG (1998) e termina no ano que foram iniciadas as requalificações do Programa Centro Vivo (2003), com o propósito de destacar a ascensão criminal que estava em curso antes das intervenções serem realizadas.

Tabela 1 – Estatísticas de crimes de furto, roubo e assalto no Hipercentro (1998-2003)

Delito/Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Furto Consumado a Transeunte	2431	3284	4713	5205	6035	4714
Roubo Consumado a Transeunte	617	990	1260	1356	2065	2641
Assalto Consumado a Transeunte	219	351	496	574	857	848
TOTAL	3267	4625	6469	7135	8957	8524
Variação em relação ao ano anterior	*	41,57%	39,87%	10,29%	25,54%	-4,83%

Fonte: Seção de Estatística e Geoprocessamento do 1ºBPM

De acordo com 1º Batalhão da Polícia Militar, o aumento na criminalidade não ocorrera de forma abrupta, mas progressivamente ao longo dos anos anteriores aos com estatísticas disponíveis (Foureaux, 2006). Em meados dos anos 90, apresentando as maiores taxas de crimes contra o patrimônio por quilômetro quadrado do Estado de Minas Gerais, o Hipercentro passou a ser considerado pela PMMG um ponto crítico da criminalidade no município.

Os problemas no Hipercentro atingiram tamanha magnitude que, durante toda a década de 1990, o Poder Público se esforçou para elaborar estratégias que possibilitassem a diminuição da criminalidade e da degradação na região. No nível legislativo, destacaram-se a elaboração da Lei Orgânica do Município (1990) e do Plano Diretor (1996) que explicitaram a necessidade da preservação arquitetônica da região central, assim como o estímulo a descentralização das atividades, desestímulo as atividades que promovessem o adensamento (como instalação de tribunais, presídios, faculdades, etc) e o conflito entre usos, requalificação para uso residencial, resgate da área verde e retomada do uso do espaço como local de convívio.

Neste momento, vemos que o nível público finalmente reage e tenta propor políticas voltadas a dirimir as questões decorrentes do abandono. Como a ação deste nível depende substancialmente da capacidade de articulação dos membros da comunidade com o poder

⁹ Foi mantida a nomenclatura adotada pela PMMG. Furto consumado a transeunte: subtração bem-sucedida de um bem alheio, sem uso de força; Roubo consumado a transeunte: subtração bem-sucedida de um bem alheio, com uso de força, como violência física ou grave ameaça; Assalto consumado a transeunte: subtração bem-sucedida de um bem alheio com uso de força, especificamente arma de fogo.

público (Bursik e Grasmick, 1993; Hunter, 1985), capacidade que demonstramos que carece entre os residentes do Hipercentro¹⁰, vemos que ele só se faz presente quando a degradação da região passou a afetá-lo diretamente através das taxas altíssimas de criminalidade que atuavam como propaganda negativa para a gestão municipal e estadual. Porém, devido à falta de articulação e coerência entre os inúmeros planos e projetos, as medidas legislativas não obtiveram resultados satisfatórios (Freitas, 2006).

Podemos ver que o Hipercentro durante a última década do século XX emanava ares muito diferentes daqueles de seus primórdios. A região próxima ao Complexo da Lagoinha, historicamente conhecida como berço da boemia belo horizontina, o entorno da Rodoviária e a Praça da Estação eram temidos pelos moradores da capital (Lumen, 1999). Abandonas pelo Poder Público, essas porções territoriais urbanas sofreram com a sistemática deterioração e, agora, apresentavam iluminação pública inadequada, o que deixava suas ruas escuras durante a noite, pichações e mobiliário urbano depredado. Somando-se ao aspecto ambiental precário, havia a constante presença de moradores de rua, assaltantes, estelionatários em busca de interioranos recém-chegados à capital para fazer-lhes de vítimas, traficantes, usuários de drogas, alcoólatras, principalmente devido à existência de inúmeros botequins baratos, e a atividade de profissionais do sexo, que se intensificava em determinados horários, frente a elevada concentração de bordeis e moteis baratos na região (Belo Horizonte, 2015).

Mais ao Sul do Hipercentro, as adjacências da Avenida Afonso Pena, formada pelas ruas São Paulo, Rio de Janeiro e dos Tamoios, era lotada de vendedores ambulantes, toureiros e camelôs, as calçadas sempre cheias de transeuntes formavam um cenário repleto de oportunidades de esconderijo e de ação para os assaltantes, enquanto dificultava a atuação dos policiais e a própria circulação dos pedestres que, muitas vezes, tinham que caminhar pelo meio das ruas correndo o risco de serem atropelados e atrapalhando o trânsito dos veículos motorizados (Diniz, 2011).

A forte concorrência imposta pela presença dos vendedores ilegais que dispunham de mercadorias muito mais baratas pelas ruas, que atraíam a maior parte daqueles que iam ao Hipercentro para realizar compras, somou-se aos problemas da região e agravou o declínio que do setor terciário (CDL e SEBRAE/MG, s/d).

As queixas relativas aos problemas na região durante esse período eram intersetoriais. Iam da insatisfação em relação ao trânsito, elevada poluição sonora, atmosférica e visual, inadequação do mobiliário urbano, calçadas irregulares e insuficientes para o fluxo de

¹⁰ Ver sessão 2.3.

pedestres, decadência estética dos estabelecimentos, reduzido número de estacionamentos, incômodo causado pela presença do comércio de rua até o transtorno causado por pedintes, etc. Entre elas, o medo da criminalidade se destacava como o tema mais presente entre as reclamações dos transeuntes, lojistas e moradores da região (Gerais, 2003; CDL e SEBRAE/MG, s/d; PBH/Práxis, 2007). Tudo isso pode ser visto como o máximo da desorganização que uma região central poderia alcançar dada às circunstâncias em que se encontrava o Hipercentro.

Alguns estudiosos afirmam que o medo da criminalidade em um bairro na verdade é indicador de um profundo "mal-estar urbano", pois quando indivíduos relatam temer a criminalidade eles estão sendo afetados pelas condições contextuais que conduzem ao crime (Garofalo e Laub, 1979). Nas palavras de Lewis e Salem (1986),

The fact that fear levels exceed those measuring both crime awareness and crime concern might be due in most neighborhoods to the compounding effect of the other incivility concerns. Thus, perceptions of increases in crime are continually reinforced by other visible reminders that community is changing in threatening ways. (Lewis e Salem, 1986, p.76)

Logo, os problemas gerais relacionados à desordem e desorganização seriam percebidos pelas pessoas como indicativos de problemas mais graves no Hipercentro – como a vulnerabilidade frente à criminalidade. Esse raciocínio nos leva a abordar a teoria das janelas quebradas que foi apresentada pela primeira vez em um artigo publicado por James e Kelling (1982) nos anos 80. Ela explora o impacto que os sinais de desordem têm sobre o comportamento, partindo da ideia que a manutenção de um ambiente urbano livre de pequenos delitos como o vandalismo, vadiagem e demonstrações de incivildades cria uma atmosfera de ordem e vigência de leis, o que conseqüentemente detêm a ocorrência de crimes graves.

O exemplo clássico dado pelos autores é de que se um edifício exhibe algumas janelas quebradas que não são consertadas ao longo do tempo, a tendência é que vândalos quebrem mais janelas e, eventualmente, invadam o edifício. Independente de quantas vezes determinado sinal de desordem foi eliminado, a comunidade deve continuar investindo seu tempo nesses tipos de reparos, pois a negligência aos sinais de decadência, como as janelas danificadas, representa a falta de zelo por parte daquela comunidade e do Poder Público:

The citizen who fears the ill smelling drunk, the rowdy teenager, or the importuning beggar is not merely expressing his distaste for unseemly behavior, he is also giving voice to a bit of folk wisdom that happens to be a correct generalization — namely, that serious street crime flourishes in areas in which disorderly behavior goes

unchecked. (Wilson e Kelling, 1982, p.34)

O descaso em relação aos pequenos elementos de desordem, sejam eles físicos ou sociais, indicariam que no Hipercentro outros tipos de desordem também são tolerados e, portanto, revela vulnerabilidade e falta de defesa, pois a maioria das pessoas tende a se preocupar e proteger apenas os espaços em que elas percebem que há investimentos da mesma natureza por parte dos outros ou do Poder Público, sendo assim ele seria mais seguro apenas se os transeuntes percebessem que há um senso de responsabilidade e propriedade em relação à área (Wilson e Kelling, 1982).

Como vimos anteriormente, a teoria das oportunidades criminais endossa que os ofensores agem baseados em uma espécie de cálculo mental. Havendo um alvo que desperte interesse no ofensor, as chances dele ser flagrado e sofrer coerção se tornam cruciais para a sua decisão sobre agir delituosamente ou não. Portanto, é importante a sua percepção do controle formal e informal sobre um determinado espaço. A teoria das janelas quebradas acrescenta a nossa análise a noção de que a presença de desordem e incivilidade nas ruas hipercentrais serve como indicador para os passantes e ofensores em potencial que o controle social na região é fraco e insuficiente (Kelling e Coles, 1997), uma comunidade que se revela incapaz de controlar o simples comportamento das pessoas nas ruas emite aos seus frequentadores a ideia de que dificilmente seria capaz de deter alguma investida criminal, influenciando a percepção do ofensor de forma encorajadora (Taylor e Gottfredson, 1984).

A prostituição nas ruas, o uso de drogas em público, pichações, pontos de ônibus quebrados e edifícios depredados – elementos comuns na região do baixo centro –, frequentemente são classificados simplesmente como desordem por alguns pesquisadores, mas Sampson e Raudenbush (1999) nos atentam para o fato de que esses tipos de desordem social e vestígios físicos de incivildades são, na verdade, evidências claras de crimes (a depredação ou pichação são sinais de crimes contra o patrimônio, o uso de drogas pressupõe que houve tráfico e o rufianismo é uma atividade ilegal). Tanto a desordem pública como os crimes predatórios são manifestações de um mesmo tipo de processo explanatório – embora situados em diferentes lados numa escala de seriedade – e os primeiros são especialmente valiosos, pois permitem observar e sistematicamente medir manifestações importantes dos processos relacionados à criminalidade, já que a maioria dos crimes é difícil de ser observada (Sampson e Raudenbush, 1999).

A desordem física presente na região hipercentral, devido à sua saliência visual e simbolismo em relação ao uso dos espaços públicos, também desencadearia outras atribuições

e predições na mente das pessoas (Jackson, 2011; Wyant, 2008; Brunton e Sturgis, 2011; Skogan e Maxfield, 1981; Bruton e Jackson, 2011; Lewis e Salem, 1986; Wilson e Kelling, 1982), influenciando na compra e venda de imóveis, na postura de agentes do governo, investidores, seguradoras e etc. (Sampson e Raudenbush, 1999; Skogan, 1990). Sob essa perspectiva, a consideração da desordem auxilia a compreensão de processos tais como a redução populacional e mudança em sua composição, apropriação e desenvolvimento de atividades no espaço público, e da própria percepção da criminalidade.

O diagnóstico do Hipercentro encomendado pela Prefeitura de Belo Horizonte no início dos anos 2000 mostrou que a taxa de crescimento da população manteve-se negativa em relação às décadas anteriores e que o perfil socioeconômico dos residentes tinha como maior grupo integrante a faixa etária dos 20 e 29 anos (PBH/Práxis 2007). A renda média da população girava em torno de 13,9 salários mínimos – bastante inferior ao verificado no restante da região Centro-Sul, 20,7 salários mínimos (PBH/Práxis 2007). O setor censitário que se estende da Rodoviária até o Mercado Novo e Mercado Central através da Avenida Olegário Maciel apresentava rendimento médio inferior a cinco salários mínimos – região avaliada pela população como muito problemática, sendo recorrentes as demandas por intervenções urbanísticas (PBH/Práxis 2007).

Em relação aos imóveis, esse diagnóstico mostrou que 84% estavam ocupados pelo uso comercial, apenas 19% pelo uso residencial e 8,6% pelos serviços coletivos. Foram encontrados 15 lotes vagos e 92 imóveis em estado de vacância, a maioria formada por imóveis tombados e/ou considerados de interesse cultural (PBH/Práxis 2007).

O uso residencial continuava mais comum na porção Sul do Hipercentro, onde se localizam unidades mais recentes de melhor padrão e com vagas de garagem. Os serviços de uso coletivo e estacionamentos eram distribuídos por toda a região, e o percentual de estabelecimentos que funcionam aos sábados (48%), domingos (27,5%) e em horários noturnos (cerca de 40%) revelou-se bastante significativo, o que conferia movimento para muitas vias mesmo durante os horários não comerciais (PBH/Práxis 2007).

Com relação ao comércio, as lojas autônomas (aquelas que não fazem parte de galerias) estavam dispersas por toda a região hipercentra e as que integravam conjuntos e galerias encontram-se mais concentradas no entorno da Praça Sete. A taxa de vacância de lojas autônomas (8,3%) foi considerada dentro dos padrões normais do mercado da capital. Todavia, o diagnóstico mostrou que elas estavam em constante rotatividade tanto por parte dos proprietários como do ramo dos estabelecimentos. As taxas de vacância encontradas nos conjuntos comerciais hipercentrais (17% para andares corridos, 22% para lojas e 19% para

salas) foram consideradas elevadas (PBH/Práxis 2007). Segundo a Prefeitura, esse seria um dos reflexos da recente conjuntura econômica metropolitana:

A fuga de alguns usos do Centro, responsável por altas taxas de vacância de muitos imóveis, e a intensificação do processo de popularização dos estabelecimentos comerciais, estão em grande medida relacionadas a transformações estruturais de alguns setores da atividade econômica - como é o caso das sedes bancárias e dos cinemas -, à criação de outras centralidades (Savassi, Barreiro, Venda Nova, Burity, *shopping centers*), à perda de competitividade da área em função da baixa qualidade ambiental (poluição sonora e atmosférica), da deterioração física dos espaços públicos e dos imóveis e das piores condições de circulação e segurança, associadas ao fato da legislação urbanística aprovada em 1996 ter ampliado as possibilidades de assentamento dos usos não residenciais nos bairros. Além disso, a maior complexidade da rede de centros envolvendo centros de bairros e centros regionais e pólos de comércio e serviços em municípios da Região Metropolitana (Betim, Contagem, Nova Lima) juntamente com a atração exercida por alguns municípios através da adoção de políticas tributárias vantajosas, também contribuíram para esse fenômeno de descentralização e evasão de atividades mais rentáveis do Hipercentro. (PBH/Práxis, 2007, p.6)

A região constituía um espaço diversificado e em constante transformação, que se revelava não só no que se refere ao uso dos espaços privados como em relação às formas de ocupação e uso dos seus espaços públicos:

Como local de lazer e descanso, destaca-se a utilização das praças e dos quarteirões fechados por pessoas sozinhas, lendo jornais, ouvindo música, observando o movimento, ou em grupos, jogando damas/cartas, namorando ou passeando com animais de estimação; a utilização de calçadas em geral por usuários dos bares e lanchonetes, que dispõem suas mesas á frente dos estabelecimentos, por consumidores dos produtos alimentícios ofertados em veículos estacionados na via pública ou mesmo por moradores de rua. Observaram-se também pessoas dançando na rua, configurando áreas de lazer relevantes no contexto da dinâmica cultural e social do Hipercentro, skatistas praticando a modalidade *street* deste esporte e pessoas fazendo caminhada no Parque Municipal e na Praça Raul Soares; e a utilização de espaços específicos como o entorno do Mercado Novo e a esquina das Avenidas Ezequiel Dias e Contorno, por trabalhadores e frequentadores da área.

Entre os que utilizam os espaços públicos para trabalho e consumo, destacam-se os vendedores ambulantes (apesar da regulamentação proibindo essa forma de comércio nas calçadas), os artistas performáticos de rua, os Policiais Militares fazendo guarda ou ronda, guardadores e lavadores de carros, pessoas fazendo panfletagem e/ou anúncio de serviços, pessoas em filas de bancos, loterias (pagamento de contas) e órgãos públicos, ocupando a calçada, funcionários à porta dos estabelecimentos, à espera de clientes ou a postos para divulgação de ofertas ou informações sobre as mercadorias/serviços, às vezes com o uso de microfone, trabalhadores fazendo a carga e descarga de mercadorias na calçada, pessoas fazendo ou participando de manifestações políticas, pregadores religiosos, engraxates, pipoqueiros, jornalheiros, catadores de papel, crianças vendendo balas nos semáforos e mendigos pedindo esmolas. Muitos destes permanecem ou utilizam áreas específicas identificadas durante o trabalho.

Outra forma de apropriação do espaço público para o trabalho e consumo são as feiras. Na área de estudo são apenas duas: a Feira de Artesanato da Avenida Afonso

Pena, mais conhecida como Feira Híppie, e uma feira de produtos hortifrutigranjeiros e alimentos caseiros, realizada no quarteirão fechado da Avenida Álvares Cabral, às sextas-feiras à tarde.

Como local de passagem pelos pedestres, foram identificados caminhos preferenciais, destacando-se, além dos principais corredores de transporte coletivos (Avenidas Amazonas, Santos Dumont e Paraná), as vias com grande número de pontos de embarque e desembarque de passageiros (Avenidas Afonso Pena, Andradas, Olegário Maciel e Alfredo Balena, Ruas dos Tupis, Tamoios e dos Guaranis) e áreas com grande concentração de estabelecimentos comerciais, como as Ruas dos Carijós e Rio de Janeiro (PBH/Práxis, 2007. p. 9 e 10).

No início do século XXI, o uso das áreas públicas era tão intenso que se tornara comum um mesmo segmento de rua apresentar apropriações completamente diferentes durante o período diurno e noturno – as figuras abaixo sintetizam a dinâmica dos espaços públicos hipercentrais mostrando sua diversidade e capacidade de fluidez entre os diferentes turnos do dia.

Mapa 2 - Síntese da dinâmica urbana no Hipercentro durante o período diurno



Fonte: PBH/PRÁXIS, 2007

Mapa 3 - Síntese da dinâmica urbana no Hipercentro durante o período noturno



Fonte: PBH/PRÁXIS, 2007

Para a Prefeitura, isso significava que a área hipercentral *continuava viva e diversificada, porém com atividades de caráter mais popular: espaço depreciado e abandonado pelo “capital”, mas intensamente apropriado pelo “social”*.¹¹

Essa dinâmica intensa de apropriações dos espaços públicos hipercenrais resultava em uma heterogeneidade tão grande de usos que frequentemente ocorriam superposições conflitantes, destacando-se os problemas decorrentes das disputas entre os transeuntes, as mesas de bares e o mobiliário urbano mal localizado; os bares com música ao vivo e as residências; áreas de carga/descarga e pontos de ônibus; e o comércio de rua com o fluxo de pedestres (PBH/Práxis 2007).

¹¹ PBH. Belo Horizonte – Minas Gerais, Brasil. Prefeitura de Belo Horizonte. s/d. p.7.

Nestes primeiros anos do século XXI, o tráfego de passagem representava 58% do volume total das vias principais. Apesar do PACE, a utilização do Hipercentro pelo transporte coletivo continuava intensa e não havia sido acompanhada por investimentos adequados em infraestrutura, carecendo de pistas exclusivas para ônibus. Consequentemente, praticamente todas as ruas eram utilizadas pelos ônibus e as quase 300 linhas que acessavam o Hipercentro implicavam em 250 pontos de ônibus, número que se distribuía por toda a região, desencadeando sérios prejuízos que vão além da questão organizacional do tráfego de veículos e pedestres (BHTRANS, 2006).

Os pontos de ônibus demonstram exercer uma significativa influência sobre a ocorrência de crimes contra o patrimônio. Furtos e roubos ocorrem com mais frequência em trechos de ruas onde estão localizados pontos ou abrigos de embarque e desembarque de passageiros, para os pesquisadores não é incomum que os lugares com muitos pontos de transporte coletivo figurem entre os *hot spots*¹² criminais urbanos (SooHyun O e Lee, 2016; Levine et al, 1986; Loukaitou-Sideris et al, 1999; Pearlstein e Wachs, 1982; Wekerle e Whitzman, 1995).

Um estudo realizado em 2002 pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG mostrou que a distribuição do crime na capital ocorre sistematicamente de forma heterogênea e que o Hipercentro se destaca pela prevalência de crimes contra o patrimônio, enquanto se mostraram relativamente raros os delitos contra a pessoa (CRISP, 2002) Neste ano, uma pesquisa realizada pela Prefeitura Municipal a nível micro, mostrou que as maiores concentrações destes tipos de crime haviam sido ao redor da Rodoviária e nos quarteirões que compõem o entorno da Praça 7 de Setembro (PBH/Práxis, 2007)

Um grande corpo de estudos sugere que existe uma concentração significativa de crimes em determinados locais, independentemente da unidade específica de análise que é definida (Brantingham e Brantingham, 1999; Crow e Bull, 1975; Pierce, Spaar e Briggs, 1988; Roncek, 2000; Weisburd e Eck, 2004; Sherman, Gartin, e Buerger, 1989; Weisburd e Green, 1994; Weisburd, Maher e Sherman, 1992).

Em Minneapolis, por exemplo, constatou-se que apenas 3% dos endereços produziam 50% de todas as chamadas para a polícia (Sherman, Gartin e Buerger, 1989), sendo que a concentração se mostrava ainda mais intensa quando se realizava um recorte por tipos de crimes. Em Seattle, aproximadamente 5% dos segmentos de rua da cidade registraram metade

¹² Em inglês, *hot spots* significa pontos quentes, sinônimo do que no Brasil as Polícias e os pesquisadores do crime chamam de Zonas Quentes de Criminalidades (ZQCs).

dos incidentes de crimes por mais de 14 anos (Weisburd e Eck, 2004) – resultados como esses mostram a existência de um forte acoplamento entre crime e lugar.

Spelman (1995) e Taylor (1999) provaram que o crime não só estava concentrado num pequeno número de lugares, como que as concentrações permaneciam estáveis ao longo do tempo, seguindo um padrão conhecido com Lei de Pareto ou *Zipf Law*.

Weisburd e Eck. (2004) afirmam que se o crime está fortemente concentrado no espaço e tais concentrações são estáveis durante longos períodos, o foco sobre os *hot spots* de crime pode ter importantes benefícios para a prevenção criminal. A polícia e os agentes de segurança pública podem se concentrar em um número muito pequeno de regiões e ter um grande impacto, ao invés de desperdiçar os recursos com grandes áreas, por exemplo, através de patrulha preventiva aleatória, cujos estudos já comprovaram serem pouco eficientes (Weisbud, Groff e Yang, 2012).

Empregando variáveis oriundas da teoria das oportunidades criminais e da teoria da desorganização social, Weisbud, Groff e Yang (2012) compararam os segmentos de rua que apresentavam *hot spots* crônicos de criminalidade com aqueles livres de crime na cidade de Seattle e obtiveram resultados significativos que quanto maior a população de um segmento de rua, mais provável que ela figure entre os *hot spots* de crimes, assim como quando há concentração de empregados, ela é uma via arterial¹³, exibe desordem física, tem imóveis com baixos valores imobiliários e baixa eficácia coletiva. Sendo que os primeiros elementos, da teoria das oportunidades, foram os que demonstraram maior consistência com os padrões criminais. Estes são os mesmos elementos que foram se desenvolvendo ao longo das décadas no Hipercentro – como demonstramos neste capítulo – e, atualmente, constituem a sua ambiência à nível de bairro.

Em uma escala de maior aproximação, apesar de possuir diversas características comuns, é possível perceber que o Hipercentro possui diferenciações. A partir da percepção de moradores, trabalhadores e usuários do Hipercentro, bem como de técnicos especializados e estudiosos da região, essas espécies de sub-áreas foram identificadas e seus perfis construídos:

1. Rodoviária e quarteirões adjacentes: área sob a influência direta do terminal rodoviário com a presença de hotéis, serviços e comércio popular orientados para o público que chega à cidade de ônibus e usuários do sistema de transportes coletivo que circulam pela região. É também a entrada para o Hipercentro para aqueles que

¹³ Ser uma via arterial também aumenta a probabilidade do cruzamento entre ofensores e alvos, devido a sua fácil acessibilidade e seu grande volume de atividades rotineiras, além de fornecer inúmeras rotas de fuga para o ofensor. (Greenberg et al, 1982; Beavon, Brantingham e Brantingham, 1994; White, 1990; Taylor, 1999; Reynald 2011).

desembarcam na estação de metrô ou chegam à área a pé vindo dos bairros Lagoinha, Bonfim e adjacências. Os quarteirões do entorno encontram-se entre os mais deteriorados do Hipercentro, apresentando imóveis em péssimo estado de conservação, usos decadentes e presença de população de rua, principalmente nos baixios dos viadutos que também se encontram muito degradados.

2. Guaicurus, Santos Dumont e Caetés: área tradicionalmente associada ao comércio, à diversão e à boêmia de caráter popular, goza de reputação negativa segundo o senso comum, como área insegura pela presença de atividades marginais e ligadas à contravenção (casas de prostituição, jogo do bicho e caça niqueis). Do ponto de vista econômico, sofreu com a saída do comércio atacadista da Rua dos Guaicurus na década de setenta e mais recentemente com a decadência do comércio de roupas e armarinhos da Caetés e Santos Dumont e fechamento de hotéis por toda a região. a Rui Barbosa e o Boulevard Arrudas. Há muitos imóveis vazios e subutilizados na área, além de galpões e lotes vagos utilizados como estacionamentos, conferindo-lhe alto potencial para reocupação e renovação.

3. Paraná, Olegário Maciel, Rio Grande do Sul e adjacências: área também caracterizada pela presença do comércio popular, especializado em ferragens, auto peças, artigos eletrônicos e outras mercadorias para públicos específicos, além do uso residencial que é também tradicional na região. Faz a ligação entre as regiões da Praça Raul Soares e da Rodoviária, caracterizada por intenso fluxo de pedestres usuários de coletivos. Nas Avenidas Paraná e Olegário Maciel concentra-se um importante conjunto arquitetônico de estilo proto-moderno com elementos de inspiração Art-Deco.

4. Praça Sete de Setembro e adjacências: área caracterizada pela maior concentração e diversificação de atividades de comércio e serviços do Hipercentro e pela ausência do uso residencial, sendo também a principal convergência de fluxos de pedestres e transbordos de usuários do sistema de transporte coletivo. Constitui-se também na principal referência simbólica da área de estudo, reconhecida como o centro principal da Região Metropolitana. Desde o fechamento dos quarteirões da Praça Sete nos anos setenta, a região é caracterizada pelas diversas formas de apropriação dos calçadões por públicos diferenciados nas diversas horas do dia e da noite, inclusive nos finais de semana. Abriga importante conjunto arquitetônico caracterizado por edifícios verticais de diversas épocas com destaque para as antigas sedes de agências bancárias e condomínios comerciais classificados como de interesse cultural.

5. Praça Rui Barbosa, Boulevard Arrudas e quarteirões adjacentes: área que vem se consolidando como importante eixo de concentração de equipamentos culturais e de lazer, e realização de grandes eventos a céu aberto como shows, feiras e comícios. Neste sentido, a presença do complexo da Casa do Conde de Santa Marinha, do Museu de Artes e Ofícios, da Serraria Souza Pinto e do Parque Municipal, dentre outros, reforça esta vocação. A localização estratégica da área é reforçada pela presença das estações central do metrô e de integração de ônibus urbanos da Rua Aarão Reis. Há muitos imóveis vazios e subutilizados na região, muitos deles tombados ou reconhecidos como de interesse cultural.

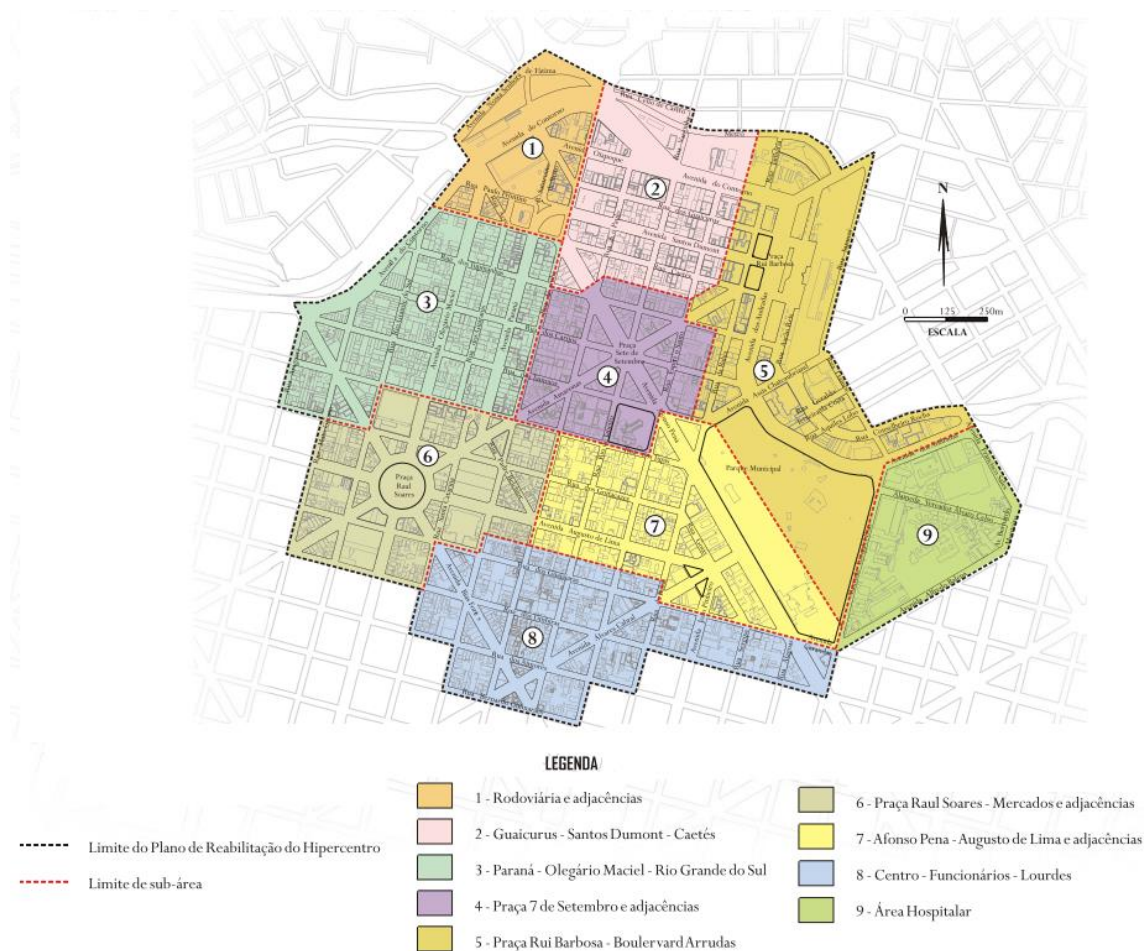
6. Praça Raul Soares, Mercados e Adjacências: região com significativa incidência do uso residencial e forte apelo turístico pela presença do Minas Centro, do Mercado Central, segundo ponto turístico mais visitado da cidade, e proximidade do pólo da moda do Barro Preto. A presença dos mercados contribui para a diversidade de públicos que frequenta a região e também para atrair atividade de comércio popular, especializado e atacadista, ocupando muitas vezes imóveis degradados e subutilizados dos quarteirões adjacentes. Atividades de carga e descarga, a presença do comércio de rua e o grande número de bares com mesinhas nas calçadas destacam-se como os principais fatores de conflito de utilização dos espaços públicos da região.

7. Avenida Afonso Pena, Augusto de Lima e adjacências: área que concentra atividades de comércio e serviços e uso residencial de padrão sócio econômico superior, observando-se também maior presença de consumidores motorizados. Além do uso institucional e de importantes equipamentos de cultura e lazer como a Prefeitura, a sede dos Correios, o Centro Cultural Belo Horizonte, o Conservatório Mineiro de Música e parte do Parque Municipal com o teatro Francisco Nunes e Palácio das Artes, a área abriga o Shopping Cidade, principal centro de compras do Hipercentro e a Feira de Artesanato, atração turística mais visitada da capital.

8. Funcionários/Lourdes: área caracterizada pela transição entre o Hipercentro e os bairros Funcionários e Lourdes, apresentando dinâmica de uso do solo semelhante a que caracteriza esses bairros, ou seja, presença de comércio, serviços e uso residencial de padrão socioeconômico mais elevado e grande número de antigas residências ocupadas com usos não residenciais, vazias, ou utilizadas como estacionamentos. A exemplo da área anterior, há aqui também presença significativa de consumidores motorizados, indicada também pela grande oferta de estacionamentos, inclusive rotativos.

9. Área Hospitalar: esses dois quarteirões que integram a área de estudo, apresentam as mesmas características do restante da região hospitalar, estabelecendo com o Hipercentro relação de transição através dos usuários do Sistema Público de Saúde e estudantes do Campus da Saúde da UFMG que se dirigem à área pela Avenida Afonso Pena e através do Parque Municipal. A implantação da Linha Verde, estendida até a interseção da Avenida dos Andradas e do Contorno, reforça a vinculação desses quarteirões ao Hipercentro. Os principais conflitos urbanos observados nessa área estão relacionados à sua especialização funcional e aos impactos ambientais originados pelo crescente fluxo de veículos que passa pela área e/ou se dirige a ela, contribuindo para o aumento dos níveis de ruídos e poluição atmosférica na região. (PBH/Práxis, 2007, p.14 e 15)

Mapa 4 - Sub-Áreas do Hipercentro



Fonte: PBH/PRÁXIS, 2007

Este trabalho da Prefeitura mostra que atualmente o Hipercentro se subdivide em áreas com distinções que são conferidas principalmente pela especialização do uso do solo, pela presença de equipamentos polarizadores e pelas formas de apropriação social particulares. De acordo com o nosso arcabouço teórico, essas diferenciações ambientais dentro do Hipercentro também refletem em diferenciações na dinâmica criminal entre esses territórios – relação que iremos explorar mais a frente em nossa pesquisa.

3. PROGRAMA CENTRO VIVO

Neste capítulo iremos falar sobre o Programa Centro Vivo, nome dado ao grande número de intervenções realizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte a partir de 2002 na área hipercentral da cidade. Apresentado o Programa, iremos expor o conteúdo de cada uma de suas intervenções realizadas nos espaços públicos e iremos propor uma análise da interação dessas ações com a dinâmica criminal a luz das teorias que foram apresentadas no capítulo anterior.

3.1. O que é o Programa Centro Vivo

O Programa Centro Vivo é definido oficialmente como um conjunto de obras e projetos sociais da Prefeitura de Belo Horizonte que visam à recuperação da área hipercentral da capital (PBH, 2007).

Embora tenha sido divulgado apenas em 2004, o Centro Vivo engloba as reformas iniciadas em 2002 na Praça Sete e em 2003 na Praça da Estação, assim como a substituição dos camelôs pelos shoppings populares realizada em 2003. Também foram resgatados e passaram a integrar o Programa os projetos ganhadores do concurso lançado pela Prefeitura em 1989, sobre o qual falamos no capítulo anterior.

Segundo a Prefeitura, o Programa Centro Vivo é interdisciplinar e possui quatro eixos de atuação: planejamento urbano, segurança, inclusão social e econômica, e requalificação ambiental e urbanística, e os eixos são desenvolvidos de forma que suas ações sejam coerentes entre si, estabelecendo relação de reforço e complementaridade (PBH, 2016).

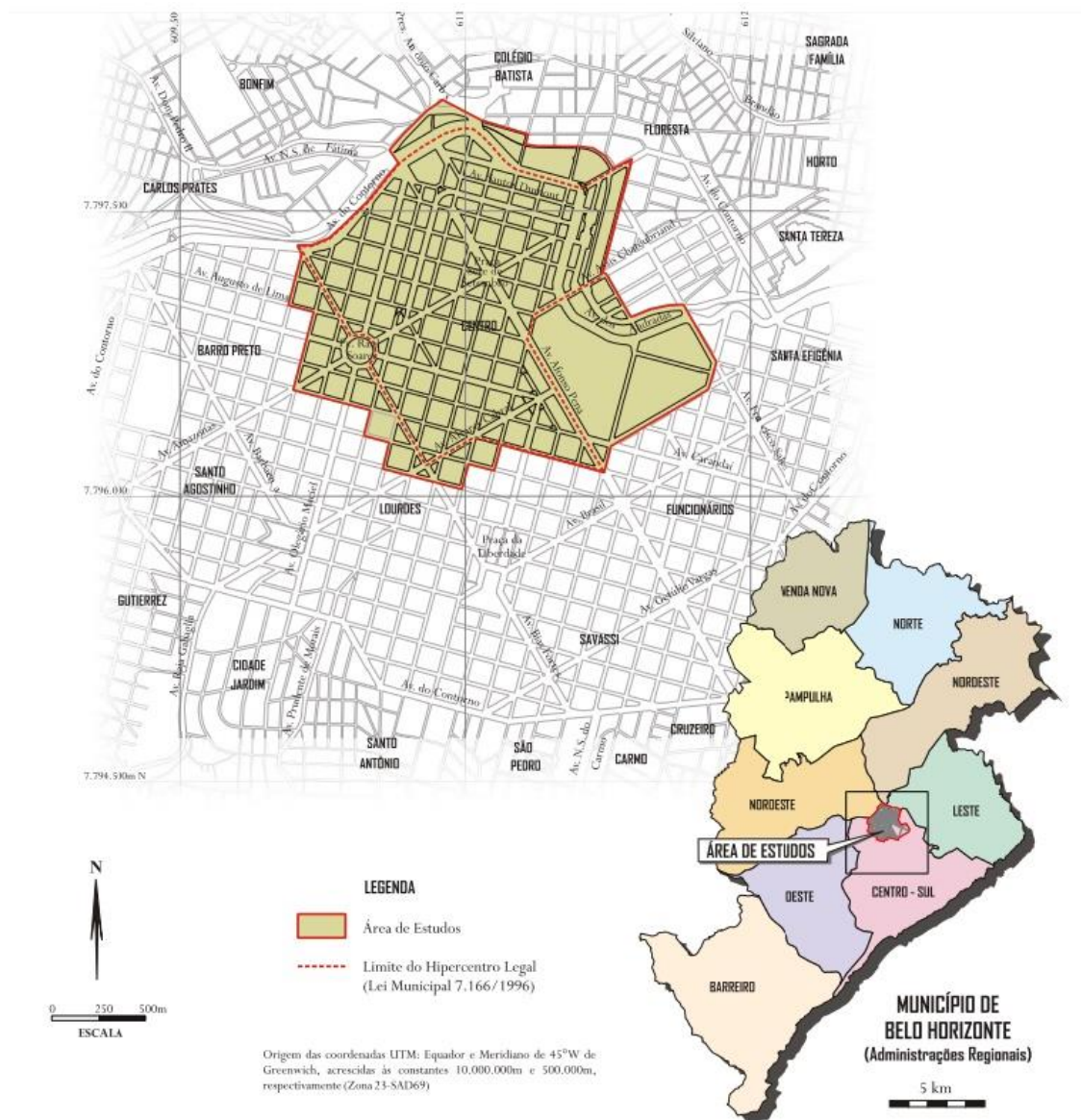
O Centro Vivo compreende a reforma dos espaços públicos hipercentrais (praças, quarteirões fechados e parques), a restauração dos marcos urbanos e edifícios de valor histórico, a reestruturação de vias públicas e dos passeios em prol da melhor circulação e acessibilidade dos pedestres, a melhora no controle de tráfego dos veículos, a transferência dos camelôs para shoppings populares, as melhorias na infraestrutura física dos teatros, a recuperação de viadutos, a construção de estações para transporte coletivo, a criação de restaurantes populares, o aproveitamento de edifícios subutilizados (inclusive prevendo a conversão em unidades habitacionais), a despoluição visual, a otimização da iluminação, a limpeza, e a melhoria da drenagem urbana (PBH/Práxis, 2007).

Como justificativa para o empreendimento, a Prefeitura apontou os fortes sinais de descaracterização e redução do dinamismo socioeconômico: a presença de imóveis fechados há mais de cinco anos, a perda das atividades consideradas tradicionais, a substituição dos

tipos de comércio e serviços, o declínio da população residente, a crescente dificuldade para venda de apartamentos, os conflitos de uso (entre os pedestres, os veículos e o mobiliário urbano), e o forte status de local inseguro e degradado. Todas as intervenções seriam para recuperar as características originais dos espaços aliando preservação, funcionalidade e segurança (PBH/Práxis, 2007).

De acordo com o Plano de Reabilitação do Hipercentro – responsável por definir as diretrizes das obras, soluções de planejamento, desenho urbano e paisagismo do Centro Vivo –, as intervenções contemplam a área poligonal formada pelos quarteirões correspondentes ao Hipercentro legal, definido como macrozona de Belo Horizonte através da Lei 7.166 de 1996, acrescidos do Parque Municipal, quarteirões ao longo do Ribeirão Arrudas, dois quarteirões da área hospitalar e dos quarteirões adjacentes à Avenida Bias Fortes.

Mapa 5 - Área de intervenção do Programa Centro Vivo



Fonte: PBH/PRÁXIS, 2007

Os locais escolhidos para serem os alvos prioritários das intervenções urbanísticas foram aqueles em que se constatou a existência dos maiores fluxos diários de pessoas e elevado valor simbólico. Como bem analisou Vilela (2006), foi planejada uma espécie de acupuntura urbana em que foram identificados pontos estratégicos do tecido urbano para o tratamento, visando à disseminação dos benefícios resultantes das ações empreendidas pelo Programa.

3.2. As intervenções nos logradouros públicos

Até a conclusão desta dissertação, já haviam sido investidos mais de R\$ 100 milhões na execução dos projetos e concluída parte significativa das obras de requalificação urbanística propostas (Belo Horizonte, 2016).

A seguir, serão expostas as informações sobre o conteúdo dessas obras e, no subcapítulo posterior, iremos analisar como cada um destes tipos de intervenção no espaço público urbano pode exercer influência sobre a dinâmica criminal na região, tendo como embasamento o corpo teórico adotado no capítulo anterior. As informações seguintes foram obtidas através de solicitações formais a SUDECAP e a Gerência Regional de Projetos Urbanos e Requalificação do Hipercentro.

3.2.1. Praça 7

De setembro de 2002 a setembro de 2003, a Praça 7 de Setembro passou por inúmeras reformas. Seu famoso obelisco foi restaurado e impermeabilizado contra pichações, o sistema de iluminação foi modificado, as calçadas foram refeitas e foram criados espaços para manifestações artísticas (tribuna e anfiteatro públicos), seus pisos foram substituídos, novos equipamentos instalados (jardineiras, cobertura para floristas, bancas de revistas padronizadas, cabines telefônicas, caixas de correios e lixeiras) e seu espaço submetido a tratamento paisagístico.

Foram definidas normas específicas para o licenciamento de atividades e o uso de mesas e cadeiras nos quarteirões fechados – determinação de padronização deste tipo de mobiliário para que ele fique adequado ao projeto arquitetônico de cada quarteirão –, foi proibida a atividade de distribuir panfletos, montar estruturas ou equipamentos que possam danificar a Praça e o licenciamento de feiras e exposições nos quarteirões. Em novembro de 2003, foi feita uma campanha com o objetivo de conscientizar à população sobre a importância da limpeza e preservação da Praça, envolvendo atividades socioculturais desenvolvidas pela Regional Centro-Sul em parceria com a SLU e órgãos relacionados.

3.2.2. Rua Mato Grosso do Sul

A Prefeitura readequou viariamente a Rua Mato Grosso do Sul através de obras que foram iniciadas em outubro de 2003 e finalizadas em abril de 2004. As obras incluíram a

realização da cobertura em uma extensão de 80 metros do Ribeirão Arrudas e construção de nova pista de rolamento, aumentando a acessibilidade ao Complexo Viário da Lagoinha e eliminado o semáforo para o retorno, o que diminui os congestionamentos no local.

3.2.3. Avenida Alfredo Balena e Alameda Ezequiel Dias

Em Julho de 2004, foram finalizadas as calçadas da Avenida Alfredo Balena e da Alameda Ezequiel Dias. Elas foram readequadas permitindo a integração com o sistema de transporte coletivo e facilitado o acesso aos prédios de serviços de saúde pública, além de terem sido alargadas para criar espaços para espera de ônibus sem interferir na circulação de pedestres. Também foram realizadas a recuperação do paisagismo, a drenagem superficial que a região necessitava e a padronização do mobiliário urbano ao longo dessas vias.

3.2.4. Praça da Estação

A Prefeitura entregou à população em agosto de 2004 as obras de requalificação da Esplanada da Praça da Estação que contemplaram a implantação do piso com placas de concreto texturizado em tom avermelhado e juntas em granito preto em uma área de aproximadamente 12 mil metros quadrados, formando um grande espaço destinado aos pedestres, e a instalação de dois conjuntos de fontes no espaço de pedestres, sendo que as fontes podem ser desligadas, o que permite que a área seja utilizada para eventos.

Foram erguidos novos postes de iluminação nas laterais da praça com aproximadamente 20 metros de altura, dotados de grande potência e iluminação especial para eventos, desenvolvido um novo projeto paisagístico e realizada a adequação dos mobiliários urbanos da região.

3.2.5. Rua dos Caetés

A Rua dos Caetés passou por processo de requalificação arquitetônica e ambiental que durou de agosto a dezembro de 2004. Foram substituídos os pisos das calçadas e do pavimento das ruas, construída uma nova rede de drenagem, instaladas luminárias em dois níveis e niveladas as caixas das concessionárias.

Foi realizado um trabalho de tratamento paisagístico, padronização do mobiliário urbano (lixeiras, gradis e abrigos), substituição e reforço da iluminação. Os imóveis tombados

tiveram suas fachadas restauradas e as placas comerciais foram readequadas. Também houve a instalação de um posto de vigilância.

3.2.6. Rua dos Carijós

As obras da Rua dos Carijós foram iniciadas em agosto de 2005 e finalizadas em abril de 2006. Foram executados serviços de implantação de novas redes de drenagem e de esgoto, alargamento e recuperação das calçadas, e elevações da pista nos cruzamentos para facilitar o trânsito de pessoas com mobilidade reduzida.

3.2.7. Rua Aarão Reis

As obras de urbanização e revitalização da Rua Aarão Reis, entre a Praça Rui Barbosa e a Avenida Assis Chateaubriand, foram finalizadas em fevereiro de 2006, onze meses após o seu início. Foram realizadas a demolição e reconstrução de pisos, drenagem, melhora da iluminação pública, pavimentação em paralelepípedo e construção de plataforma para pedestres em estrutura metálica com cobertura em fibra de vidro.

3.2.8. Rua Rio de Janeiro

A Rua Rio de Janeiro foi requalificada em seu trecho entre a Rua dos Tamoios e a Avenida Augusto de Lima. A obra foi iniciada em dezembro de 2006 e concluída em outubro de 2007. As calçadas foram ampliadas e adaptadas às normas de acessibilidade, com instalação de piso podotátil para a orientação de pessoas com deficiência visual e de faixa de 1,2 metro de largura, livre de obstáculos, para quem tem dificuldade de locomoção.

Foram realizadas adequações na rede de drenagem, recapeamento do asfalto, instalação de nova sinalização, otimização da iluminação e implantação de projeto paisagístico.

3.2.9. Praça Raul Soares

As obras na Praça Raul Soares tiveram início no final de agosto de 2007 e foram concluídas em julho de 2008. A requalificação deste importante espaço coletivo incluiu a recuperação dos jardins, das calçadas portuguesas e da fonte, que passou a permitir o

sincronismo de luz, água e música. O mobiliário urbano foi adequado, com a instalação de bancos no modelo original da praça que fora construída na década de 30 e teve inspiração francesa. Foram realizadas adequações nas travessias de pedestres e instalação de nova iluminação pública e cênica.

As intervenções também abrangeram as calçadas do entorno e canteiros centrais. O projeto paisagístico contemplou o plantio de árvores nas calçadas do entorno e de roseiras na Praça e a poda dos fícus anões.

3.2.10. Mercado Central e adjacências

Iniciada em abril de 2008 e finalizada em dezembro do mesmo ano, a requalificação ambiental do entorno do Mercado Central incluiu obras no polígono formado pela Avenida Augusto de Lima e ruas Santa Catarina, dos Goitacazes e Curitiba, Avenida Amazonas entre a Praça Raul Soares e a Rua Santa Catarina, Avenida Augusto de Lima entre as ruas Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e Avenida Olegário Maciel entre ruas dos Goitacazes e dos Guajajaras (excluindo a Praça Raul Soares).

Foi realizado o alargamento das calçadas e elevação das pistas com nivelamento na Avenida Augusto de Lima, ligando as entradas do Mercado Central e do Minascentro, com execução de piso em blocos intertravados de concreto; elevação de pista na Rua dos Goitacazes nas esquinas com Rua Santa Catarina e com Rua Curitiba; implantação de calçadões nos quatro quarteirões fechados adjacentes à Praça Raul Soares (Avenida Olegário Maciel e Avenida Augusto de Lima); implantação de sistema de drenagem; instalação de mobiliário urbano que inclui lixeiras, bancos, telefones públicos, bicicletário e bases para bancas de revistas; melhoria do sistema de iluminação pública; execução de arborização e implantação de projeto paisagístico.

3.2.11. Avenida Amazonas

A requalificação da Avenida Amazonas no trecho entre as ruas da Bahia e Espírito Santo também foi iniciada em abril de 2008 e concluída em dezembro. Ela incluiu a recuperação da calçada em pedra portuguesa, execução de novos jardins, instalação de novo mobiliário urbano (com lixeiras, gradis e bancas de jornais padronizadas), alargamento das calçadas, recuperação do pavimento em paralelepípedo, execução de nova pavimentação de calçadas (com regularização do nível da superfície), instalação de novo sistema de iluminação

pública, instalação de nova sinalização de trânsito (horizontal, vertical e semafórica), recuperação do sistema de drenagem (relocação de bocas de lobo, execução de novas sarjetas, execução de canaletas e instalação de grelhas) e instalação de novo sistema de irrigação.

3.3. Efeitos teóricos das intervenções urbanísticas sobre a Segurança Pública

Como expomos ao longo do capítulo anterior, muitos sociólogos consideram as características ambientais dos espaços públicos como bem mais que meros planos de fundo das atividades que ocorrem no meio urbano, sendo reconhecidas como importantes elementos que interferem na natureza e na forma como essas atividades e as interações sociais se desenvolvem e acontecem, influenciando a dinâmica criminal das cidades. Neste sentido, vamos discutir em seguida os efeitos que os componentes das intervenções realizadas pelo Programa Centro Vivo teriam, segundo o nosso corpo teórico, sobre a criminalidade.

A substituição do mobiliário urbano, que inclui lixeiras, bancos, gradis, bancas de revistas e caixas de engraxate, por modelos novos e que seguem um design padrão determinado pela Secretaria de Administração Regional Municipal Centro-Sul eliminaria parte da desordem física que implica em sensação de descaso por parte do poder público e da comunidade, sendo indicador de controle – desestimulando pequenos atos de vandalismo e depredação ocasionais que seriam comuns em espaços que passam a mensagem de estarem abandonados pela comunidade e pelo Estado (Jackson, 2011; Wyant, 2008; Brunton e Sturgis, 2011; Skogan e Maxfield, 1981; Bruton e Jackson, 2011; Lewis e Salem, 1986; Wilson e Kelling, 1982).

A ausência da deterioração física decorrente destes pequenos delitos, por sua vez, evitaria que os transeuntes sejam encorajados pela sensação de ausência de coação a perpetrar crimes de maior seriedade (Wilson e Kelling, 1982). Um conjunto de mobiliário em bom estado de conservação representaria que há zelo em relação ao espaço público e que os atos desviantes têm grandes chances de serem observados (Jacobs, 1961; Angel, 1968; Newman, 1972), o que simboliza guardiões capazes, inibindo a ação dos criminosos (Skogan e Maxfield, 1981; Bruton e Jackson, 2011).

A implantação de mobiliários urbanos de descanso, como bancos, arquibancadas e abrigos, incentivaria a permanência das pessoas nos logradouros e aumenta significativamente a atividade humana desenvolvida onde eles são instalados (Jacobs, 1961; Jeffery, 1977). A maior presença de usuários legítimos desenvolveria o que chamamos de vigilância natural. A

vigilância natural é apontada como um dos mais importantes e eficazes constituintes do elemento guardião, que incide diretamente sobre a redução das oportunidades criminais em um determinado espaço (Cohen e Felson, 1969).

O mobiliário que incentiva a permanência também estimularia a formação dos laços sociais que são basilares para o desenvolvimento do controle social informal e para a manutenção da organização social em uma região (Ramney e Shrider, 2014).

A restauração das calçadas reduziria a desordem física do Hipercentro, o que simboliza presença da esfera pública naquele ambiente e controle social (Wilson e Kelling, 1982). A aplicação de padrões de desenhos personalizados para cada uma das ruas conferiria identidade às vias e estimularia o pego emocional da comunidade com o espaço, o que as pesquisas revelam estar relacionado positivamente com o *willingness*¹⁴ em caso de delito eminente (Sampson et al., 1997).

A desobstrução dos passeios e a sua adequação as normas de acessibilidade e mobilidade aumentaria a visibilidade das calçadas e amplia a capacidade de ver e ser visto daqueles que ali transitam, reduzindo a vulnerabilidade das vítimas (Angel, 1968; Newman, 1972) e facilitaria a vigilância e a atuação do elemento guardião, o que diminuem as oportunidades criminais (Cohen e Felson, 1969; Taylor, 1995).

O potencial preventivo da adequação, manutenção e poda dos componentes urbanos arbóreos, assim como a otimização da iluminação pública, evitando a formação de zonas de penumbras nas vias, também ampliaria a visibilidade do local, assim como no caso da desobstrução das calçadas, diminuindo a vulnerabilidade das vítimas e expandindo a capacidade de vigilância de possíveis guardiões através da extensão de seu campo de visão multidirecional (Cohen e Felson, 1969; Taylor, 1995). A maior visibilidade nesses espaços públicos também implicaria em aumento da percepção de risco (Jacobs, 1961; Angel, 1968; Newman, 1972) por parte dos ofensores motivados, o que em seu cálculo racional os dissuadiria a agir (Clarke e Felson, 1993; Cornish e Clarke, 2014).

A restauração das fachadas tombadas e sua manutenção por meio da regulamentação denotariam o investimento e controle da esfera pública sobre a região. A regulamentação dos engenhos publicitários evitaria o retorno da descaracterização e de boa parte da poluição visual. Essas três medidas implicariam na eliminação de boa parte dos sinais de degradação e desordem ambientais que afetam as vias, simbolizando a presença de controle na região (Wilson e Kelling, 1982).

¹⁴ Boa vontade dos membros de um comunidade em intervir e agir em prol do bem comum (Sampson et al., 1997).

A restauração dos monumentos históricos e a implantação de mais placas turísticas e informativas funcionariam da mesma forma que a recuperação personalizada das calçadas em pedra portuguesa, resgatando e conferindo identidade as vias contempladas, o que despertaria apego emocional da comunidade e estaria relacionado a uma maior boa vontade em intervir pelo bem comum.

O mesmo ocorreria quando há recomposição e resgate do paisagismo original dos espaços públicos, com a adição do seu potencial em reduzir os elementos de desordem física encontrados em canteiros abandonados, o que é interpretado como maior controle exercido sobre o espaço público, desencorajando a ação de desviantes no lugar (Wilson e Kelling, 1982).

A reordenação dos pontos de transporte público e a construção de plataformas de embarque diminuiria a problemática envolvida na dispersão sem planejamento dos pontos de ônibus por todo o território que compõe a região hipercentral, que implica em um trânsito intenso de usuários se deslocando de um ponto ao outro e lotação dos passeios de determinados segmentos de rua, e diminuiria a disponibilidade de alvos (Taylor, 1995; Reynald, 2011). Consequentemente, reduziria as oportunidades criminais que provinham das grandes aglomerações distraídas e dos grandes fluxos de pedestres (Cohen e Felson, 1979).

A requalificação de vias privilegiando o pedestre e o trânsito local reduziria o tráfico em muitos segmentos de ruas que compõe a malha viária do Hipercentro e diminuiria a densidade populacional geral nas ruas. Essas modificações diminuiriam a exposição das vítimas potenciais e reduziria a probabilidade de formação de um contexto ambiental em que houvesse convergência no tempo e no espaço de possíveis vítimas e ofensores motivados, o que resultaria em menos oportunidades para o cometimento de crimes (Cohen e Felson, 1979; Roncek, 1981; Taylor, 1995; Reynald, 2011).

De uma maneira geral, todas estas intervenções, além de influir em um ou outro aspecto das teorias criminológicas, possuiriam um caráter ainda mais significativo: demonstrariam o papel do nível público de controle e regulação do espaço, transmitiriam a ideia de que o espaço tem um dono que se responsabiliza por ele tanto em termos físicos como em relação às atividades humanas que ali são realizadas.

Tabela 2 - Síntese dos efeitos teóricos das intervenções do Programa Centro Vivo

Intervenção	Teoria da Desorganização Social	Teoria das Oportunidades
Restauração/Padronização do mobiliário urbano (lixeiras, gradis, bancas, etc.)	(-) Desordem física → (+) Presença da esfera pública (+) Controle social (simbólico)	
Mobiliário urbano que incentiva a permanência (bancos, abrigos, etc.)	(+) Laços sociais → (+) Controle social informal	(+) Atividade humana → (+) Vigilância natural (+) Potencial guardião
Calçadas		
- Restauração	(-) Desordem física → (+) Presença da esfera pública (+) Controle social (simbólico)	
- Aplicação de padrões de desenhos	(+) Identidade → Apego emocional → Willingness	
- Desobstrução/adequação as normas de acessibilidade e mobilidade		(+)Visibilidade >→(-) Vulnerabilidade das vítimas (+) Potencial guardião
Arborização		
- Recomposição e resgate do paisagismo original	(-) Desordem física → (+) Presença da esfera pública (+) Controle social (simbólico)	
- Adequação e manutenção/poda	(-) Desordem física → (+) Presença da esfera pública (+) Controle social (simbólico)	(+)Visibilidade >→(-) Vulnerabilidade das vítimas (+) Potencial guardião
Iluminação homogênea		(+)Visibilidade >→(-) Vulnerabilidade das vítimas (+) Potencial guardião
Despoluição visual (regulamentação de engenho publicitário)	(-) Desordem física → (+) Presença da esfera pública (+) Controle social (simbólico)	
Restauração de fachadas	(-) Sinais físicos de descaso com propriedade privada → (+) Controle social	
Restauração de monumentos	(+) Identidade → (+) Apego emocional → Willingness (+) Presença da esfera pública	
Placas informativas e turísticas	(+) Identidade → (+) Apego emocional → Willingness (+) Presença da esfera pública	
Reordenação dos pontos de transporte coletivo		(-) Alvos disponíveis → (-) Oportunidades criminais
Requalificação de vias privilegiando o pedestre e o trânsito local		(-) Tráfego →(-) Exposição da vítimas (-) Contexto ambiental de convergência no tempo e espaço de vítimas e ofensores

Fonte: Elaborado pela autora

Apropriando da lente das teorias referenciais abordadas, o Programa Centro Vivo poderia ser interpretado como uma medida do Poder Municipal para reduzir a criminalidade na região, tendo como estratégia a execução de intervenções que diminuiriam o contexto ambiental propício para a ação criminal. Todas estas modificações nos aspectos urbanísticos de importantes espaços públicos do Hipercentro de Belo Horizonte possuiriam, portanto, consequências que alterariam a dinâmica criminal na região.

4. METODOLOGIA

Primeiramente, devemos lembrar que esta dissertação estuda o processo de transformação da região hipercentral de Belo Horizonte – que culminou durante os anos 90 em uma área com elevados índices de crimes patrimoniais – à luz das principais teorias sociológicas que interpretam a criminalidade como um fenômeno fortemente influenciado pelos componentes ambientais.

Nos capítulos seguintes, pretendemos analisar a dinâmica criminal de roubos consumados no Hipercentro frente ao maior e mais recente programa do Poder Público Municipal de requalificação urbanística direcionado à região: o Programa Centro Vivo.

Os roubos são o segundo tipo criminal mais comum no Hipercentro, ficando atrás apenas dos furtos. Infelizmente, os crimes de furtos não podem ser analisados em nossa pesquisa, pois todo o banco de dados desta modalidade criminal anterior ao ano de 2010 encontra-se corrompido devido a problemas técnicos no COPOM, antigo sistema de dados utilizado pela PMMG, e no REDS, sistema atual utilizado pela SEDS. Os dados referentes às ocorrências de roubos durante o ano de 2007 também não serão trabalhados, pois não possuem informações suficientes para que sejam georreferenciados.

O banco de dados que será utilizado é, portanto, composto pelas ocorrências oficiais de roubos consumados na cidade de Belo Horizonte entre os anos de 1998 e 2015, excluindo o ano de 2007. Este recorte temporal foi adotado, pois compreende todos os anos anteriores ao Programa Centro Vivo, desde quando as ocorrências começaram a ser compiladas munidas de coordenadas geográficas em um sistema pela PMMG, até os dados de ocorrências mais recentes disponibilizados pela SEDS. Estes dados foram cedidos pelo Centro de Informações de Defesa Social (CINDS), um órgão veiculado a Secretaria de Estado de Defesa Sociais de Minas Gerais (SEDS), por meio de solicitação formal com assinatura de termo de compromisso.

A área do estudo compreende o Hipercentro legal, definido como macrozona de Belo Horizonte através da Lei 7.166 de 1996, acrescido do Parque Municipal, quarteirões ao longo do Ribeirão Arrudas, dois quarteirões da área hospitalar e dos quarteirões adjacentes à Avenida Bias Fortes (conforme mostra o Mapa 1) – formando a região onde ocorreram as intervenções do Programa Centro Vivo.

A nossa análise se orientará pelas seguintes perguntas:

- Os roubos consumados se distribuem de forma homogênea pelo Hipercentro ou heterogênea, havendo lugares com maiores concentrações e outros com menores?

- No caso de heterogeneidade, todos os lugares com concentrações maiores são os mesmos ao longo dos anos em que não há intervenções? Quais as características dos lugares de criminalidade crônica?
- Nos anos em que foram realizadas as intervenções, houve mudanças em relação a dinâmica criminal dos anos anteriores em que não haviam sido feitas intervenções? Que mudanças foram essas? Houve aumento ou diminuição dos *hot spots*? Ocorreu migração criminal ou dispersão?
- Como foi a dinâmica criminal nos anos seguintes as intervenções?
- Em termos numéricos, como se comportou a criminalidade hipercentral durante o recorte temporal (1998-2015)? Houve alteração da tendência crescente que a PMMG havia identificado desde os anos 90?

Inspirados pelo arcabouço teórico, a nossa hipótese é que os *hot spots* de roubos não se distribuem por todo o território hipercentral, mas se concentram em determinadas regiões e mantêm-se estáveis nos períodos em que não há intervenções urbanísticas no território. Acreditamos que após as intervenções urbanísticas do Centro Vivo houve atenuação destes *hot spots* e que não ocorreu dispersão ou migração da criminalidade. Também acreditamos que a tendência ascendente que as taxas de roubos consumados apresentavam antes das intervenções foi reduzida.

O método escolhido para a análise espacial dos dados foi a aplicação da metodologia estatística de estimação de densidade de ponto usando a função de Kernel. Essa função constitui um método muito utilizado na análise criminal de estimativa de densidade baseada na distribuição de pontos geográficos que representam os locais das ocorrências criminais. Para estimar a densidade de crimes numa posição $P(x,y)$, conta-se o número de eventos dentro de um raio determinado em torno de (x,y) . Esta contagem é ponderada pela distância de cada evento em relação ao ponto de referência (x,y) .

A análise de densidade nos propicia a obtenção de uma imagem mais realística da distribuição dos *hot spots* criminais, não sofrendo interferência indesejadas por barreiras administrativas artificiais (Paynich & Hill, 2010) e é considerada mais vantajosa do que os populares mapas de pontos, pois proporciona uma leitura de resultados clara em que a concentração criminal fica evidente através do emprego de diferentes nuances de cores, inexistindo os problemas decorrentes de grandes aglomerações ou sobreposição de pontos (Harries, 1999).

Através do QGIS, software de tratamento de dados que envolve Sistema de Informações Geográficas (SIG), cada uma das ocorrências contidas no nosso banco de dados foi transformada em pontos georreferenciados e, em seguida, foi gerado para cada ano um mapa de Kernel por interpolação com gradação de cores, também chamado de mapa de calor. Pela função utilizada, a calibração considerou um raio fixo de 75 metros para estimar as funções a partir das quais os mapas foram gerados. A gradação de cores vai dos tons mais frios aos mais quentes, representando as regiões com menores e maiores concentrações criminais respectivamente. As manchas completamente vermelhas simbolizam os *hot spots* de roubos consumados. Posteriormente, elas foram isoladas através da vetorização dos rasters e filtragem, gerando os mapas de *hot spots*.

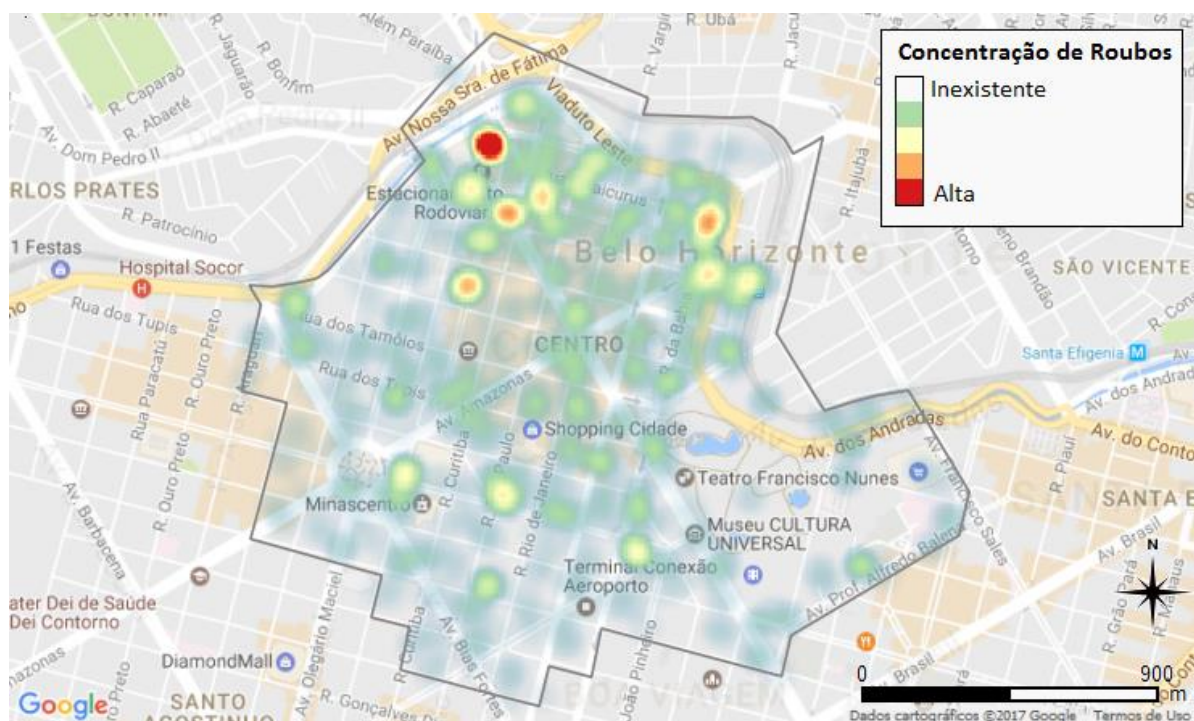
Para responder se houve alteração da tendência numérica ascendente nas taxas de ocorrências de roubos durante o período analisado, os dados numéricos foram transformados em gráficos de linhas para cada período: anos anteriores as intervenções (1998-2002), durante a realização das intervenções (2003-2008) e após as intervenções (2009-2015). Para uma visualização que permitisse a realização de comparação, foram geradas dimensões comparativas: uma apenas para as ocorrências no Hipercentro, uma para todas as ocorrências em Belo Horizonte e uma para Belo Horizonte sem as ocorrências no Hipercentro.

A nossa área de estudo será chamada simplesmente de “Hipercentro” ou “área hipercentral” e os termos “*hot spots*” e “zonas quentes de criminalidade” possuirão o mesmo significado.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

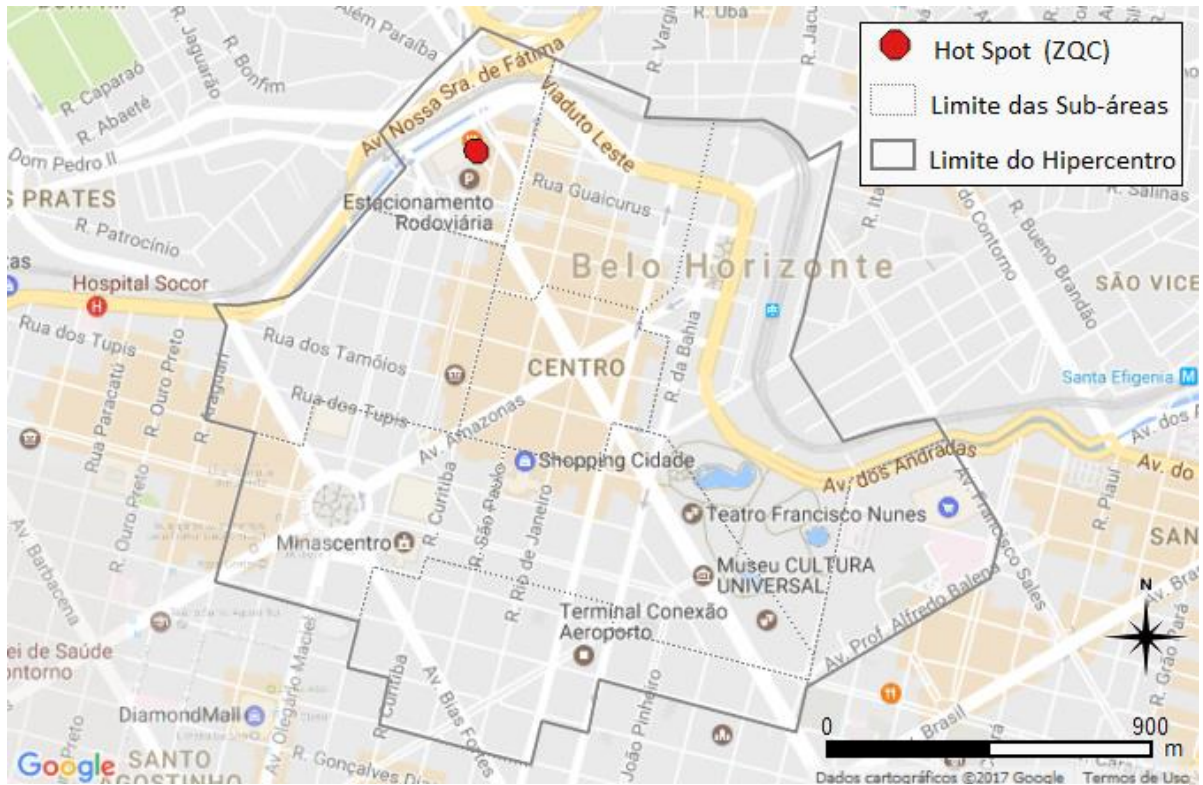
A nossa pesquisa inicia-se em 1998. Dentro do nosso recorte temporal, esse foi o ano em que houve o menor número de registros de crimes de roubos na cidade e no Hipercentro. A aplicação da função de Kernel na construção do mapa de calor referente a esse ano revelou que as mais elevadas concentrações criminais ocorreram na Rodoviária, nas adjacências da Praça Rio Branco, na Praça da Estação e na Avenida Paraná entre as ruas dos Carijós e dos Tupinambás. A única zona quente de criminalidade relativa a 1998 foi localizada sobre a Rodoviária.

Mapa 6 - Mapa de calor do Hipercentro (1998)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

Mapa 7 - Mapa de hot spots no Hipercentro (1998)

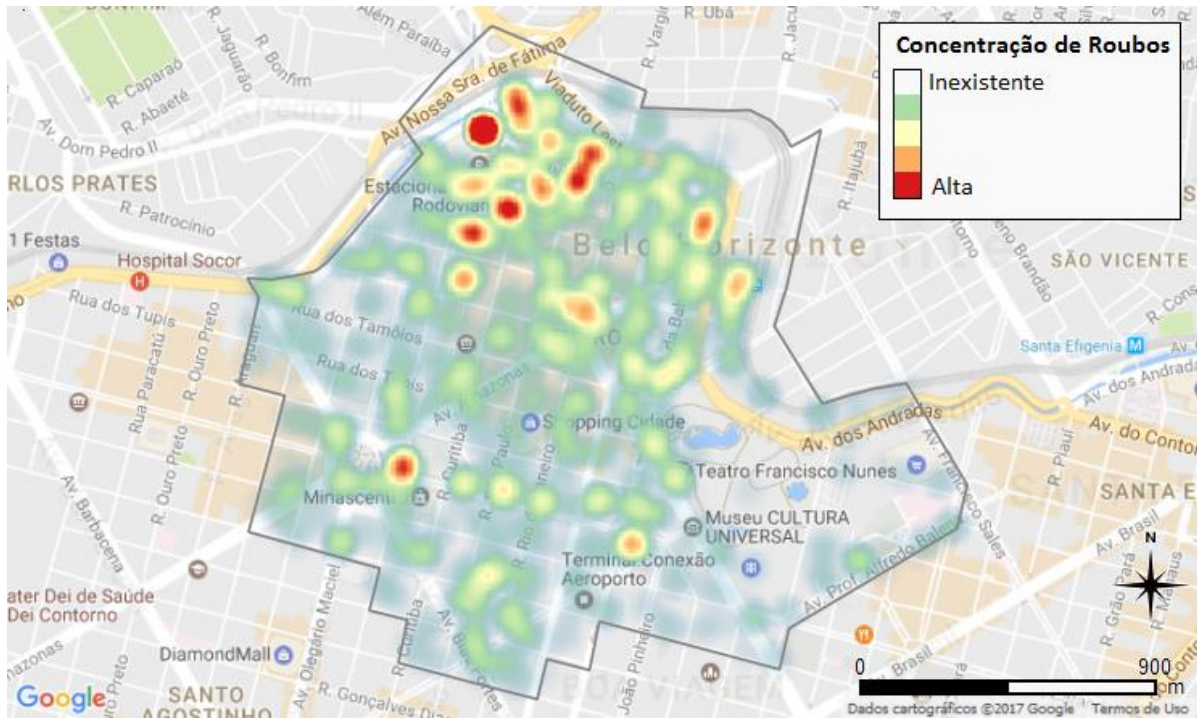


Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

Os mapas referentes ao ano seguinte, 1999, mostram que a zona quente de criminalidade sobre a Rodoviária aumentou em relação ao ano anterior. Ao seu redor, a concentração de roubos também aumentou, formando dois novos *hot spots*: um na Praça Rio Branco e outro na Rua dos Guaicurus próximo ao cruzamento com a Rua São Paulo.

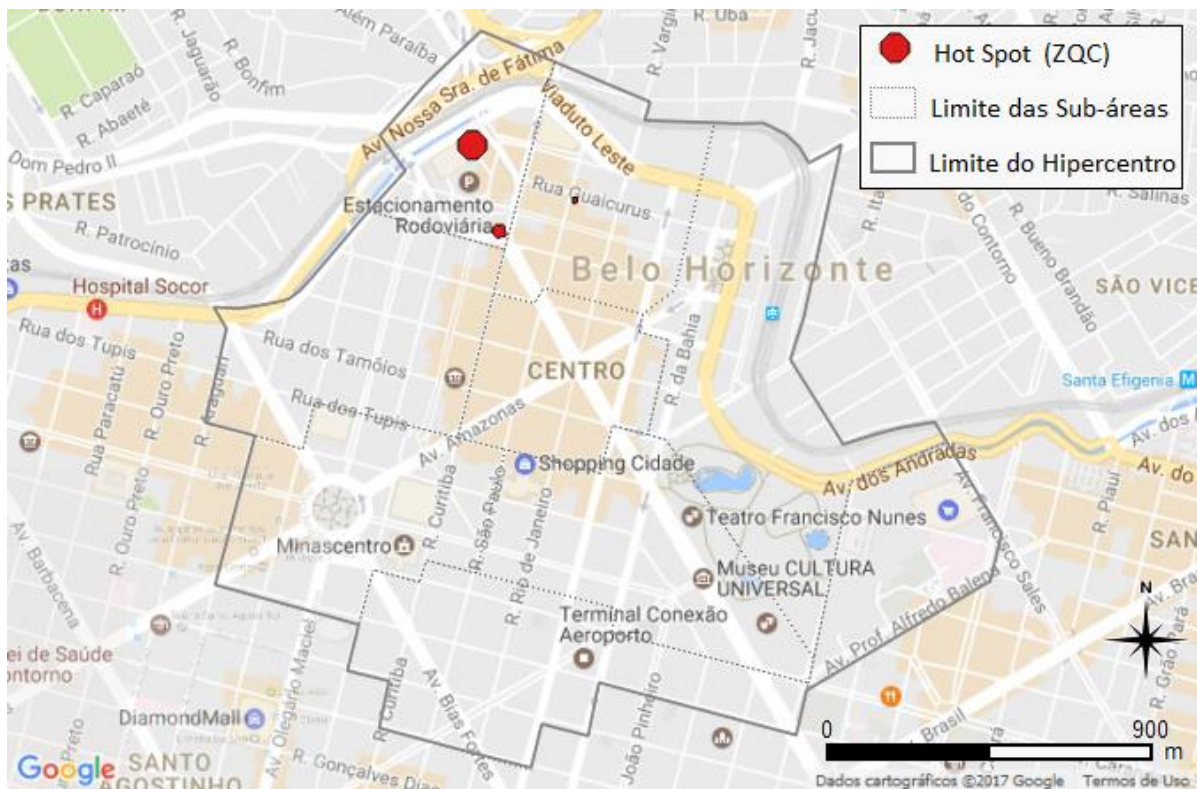
Em relação a 1999, ocorreu um aumento geral nas densidades em todo o território, o que fez com que mais locais fossem identificados com elevadas concentrações criminais. Neste caso, a Praça Raul Soares e a Praça 7.

Mapa 8 - Mapa de calor do Hipercentro (1999)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

Mapa 9 - Mapa de hot spots no Hipercentro (1999)

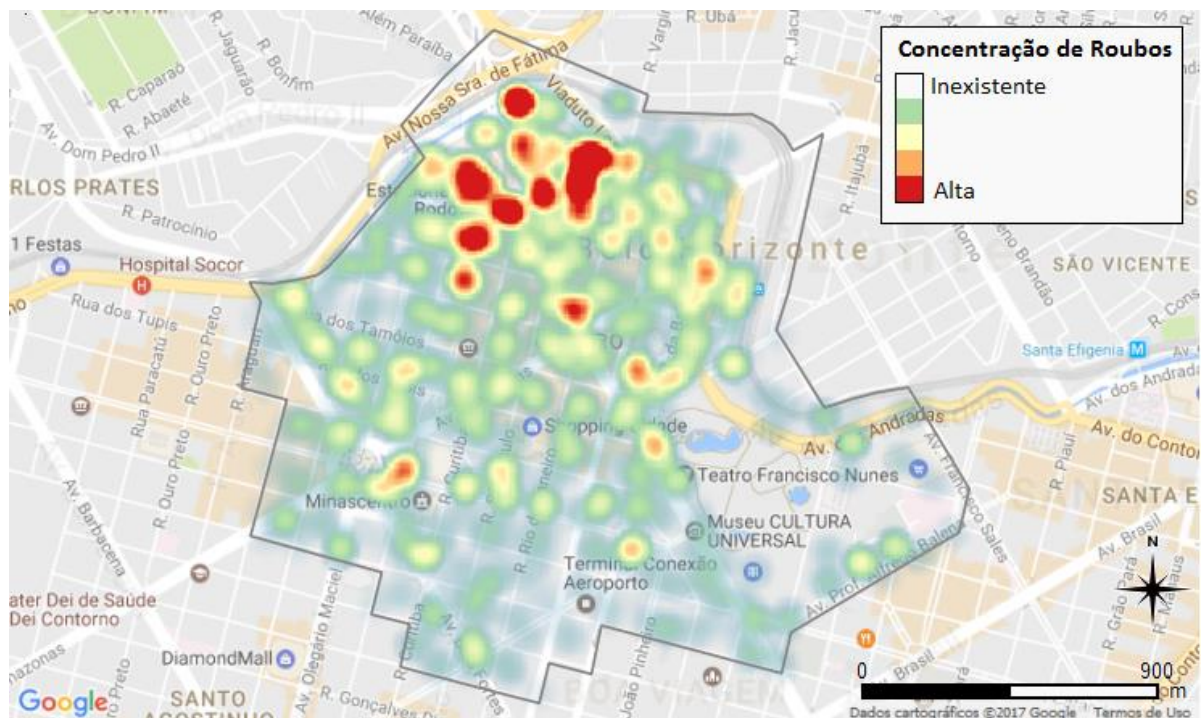


Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

Comparando os mapas do ano 2000 com os dos anos anteriores, percebemos uma nítida ampliação das zonas quentes de criminalidade sobre a Rodoviária e em suas mediações – na Praça Rio Branco e em direção a Avenida Paraná. A zona quente que havia sido identificada durante o ano anterior na Rua dos Guaicurus também aumentou, passando a se estender pela Rua São Paulo.

A Praça 7, que em 1999 já apresentava uma elevada concentração de roubos, passou a configurar um *hot spot*. A Praça Raul Soares e a Praça da Estação apresentaram concentrações semelhantes as de 1999.

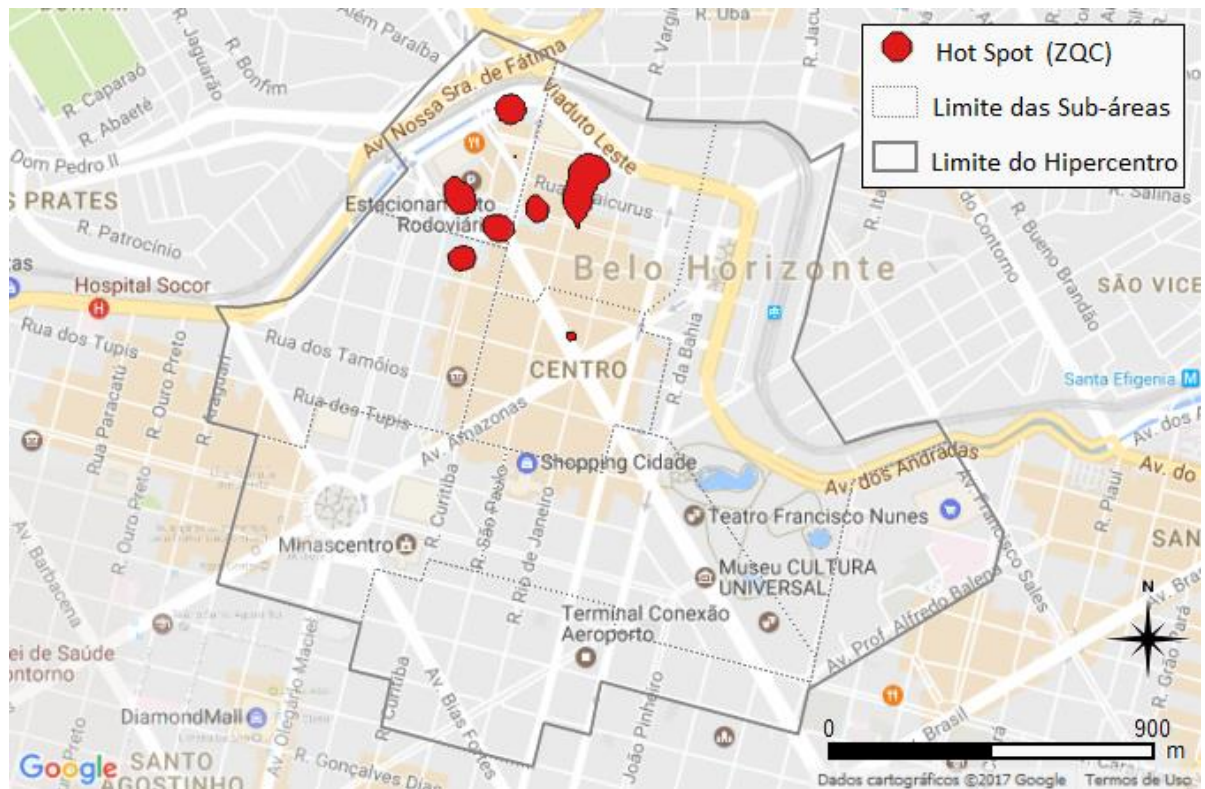
Mapa 10 - Mapa de calor do Hipercentro (2000)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google

Mapa: Elaborado pela autora

Mapa 11 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2000)



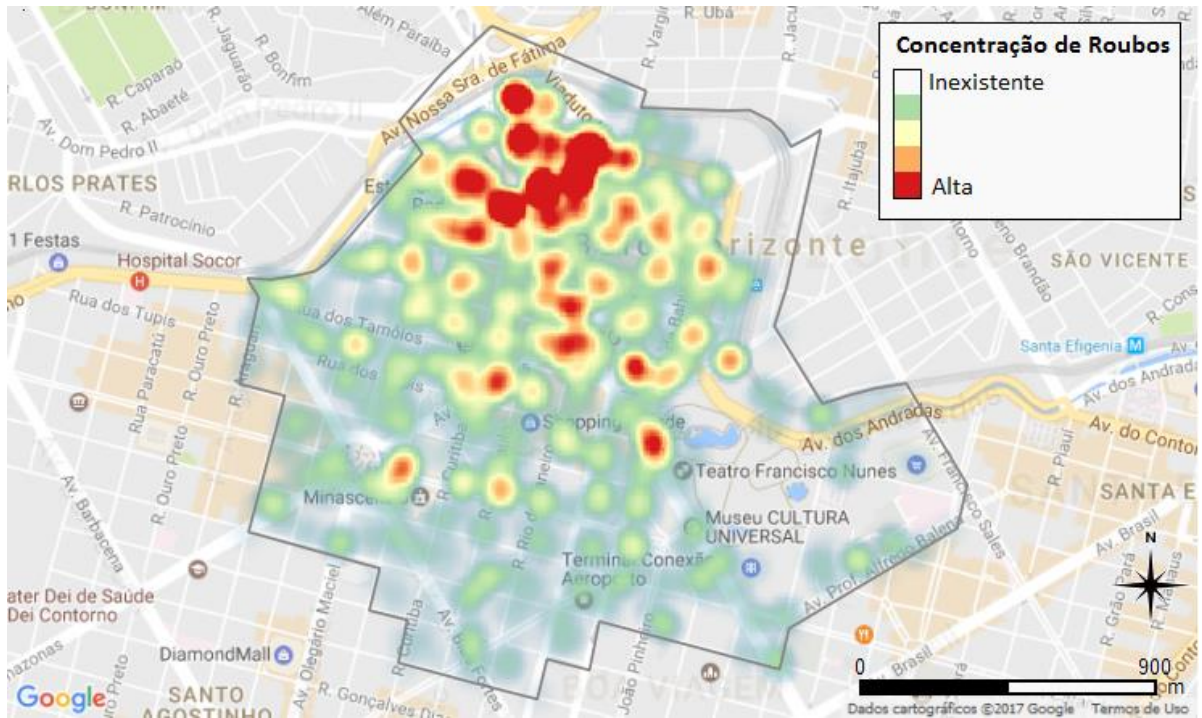
Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

Assim como ocorreu no ano 2000, os mapas de 2001 mostram que as concentrações de roubos na região da Rodoviária se intensificaram ao longo deste ano, havendo ampliação dos *hot spots* em suas mediações e na Rua dos Guaicurus.

A densidade criminal se elevou nos quarteirões que formam a Praça 7, na Avenida Amazonas e ao longo da Avenida Afonso Pena, sendo identificadas três novas zonas quentes em diferentes trechos desta última, como podemos ver no mapa de hot spots abaixo.

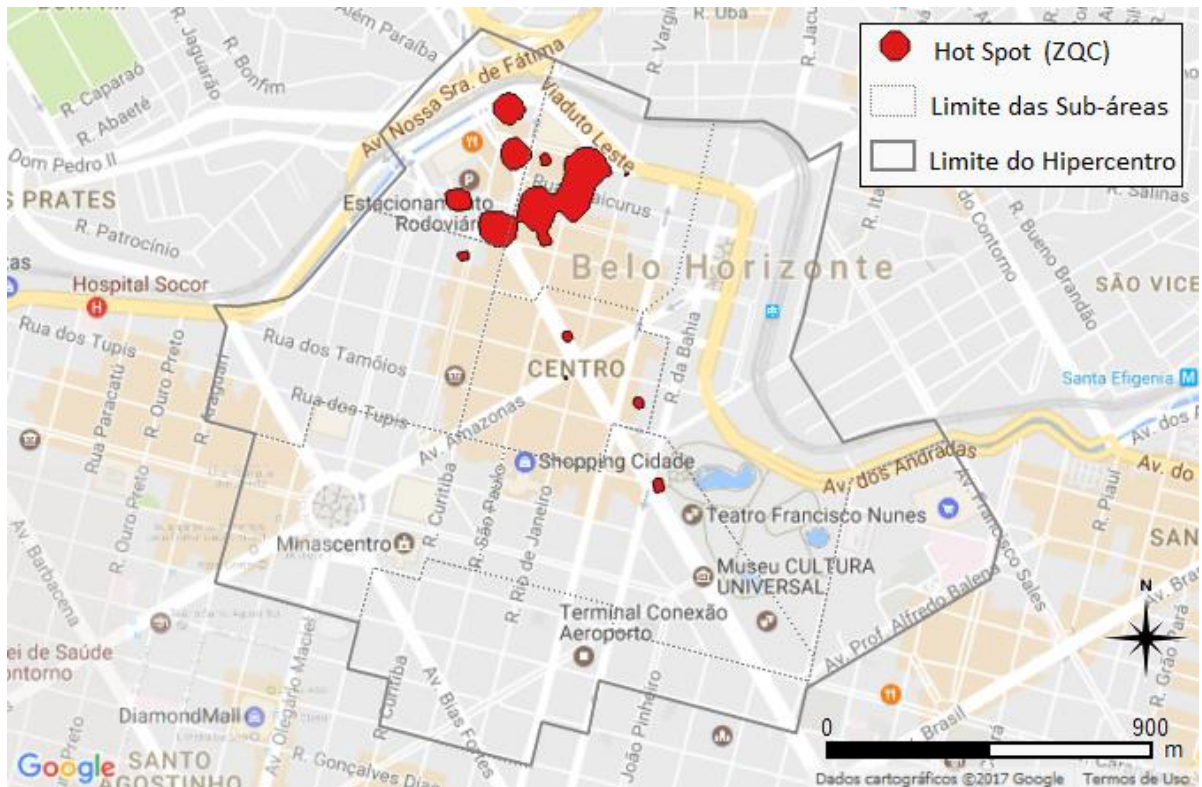
A Praça Raul Soares e a Praça da Estação mantiveram suas concentrações elevadas em relação às áreas vizinhas.

Mapa 12 - Mapa de calor do Hipercentro (2001)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

Mapa 13 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2001)

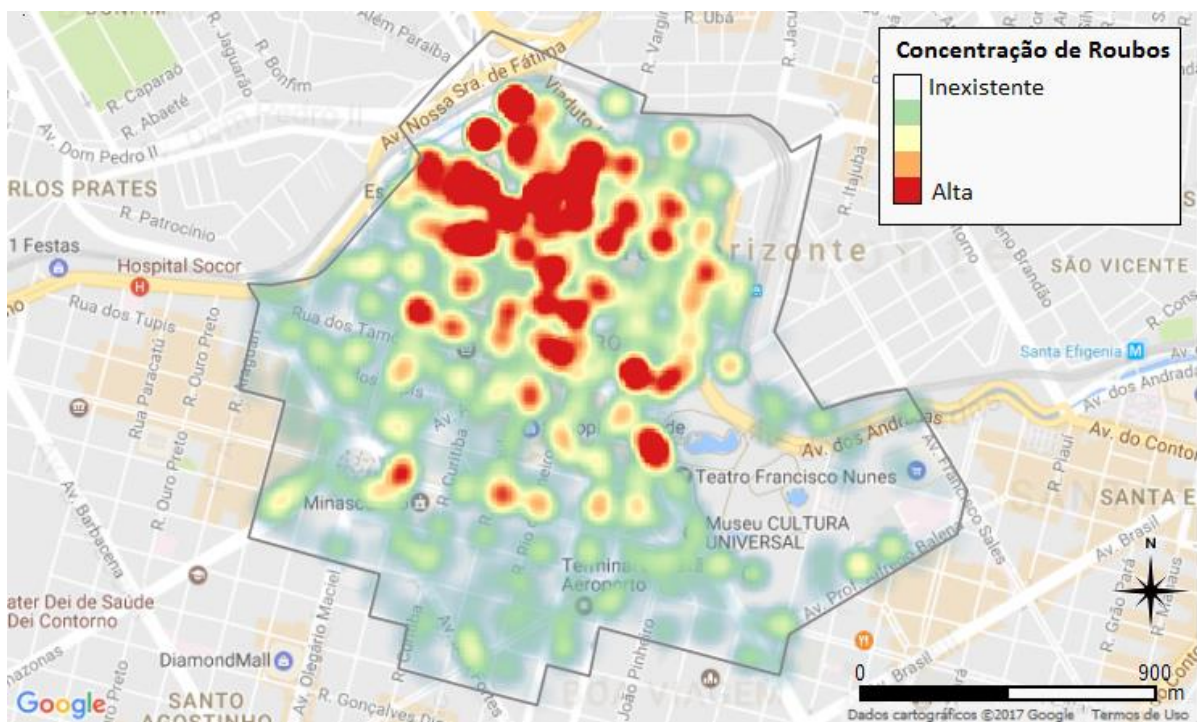


Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

O mapa de *hot spots* referente a 2002, ao ser comparado com o do ano anterior, mostra aumento das zonas quentes de criminalidade sobre a Rodoviária e suas adjacências, na Avenida Paraná e na Rua dos Guaicurus, seguindo a tendência crescente dos anos precedentes.

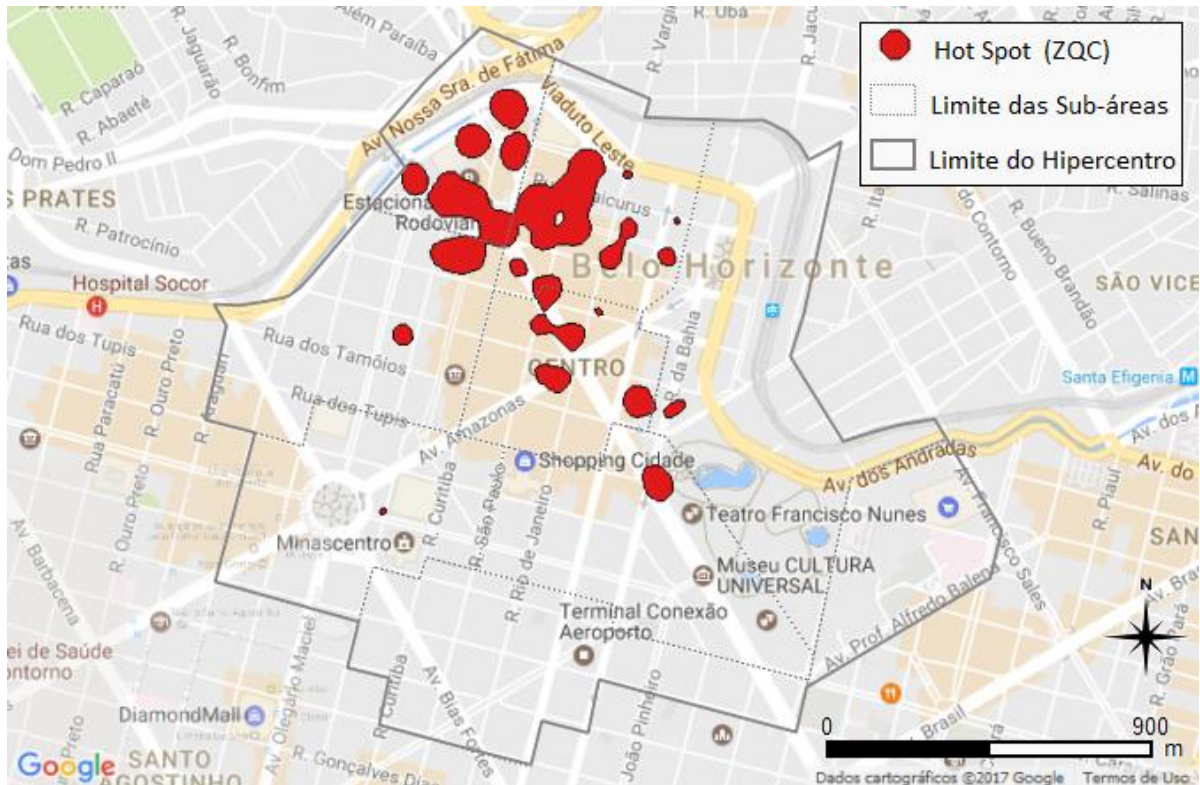
As manchas indicativas de *hot spots* na Praça 7 e ao longo da Avenida Afonso Pena também se expandiram e a concentração criminal aumentou nas vias que cortam esta Avenida – destacando os cruzamentos com a Rua dos Tamoios e o início do Viaduto Santa Tereza, onde foi formada uma nova zona quente de roubos. A Rua dos Tamoios também apresentou elevação na concentração da criminalidade em sua extensão, formando um *hot spot* no segmento perpendicular à Rua dos Guaranis.

Mapa 14 - Mapa de calor do Hipercentro (2002)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

Mapa 15 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2002)

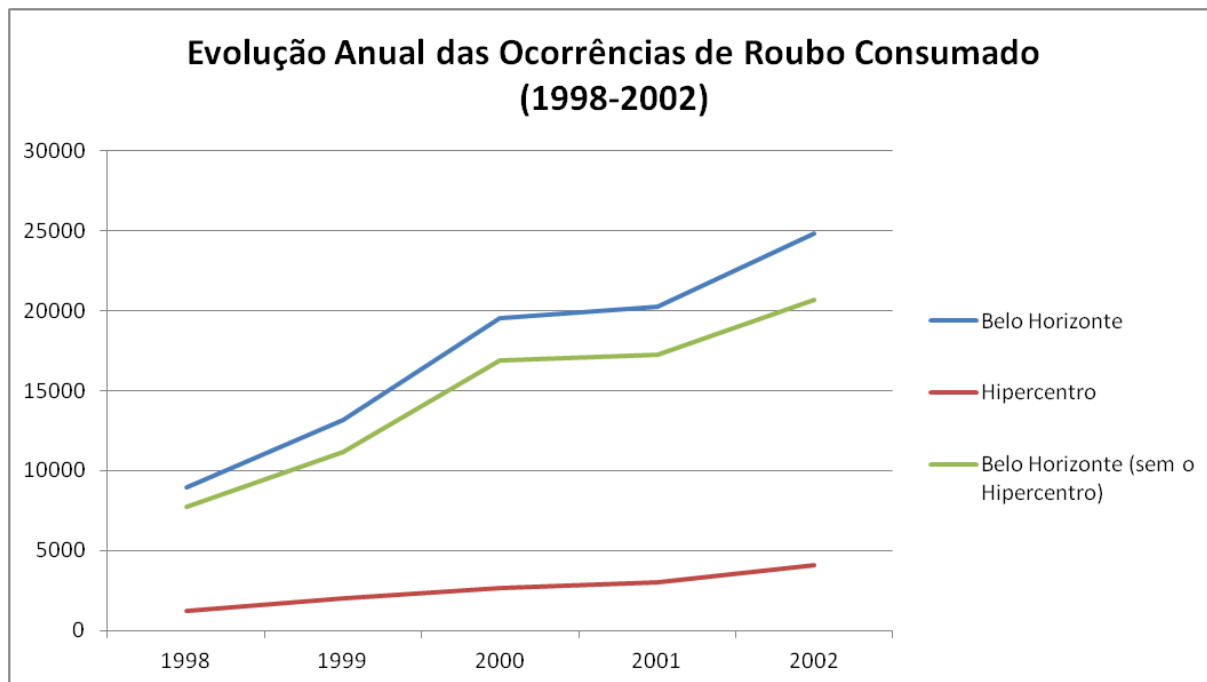


Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

O conjunto dos dados apresentados até o momento indica que nos anos anteriores as intervenções (1998-2002) houve aumento na densidade de roubos consumados em todo o território hipercentral, o que é representado pela maior saturação das cores dos mapas ao longo dos anos, áreas que em 1998 eram verdes vão se tornando cada vez mais amareladas e as amareladas foram se avermelhando, sucessivamente. Ao longo destes anos, também foram aumentando o número de *hot spots* no Hipercentro e esses *hot spots* foram ampliando suas dimensões.

O gráfico de linhas que representa a evolução dos crimes de roubos consumados durante este período na capital e a evolução dos roubos consumados apenas em nossa área de estudo, a região hipercentral, mostra que as linhas traçaram trajetórias similares, revelando uma tendência de crescimento da taxa de roubos semelhante em ambos territórios.

Gráfico 1 – Evolução anual das ocorrências de roubo consumado em Belo Horizonte e no Hipercentro (1998-2002)



Fonte dos dados: CINDS
Gráfico: Elaborado pela autora

No período entre 1998 e 2002, as concentrações mais elevadas de roubos consumados foram identificadas somente nos seguintes lugares: quarteirões adjacentes a Rodoviária; polígono formado pelas ruas dos Guaicurus, dos Tupinambás, Curitiba e Espírito Santo; dois quarteirões formados pelas ruas dos Tamoios, dos Carijós e as avenidas Paraná e Olegário Maciel; quarteirão formado entre as ruas da Bahia, dos Tamoios e as avenidas Afonso Pena e Assis Chateaubriand; Praça da Estação; Praça Raul Soares; e Praça 7.

Ao consultarmos os dados oficiais sobre os aspectos urbanísticos, sociais e econômicos destes espaços do Hipercentro (PBH/Práxis, 2007) percebemos que elas compartilhavam algumas características: são áreas que haviam sido negligenciados pelo poder público, cujas edificações e o mobiliário urbano encontravam-se em péssimo estado de conservação, com elevadas taxas de vacância e/ou subutilização dos imóveis, uso predominantemente comercial, grande fluxo de pedestres e veículos motorizados, concentração de pontos de transporte coletivo, presença de parcelas da população marginalizada¹⁵, atividades ilegais e/ou prostituição¹⁶ e baixa vigilância.

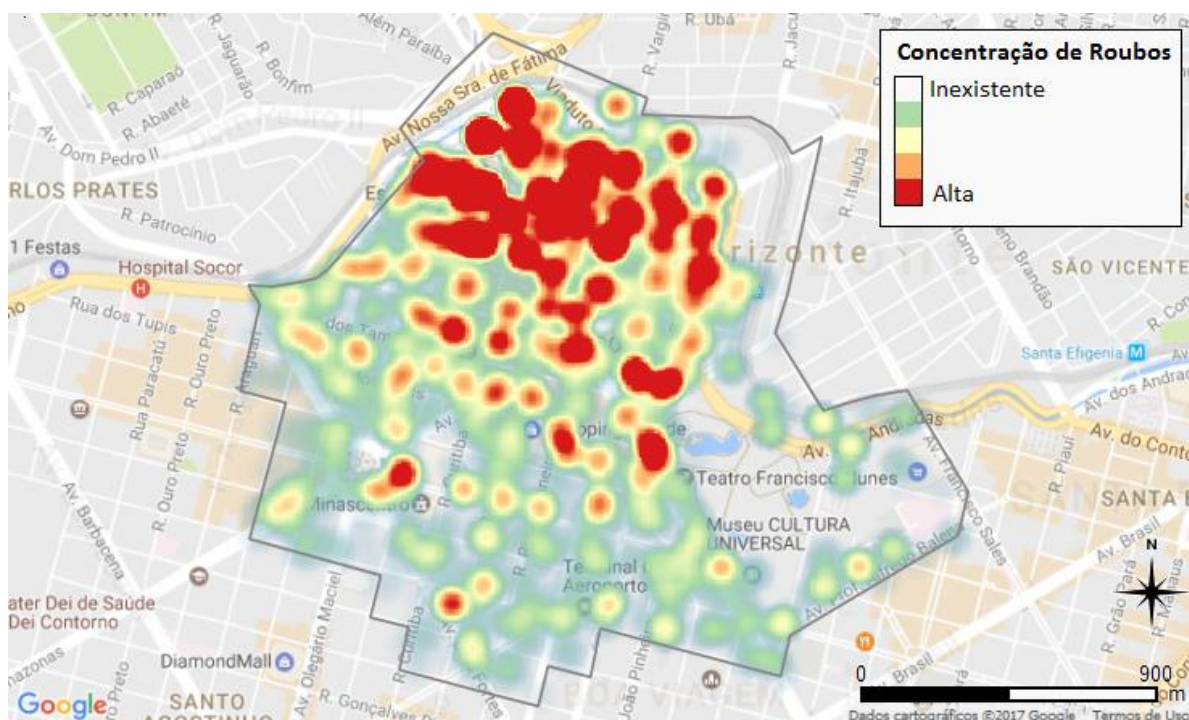
¹⁵ Variando entre pessoas em situação de rua, usuários de drogas e profissionais do sexo, dependendo da região, mas sempre existindo ao menos uma destas parcelas.

De acordo com o nosso arcabouço teórico, a presença de todas essas características em um local proporciona um contexto de oportunidades ambientais excelente para atos criminais: elevado suprimento de alvos em potencial e ofensores motivados em um contexto de baixa vigilância – o que explicaria às altas concentrações de roubos nestes espaços¹⁷.

Em 2003, as zonas quentes de criminalidades atingiram a maior extensão dentre todos os anos do nosso recorte temporal, chegando a englobar a maior parte das sub-áreas 1 e 2 e suas bordas. Houve, em relação ao ano anterior, um grande aumento no tamanho dos *hot spots* sobre a Praça da Estação, ao longo da Avenida Afonso Pena, início do Viaduto Santa Tereza, Praça Raul Soares e Rua dos Tamoios, sendo que nesta última surgiu um novo *hot spot* no segmento entre a Rua Curitiba e São Paulo.

Em termos gerais, os locais em que nos anos anteriores apresentaram concentração média de roubos sofreram relevante elevação e um *hot spot* se formou próximo ao cruzamento das ruas Rio de Janeiro e dos Tupis e outro no segmento da Avenida Bias Fortes entre as ruas dos Timbiras e dos Aimorés.

Mapa 16 - Mapa de calor do Hipercentro (2003)

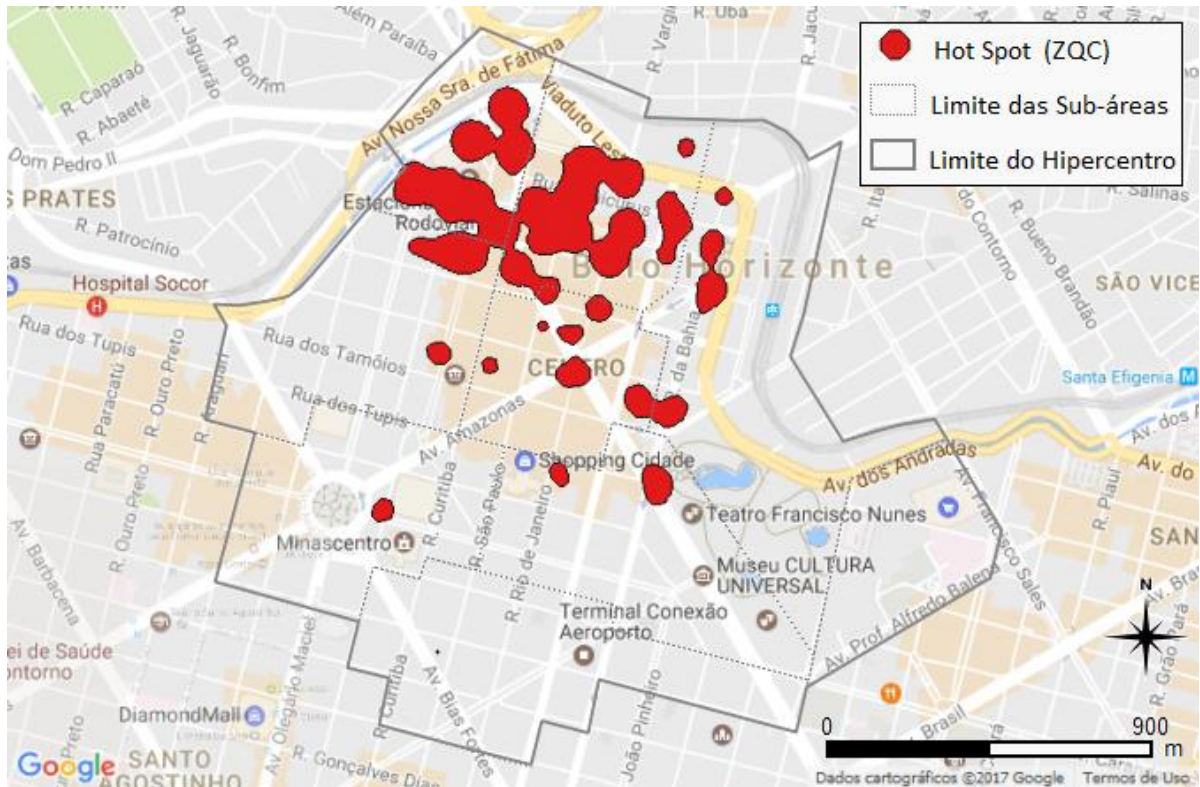


Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

¹⁶ Assim como as parcelas da população marginalizada, o tipo de atividade desenvolvida varia entre as regiões, mas sempre há a presença ou do consumo de drogas ou da venda de drogas ou da prostituição ou do comércio de bens roubados).

¹⁷ Para a explicação detalhada de como e porque esse processo ocorre veja o capítulo 2.

Mapa 17 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2003)

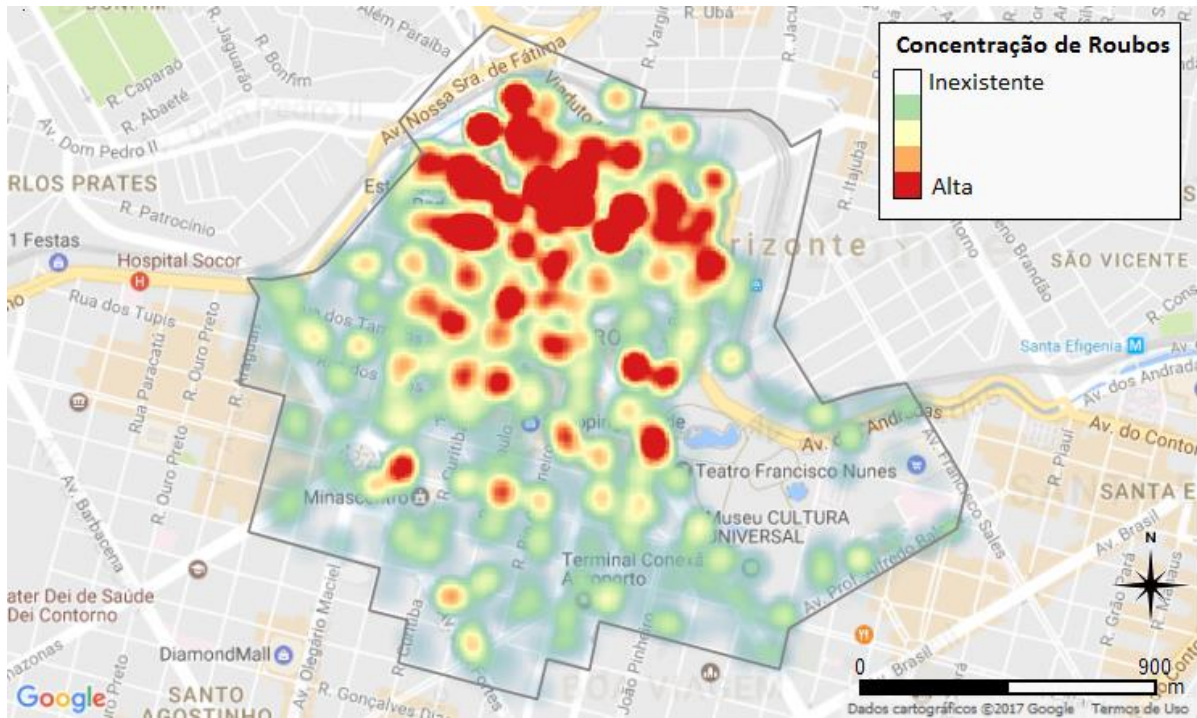


Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

No final de 2003, fora entregue a primeira intervenção urbanística do Programa Centro Vivo, a requalificação da Praça 7, e em Janeiro do ano seguinte tiveram início às operações da recém-criada Guarda Municipal Patrimonial. Durante 2004, também foram realizadas intervenções urbanísticas na Rua Mato Grosso do Sul, na Avenida Alfredo Balena, na Alameda Ezequiel Dias, na Praça da Estação e na Rua dos Caetés.

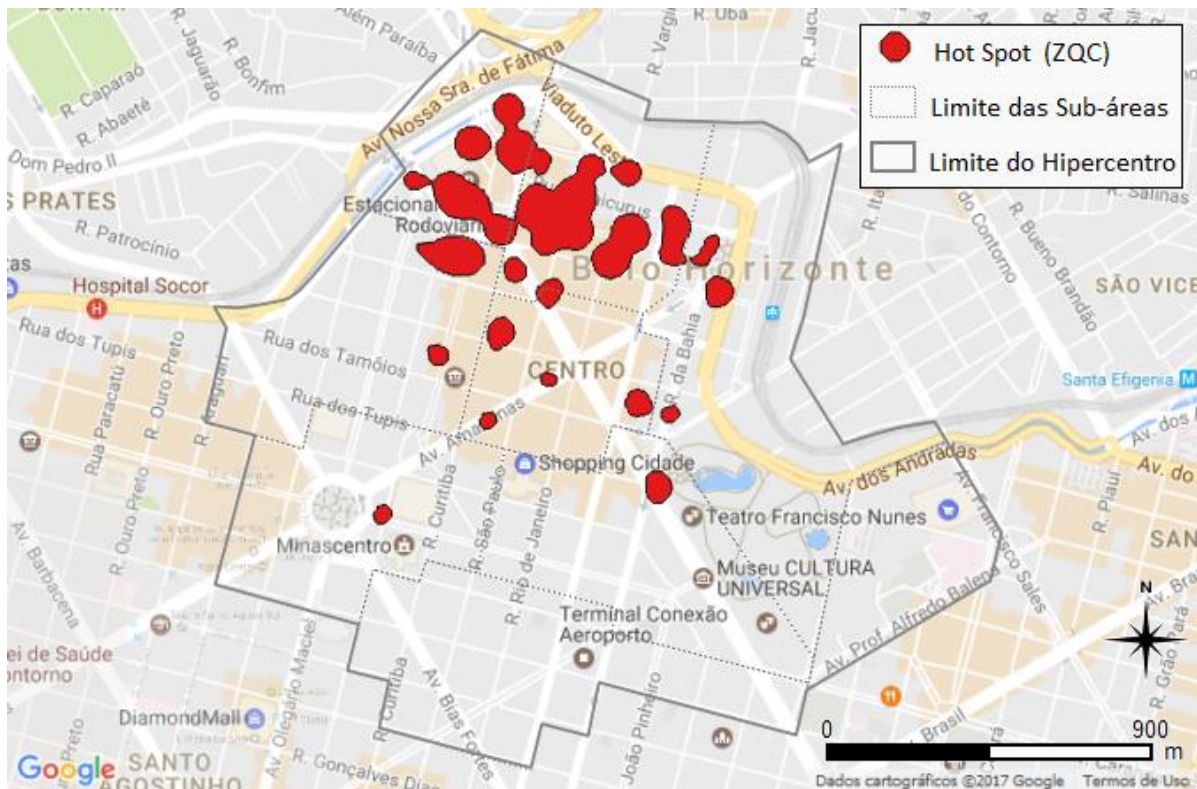
O mapa de zonas quentes de criminalidade referentes aos roubos consumados em 2004 mostra que ocorreu diminuição das zonas quentes de criminalidade, assim como das regiões que apresentaram concentrações elevadas e médias no ano de 2003, excetuando-se na Rua dos Tamoios, cuja intensidade de roubos permaneceu constante, e a Avenida Amazonas, que teve dois pequenos *hot spots*: no trecho entre as ruas Curitiba e São Paulo, e entre as ruas São Paulo e Rio de Janeiro. Destaque deve ser dado ao desaparecimento da zona quente de criminalidade sobre a Praça 7, que era presente desde o ano 2000.

Mapa 18 - Mapa de calor do Hipercentro (2004)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

Mapa 19 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2004)



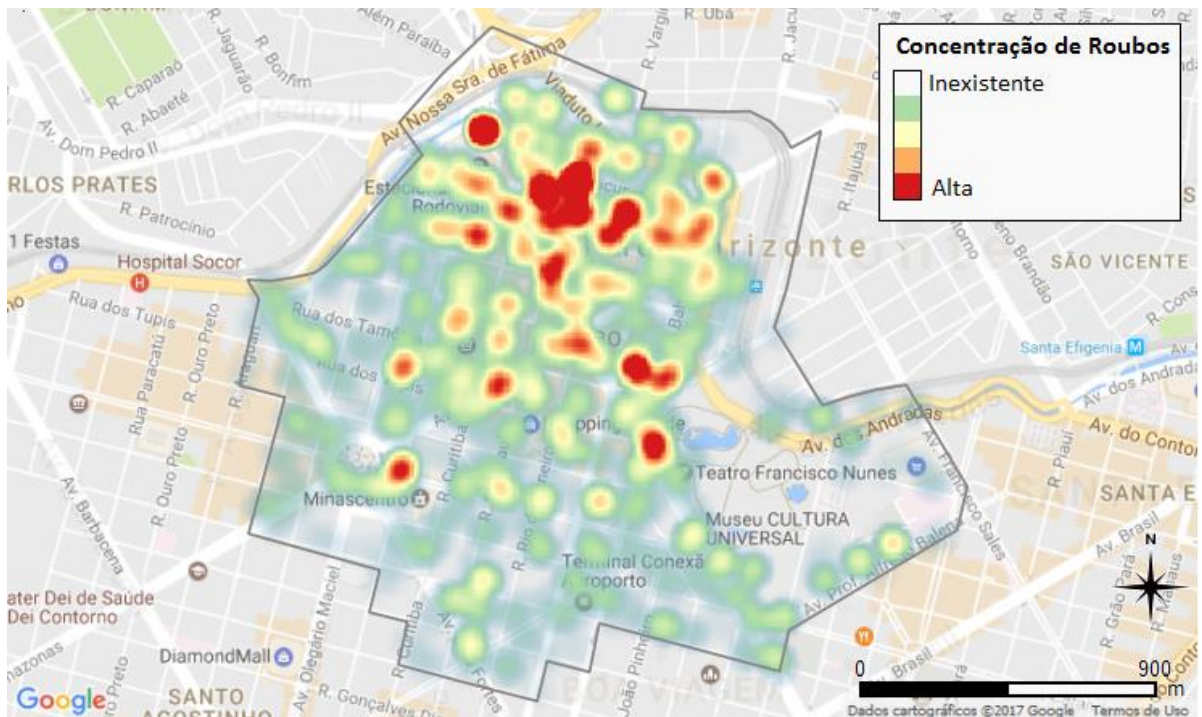
Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

Em 2005 – mesmo ano em que é implementado o modelo do IGESP – tem prosseguimento a diminuição numérica e redução na densidade da criminalidade hipercentral, resultando no desaparecimento de muitas das zonas quentes.

Continuam a existir *hot spots* apenas sobre a Rodoviária, no polígono formado entre as ruas dos Guaicurus e dos Caetés, na Avenida Afonso Pena (nos cruzamentos com as rua da Bahia e Espírito Santo), no quarteirão em frente ao início do Viaduto Santa Tereza, na Praça Raul Soares, no cruzamento da Avenida Paraná com a Rua dos Tupinambás e no segmento da Avenida Amazonas entre as ruas Curitiba e São Paulo.

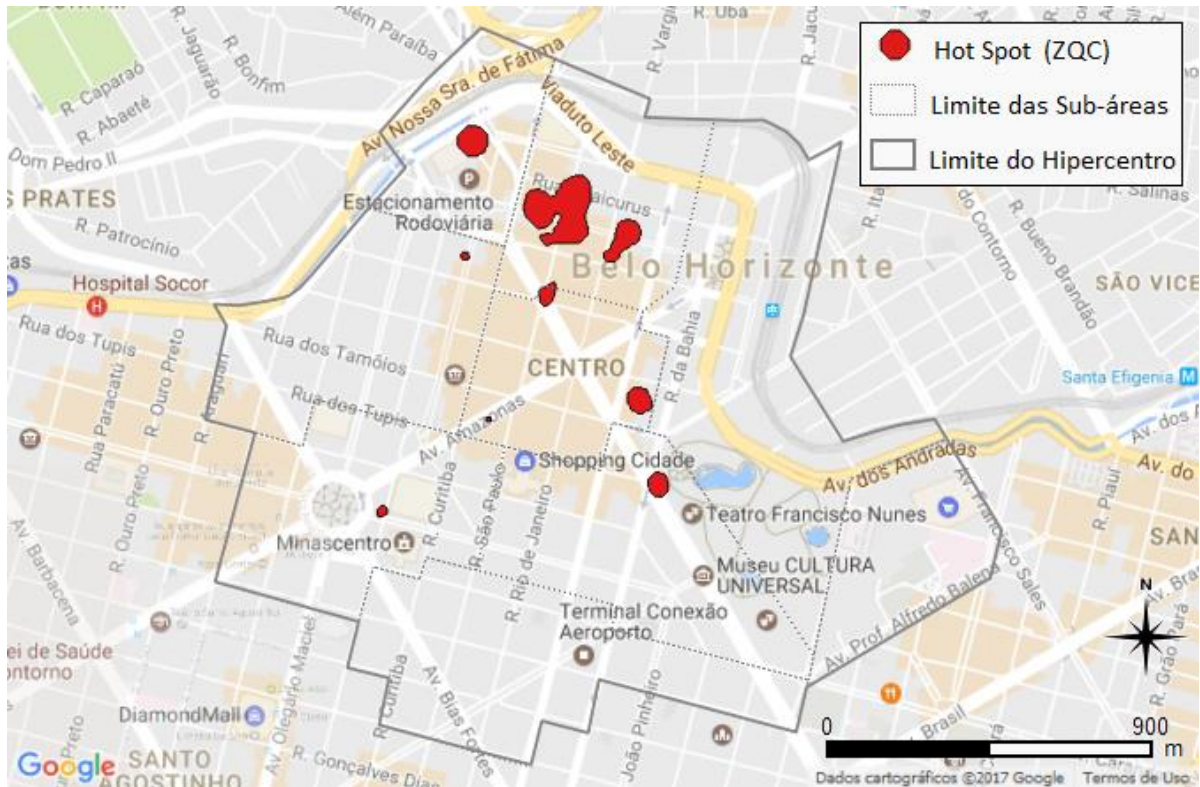
Em dezembro deste ano, foi inaugurada a Primeira Região Integrada de Segurança Pública (RISP), localizada em frente à Praça Rio Branco.

Mapa 20 - Mapa de calor do Hipercentro (2005)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

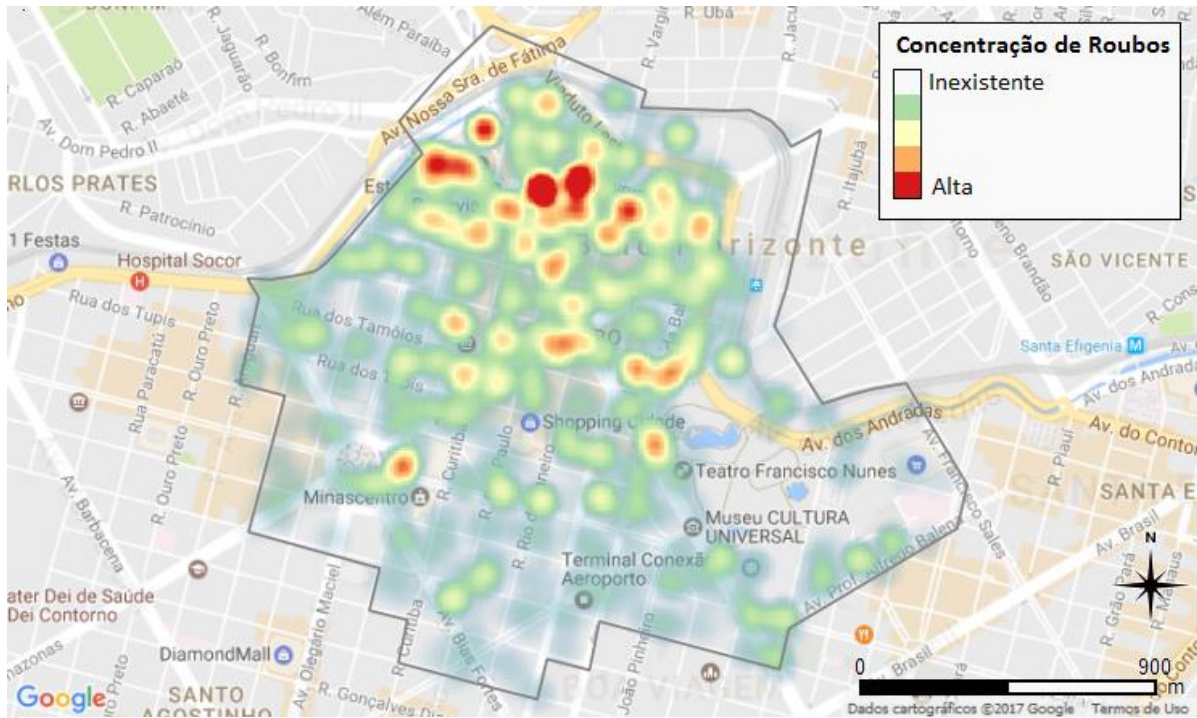
Mapa 21 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2005)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
 Mapa: Elaborado pela autora

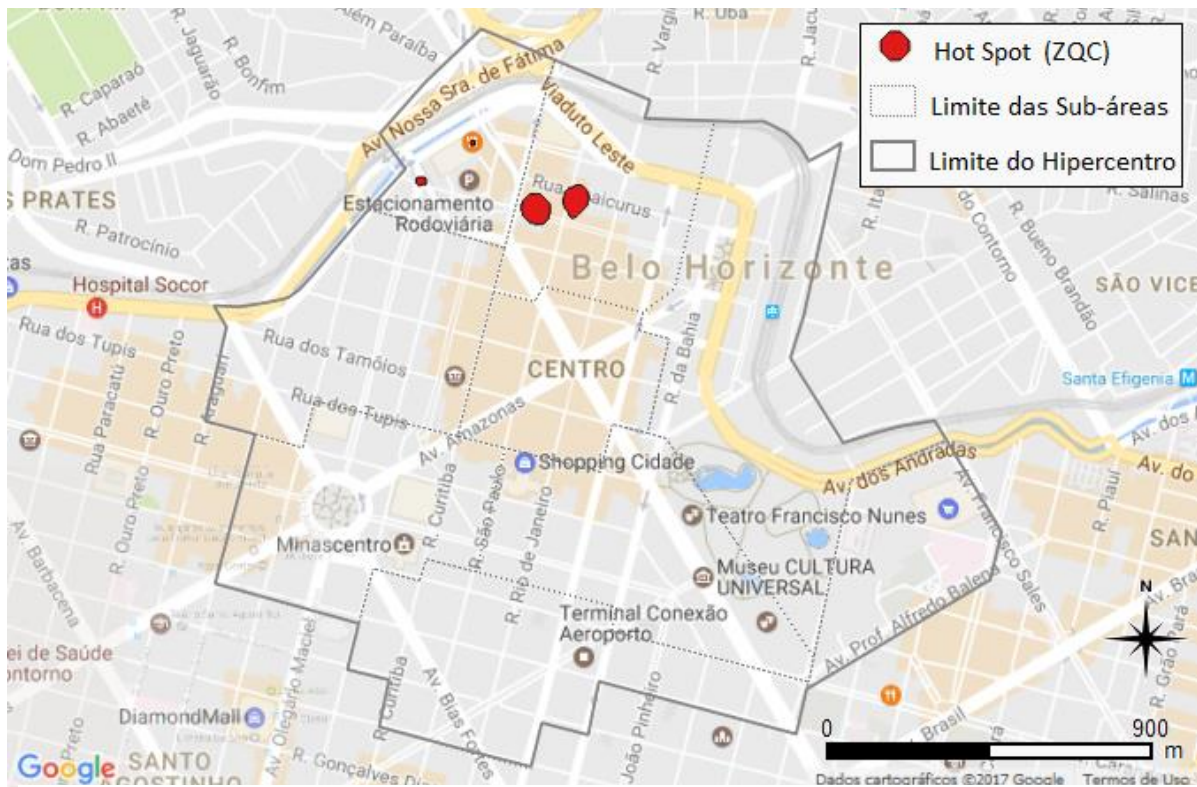
Em 2006, são finalizadas e entregues as obras de requalificação da Rua dos Carijós e da Rua Aarão Reis. De acordo com os mapas, a criminalidade neste ano seguiu a mesma tendência dos anos de 2004 e 2005, havendo atenuação geral das densidades e redução das zonas quentes, permanecendo apenas um diminuto *hot spot* sobre a Rodoviária, um na esquina da Rua Acre com Paulo de Frontin (ao lado do prédio da Rodoviária), e outro no pequeno polígono formado pelas ruas Guaicurus, São Paulo, Curitiba e Avenida Santos Dumont.

Mapa 22 - Mapa de calor do Hipercentro (2006)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

Mapa 23 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2006)



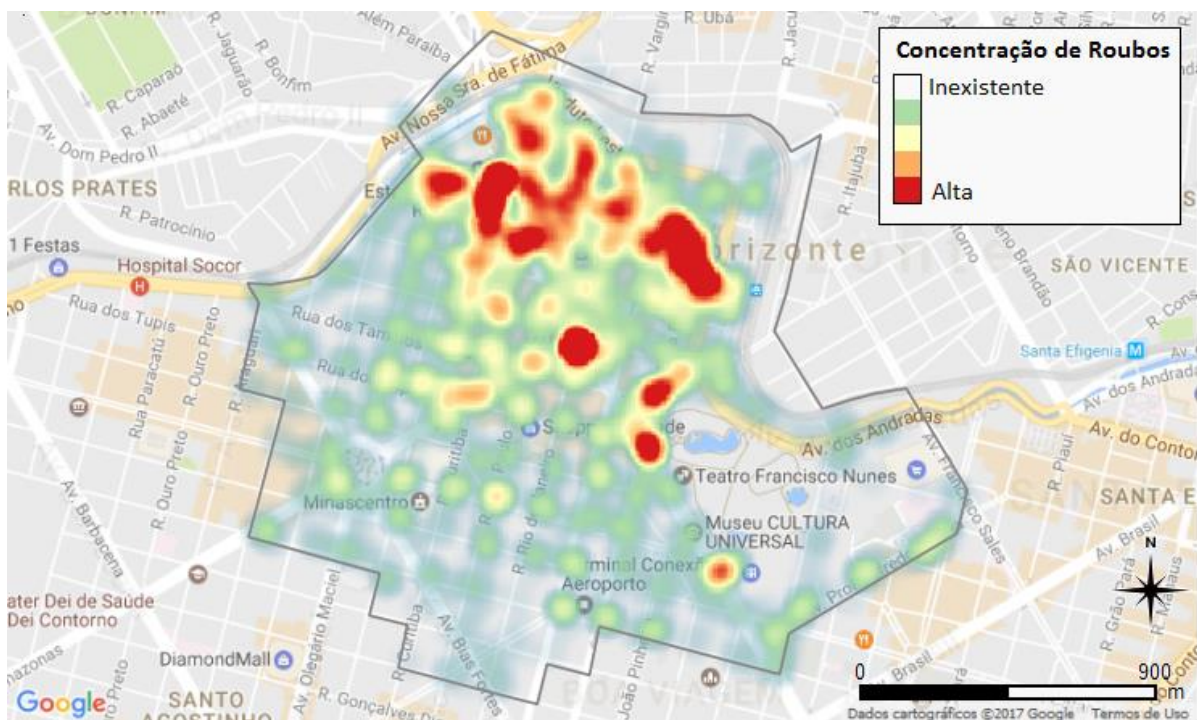
Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

Pelos motivos já explicados, não está incluída em nossa pesquisa as ocorrências de roubos consumados em 2007. Neste ano, tiveram continuidade às obras do Programa Centro Vivo, sendo realizada a entrega da requalificação da Rua Rio de Janeiro.

No ano de 2008, vemos uma inflexão na tendência geral de redução das densidades e das zonas quentes de criminalidade que os mapas dos anos anteriores haviam demonstrado em 2004, 2005 e 2006, havendo diminuição apenas da zona quente na região da Rua dos Guaicurus e Avenida Santos Dumont, e na Praça Raul Soares que passou por requalificação neste mesmo ano.

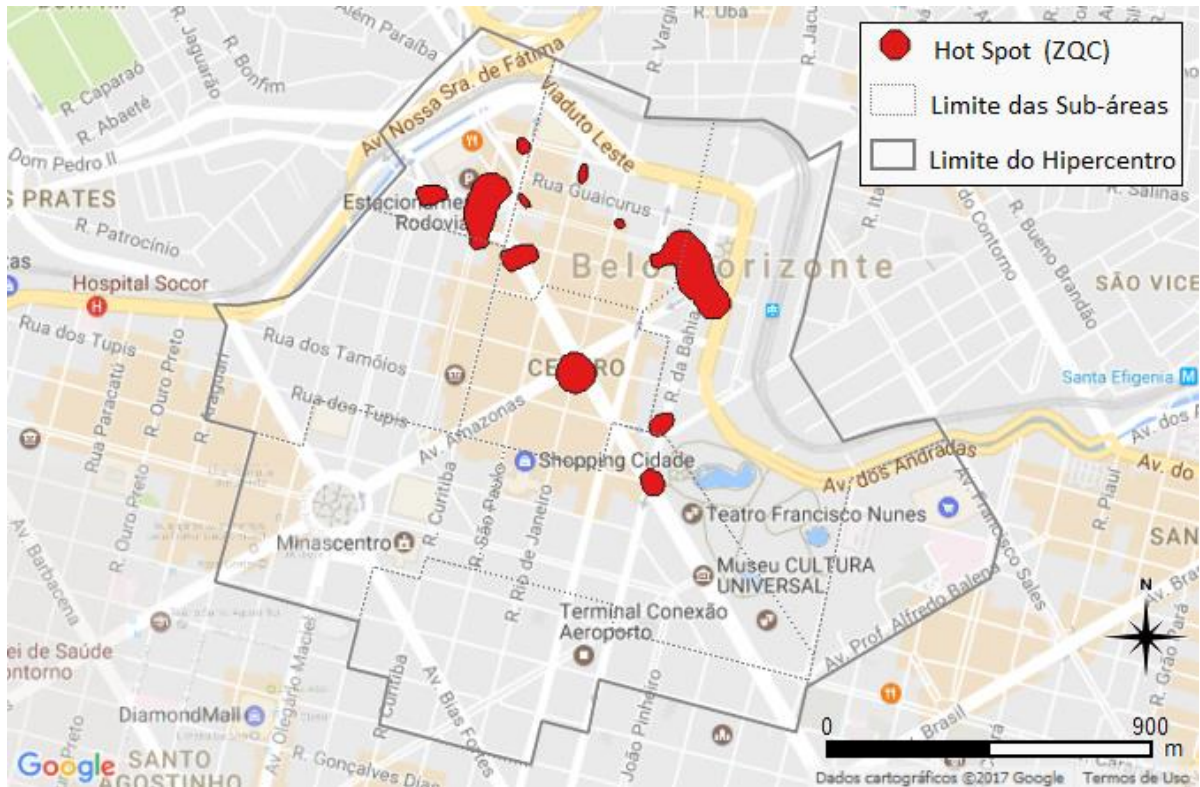
A densidade criminal na área próxima a Rodoviária aumentou em relação a 2006 e ocorreu a formação de dois *hot spots* ao longo da Avenida Oiapoque. Também houve ressurgimento de *hot spots* sobre a Praça 7, Praça da Estação, na Avenida Afonso Pena (nas interseções com as ruas Curitiba e Bahia), e próximo ao conjunto do Edifício Sulacap em frente ao Viaduto Santa Tereza.

Mapa 24 - Mapa de calor do Hipercentro (2008)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

Mapa 25 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2008)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

Em dezembro de 2008, foram entregues as últimas obras de requalificação urbanística do Programa Centro Vivo, que contemplaram o Mercado Central e seu entorno, e a Avenida Amazonas.

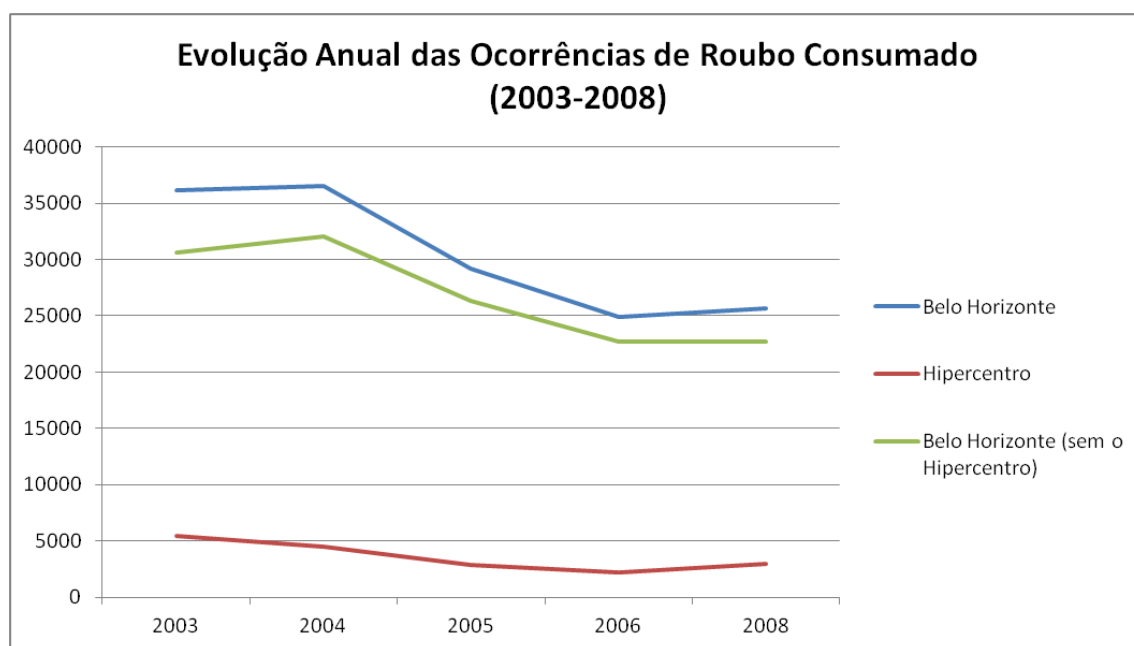
O acompanhamento dos mapas de 2003 até 2008, período que compreende os anos em que foram realizadas as intervenções de requalificação urbanística dos espaços públicos do Hipercentro, nos mostrou que de modo geral a partir de 2003 até o ano de 2006 verifica-se diminuição nas densidades de roubos no Hipercentro, assim como atenuação e diminuição das zonas quentes de criminalidade ao longo destes anos.

De 2006 a 2008 nos deparamos com uma limitação. O fato dos dados relativos a 2007 não poderem ser trabalhados faz com que nós não tenhamos como determinar a distribuição espacial dos roubos consumados durante esse ano, nem realizar uma análise espacial e numérica das tendências gerais em relação ao ano anterior, sem termos como saber se os roubos consumados no Hipercentro mantiveram neste ano a tendência descendente que havia sendo seguida após 2003.

Sabemos, porém, que uma comparação dos dados relativos ao ano de 2008 diretamente com o ano de 2006, mostra leve aumento da taxa criminal, assim como das

densidades pelo território hipercentral. Todavia, se um comportamento semelhante ocorreu em 2007 ou se apenas em 2008 ocorreu essa interrupção na tendência de redução que estava sendo observada desde 2003 é algo que não podemos determinar.

Gráfico 2 - Evolução anual das ocorrências de roubo consumado em Belo Horizonte e no Hipercentro (2003-2008)



Fonte dos dados: CINDS
Gráfico: Elaborado pela autora

O comparativo das taxas de roubos registradas no Hipercentro entre 2003 e 2008 com as taxas registradas no resto da capital mineira durante estes mesmos anos, mostra que enquanto a diminuição ocorreu no Hipercentro a partir de 2003, a redução só iniciou-se no resto da capital em 2004.

Conforme afirmamos anteriormente, 2003 foi o ano em que os espaços públicos do Hipercentro começaram a ser requalificados pelo Centro Vivo. O fato da análise das taxas mostrar que durante este período, 2003-2004, apenas o Hipercentro registrou declínio na criminalidade, somado ao fato de que – como pode ser visto no gráfico 1 – nos anos anteriores ao início do Programa Centro Vivo a taxa de roubos da região evoluía de forma semelhante a do resto de Belo Horizonte, sugere que o início das ações do Programa tenham sido responsáveis pelo início da inflexão desta taxa.

Apenas a partir de 2004, ano que tem início as operações da Guarda Municipal e a implantação do Olho Vivo, a taxa de roubos no restante da capital mineira começam a descender.

Apesar de não podermos mensurar com exatidão a magnitude do efeito destas obras, outro fato que corrobora com as teorias de que essas ações de requalificação reduziram a ocorrência de roubos é que ao compararmos a dinâmica anual das manchas criminais com o cronograma das obras de readequação do Programa Centro Vivo vemos que quando uma ação é realizada em uma região que configurava uma zona quente de criminalidade, nos anos seguintes a obra, a região apresenta uma grande redução na concentração de roubos, bem mais intensa que as que ocorreram em outros pontos do Hipercentro durante o mesmo período.

A observação dos mapas de calor durante esse período das intervenções (2003-2008) não revela dispersão ou migração dos roubos para outras regiões do Hipercentro, reafirmando o que é dito pelas teorias em relação a importância das características dos locais sobre a produção dos padrões criminais.

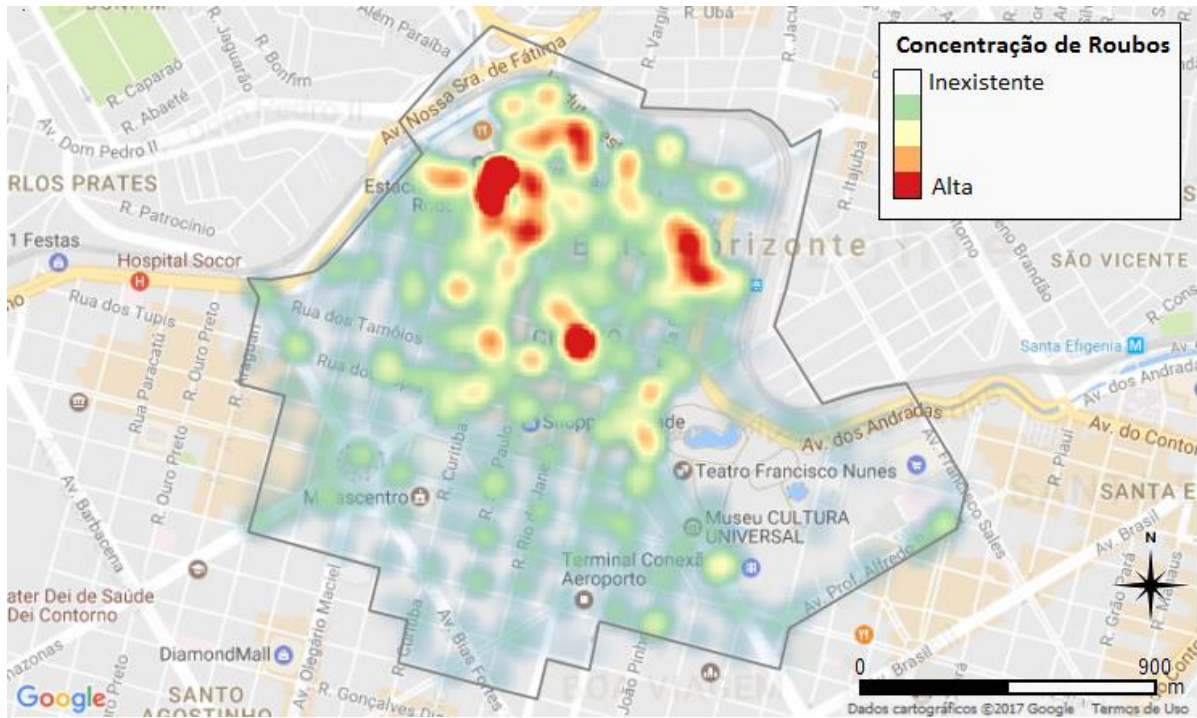
Se os crimes não dependessem de determinadas características ambientais para ocorrerem, quando as ações do Programa Centro Vivo incidissem sobre determinada rua ou praça do Hipercentro, os roubos simplesmente mudariam para outro lugar, passariam a ocorrer em lugares adjacentes, o que ficaria evidente nos mapas de calor e as taxas criminais hipercentrais não se modificariam.

O senso comum pode querer afirmar que o maior responsável pela redução dos roubos no Hipercentro tenha sido a implantação da Primeira Região Integrada de Segurança Pública (RISP) em frente à Praça Rio Branco, mas isso é improvável, tendo em vista que sua instalação só ocorreu em 2005, quando os crimes já demonstravam declínio, e que a região imediatamente próxima a esta RISP foi a área do Hipercentro que menos apresentou redução na incidência de crimes nos anos seguintes.

Dando prosseguimento ao nosso recorte temporal, no ano seguinte a última intervenção do Centro Vivo, 2009, houve redução na densidade da criminalidade no Hipercentro em relação a 2008, com destaque para a diminuição da zona quente que havia se formado sobre a Praça da Estação.

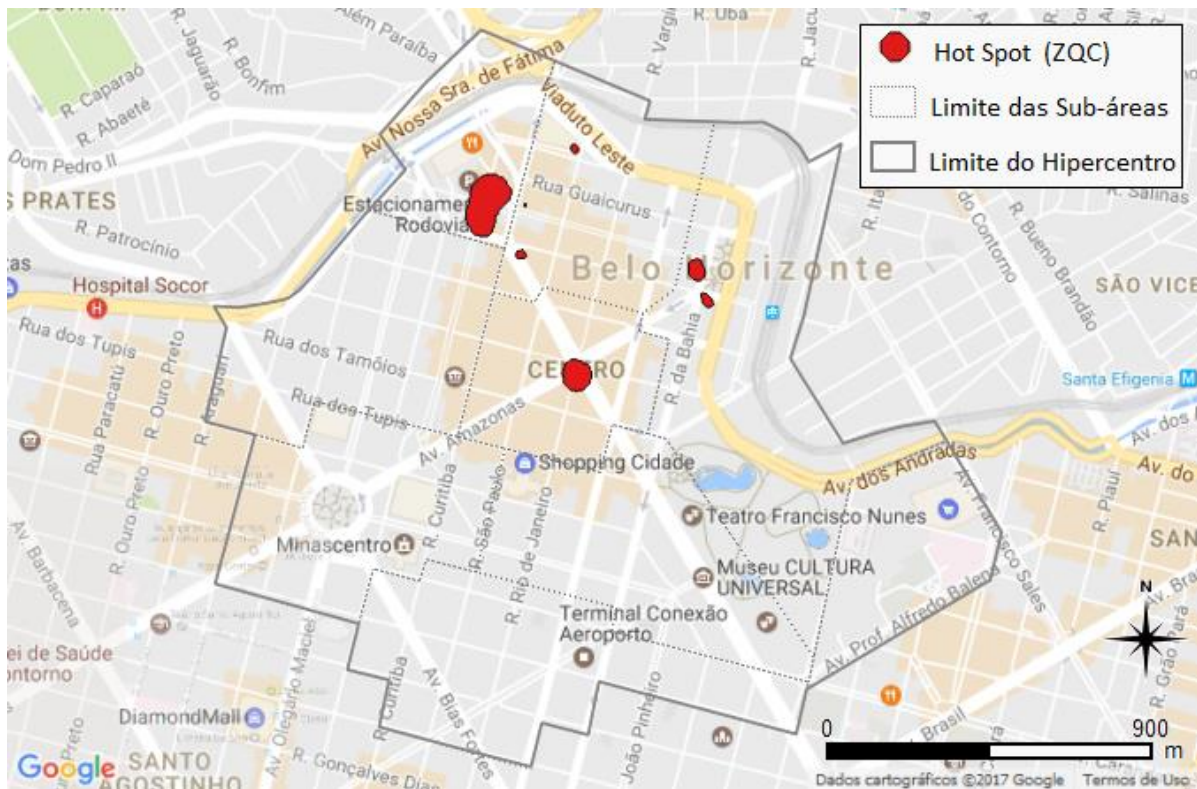
O único *hot spot* que não sofreu redução em sua extensão em relação ao mapa de calor de 2008 foi o que se formara no eixo Praça Rio Branco-Avenida Paraná.

Mapa 26 - Mapa de calor do Hipercentro (2009)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

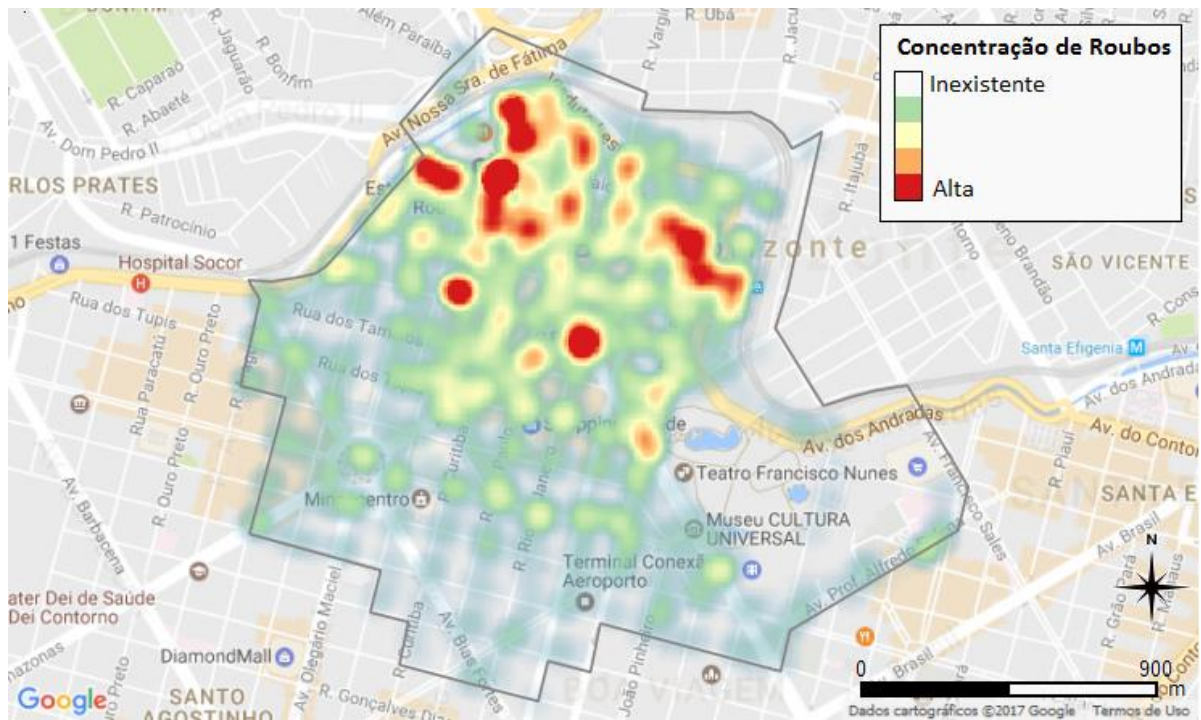
Mapa 27 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2009)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

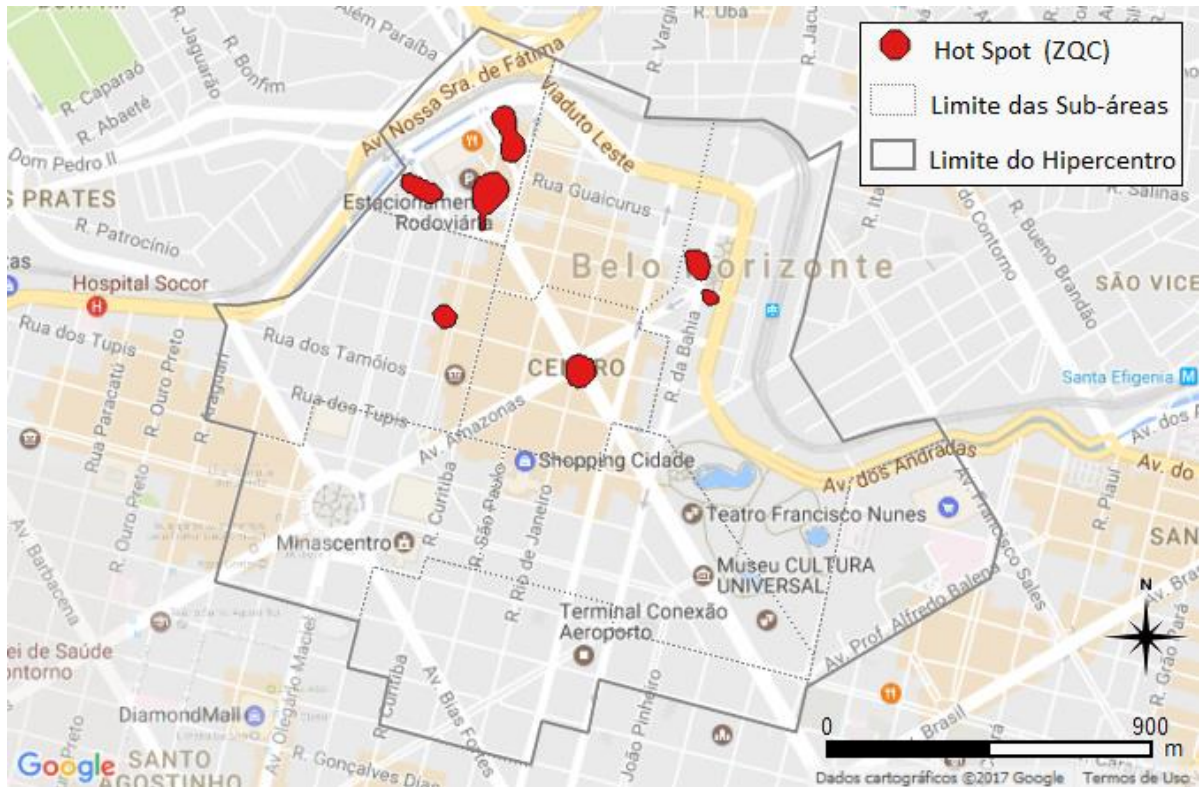
Apesar de semelhante ao do ano anterior, o mapa de calor de 2010 diferencia-se pelo resurgimento de dois pequenos *hot spots* próximos a Rodoviária – um na Rua Paulo de Frontin e outro na Avenida Oiapoque – e no cruzamento da Avenida Paraná com a Rua dos Carijós.

Mapa 28 - Mapa de calor do Hipercentro (2010)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

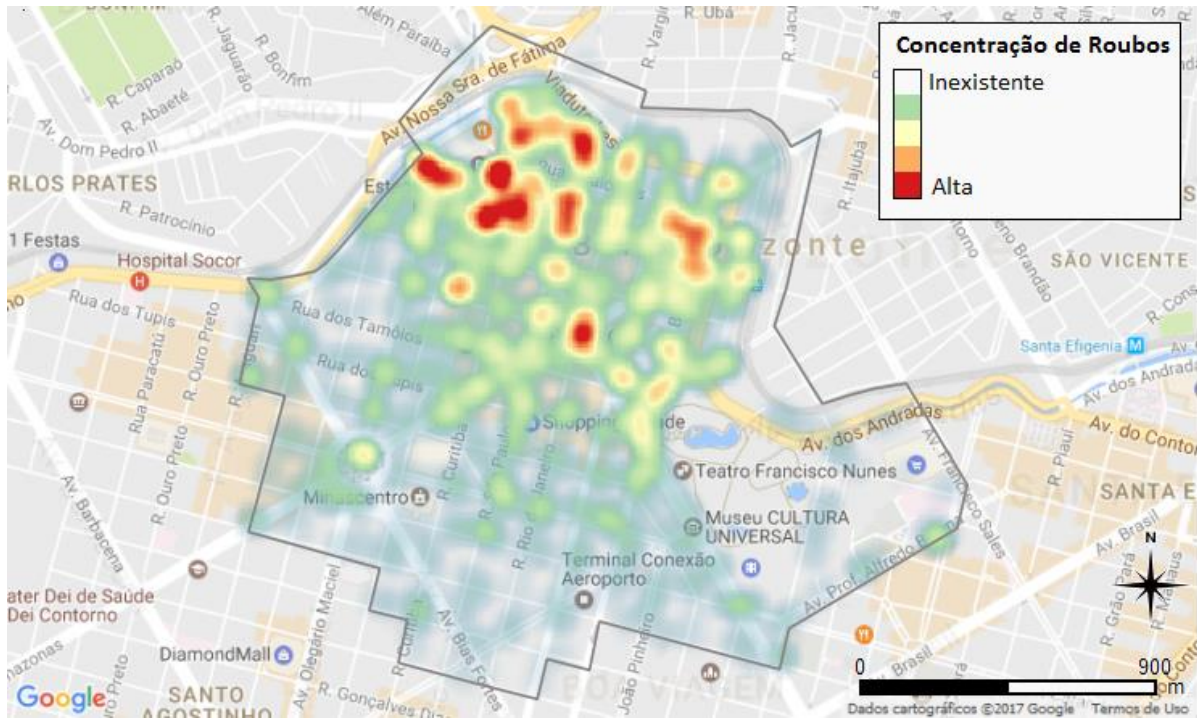
Mapa 29 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2010)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

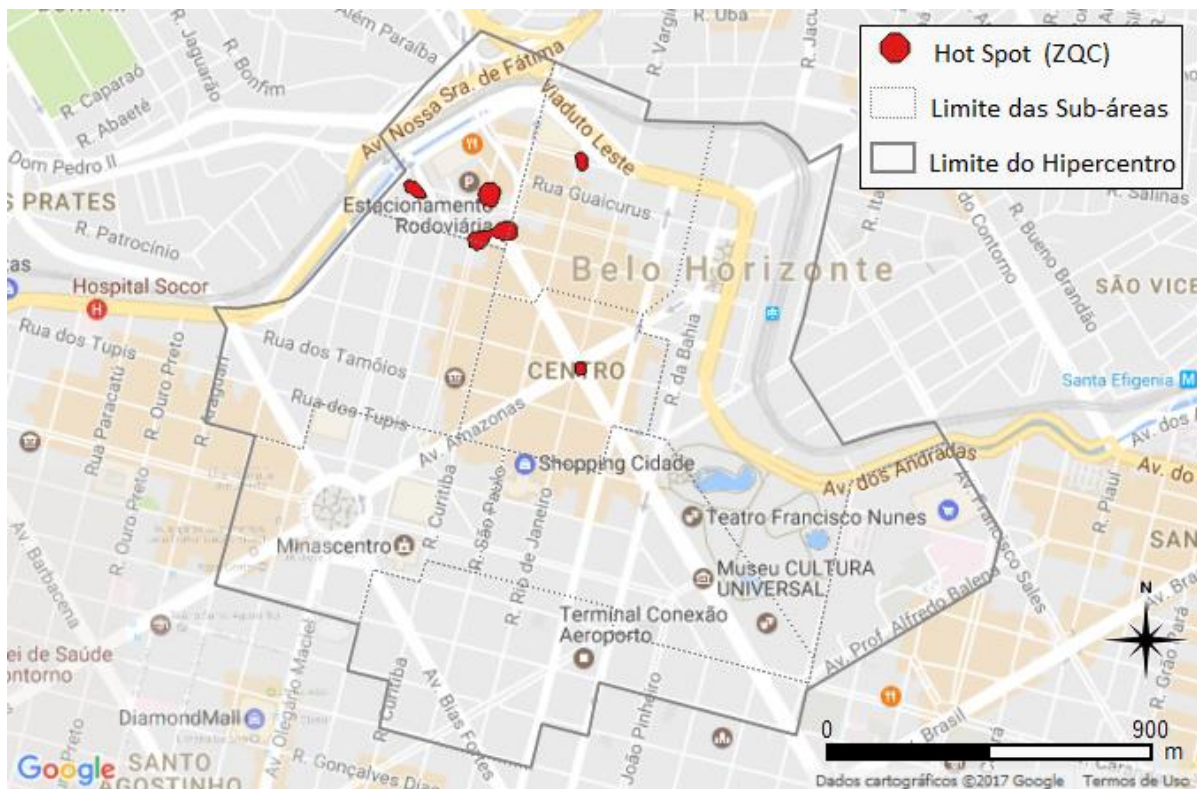
O mapa de calor referente ao ano de 2011 mostra redução nas densidades criminais e encolhimento das zonas quentes de criminalidade ao redor da Rodoviária, na Praça da Estação e na Praça 7. O único *hot spot* que permaneceu inalterado foi o da interseção entre a Avenida Oiapoque e a Rua São Paulo.

Mapa 30 - Mapa de calor do Hipercentro (2011)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

Mapa 31 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2011)

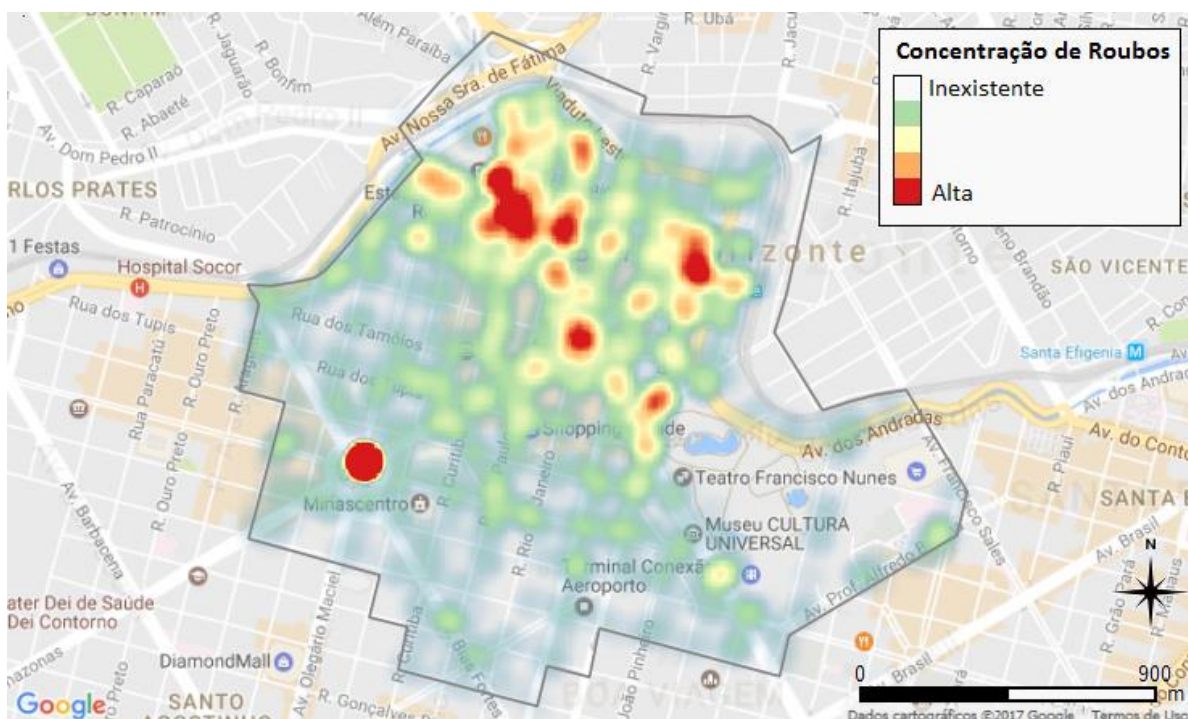


Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

Em contrapartida, durante 2012, ocorreu um leve aumento em relação ao ano anterior na concentração da criminalidade e no tamanho das zonas quentes, houve resurgimento de *hot spots* sobre a Praça da Estação, próximo ao conjunto do Edifício Sulacap em frente ao Viaduto Santa Tereza e nos quarteirões que compõe a Praça 7.

Destaca-se nos mapas referentes a este ano uma grande concentração de roubos na Praça Raul Soares que desde 2005 não formava uma zona quente de criminalidade¹⁸.

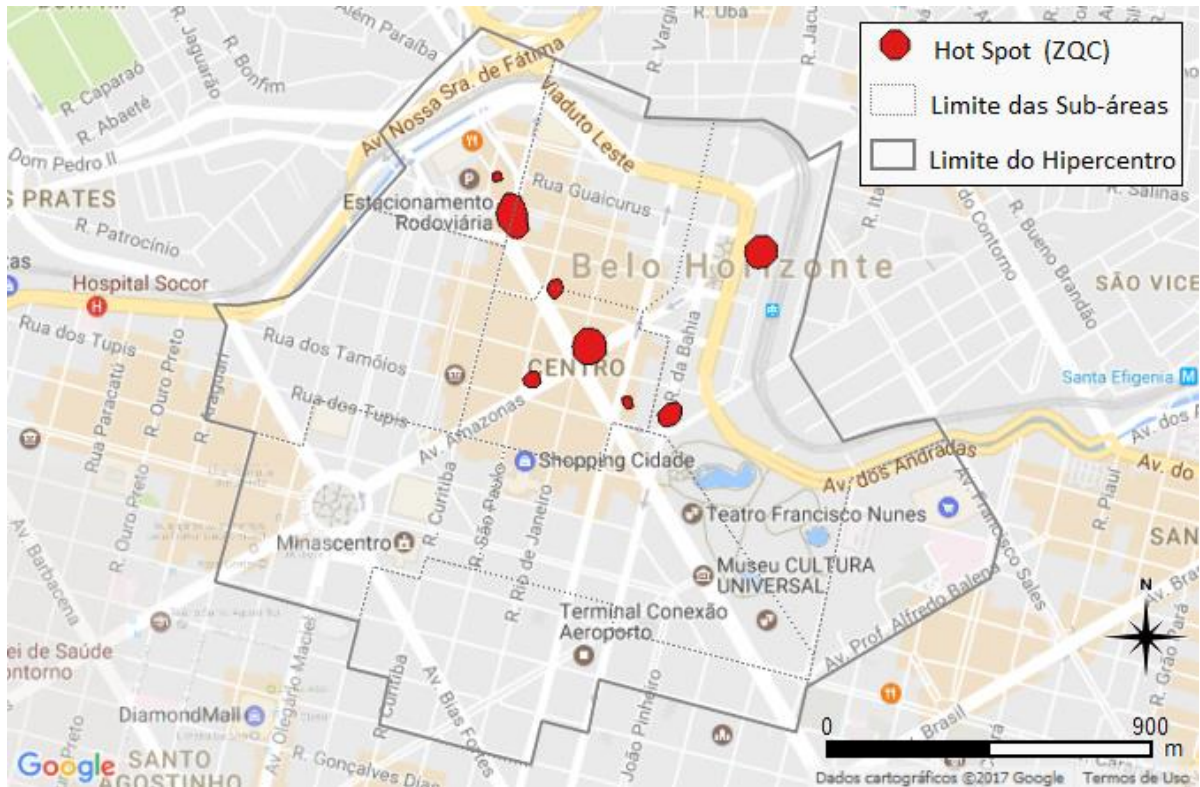
Mapa 32 - Mapa de calor do Hipercentro (2012)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

¹⁸ Esse comportamento é considerado um *outlier*.

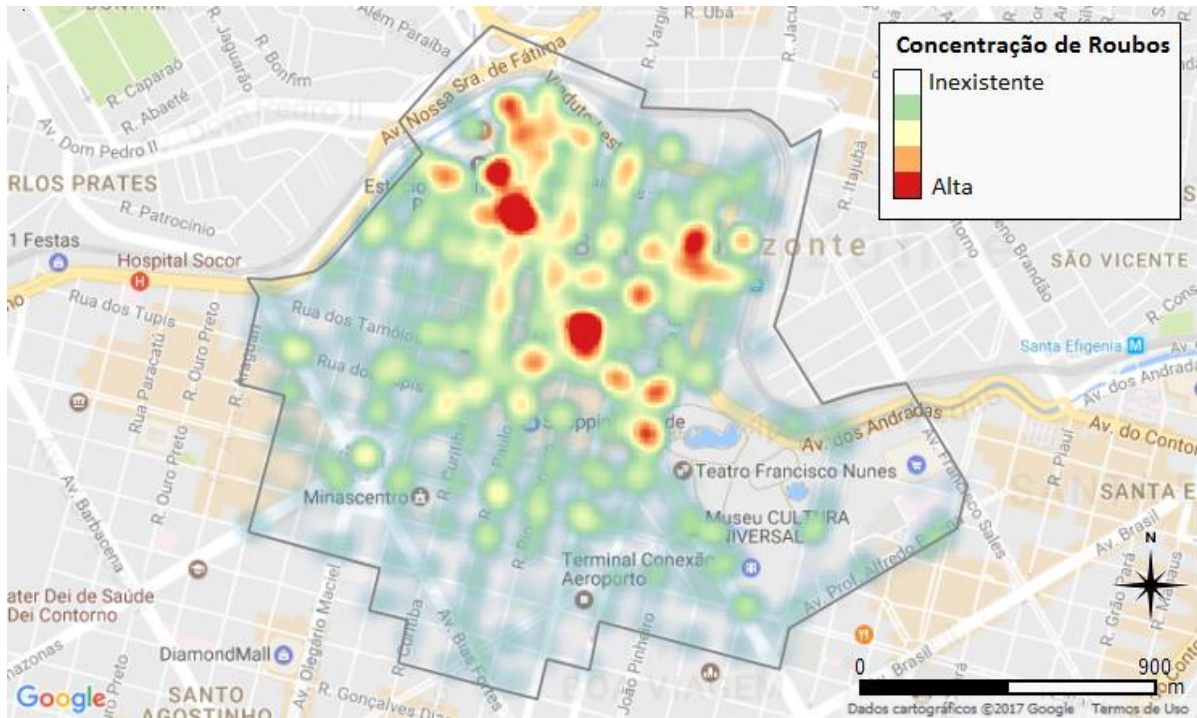
Mapa 33 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2012)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

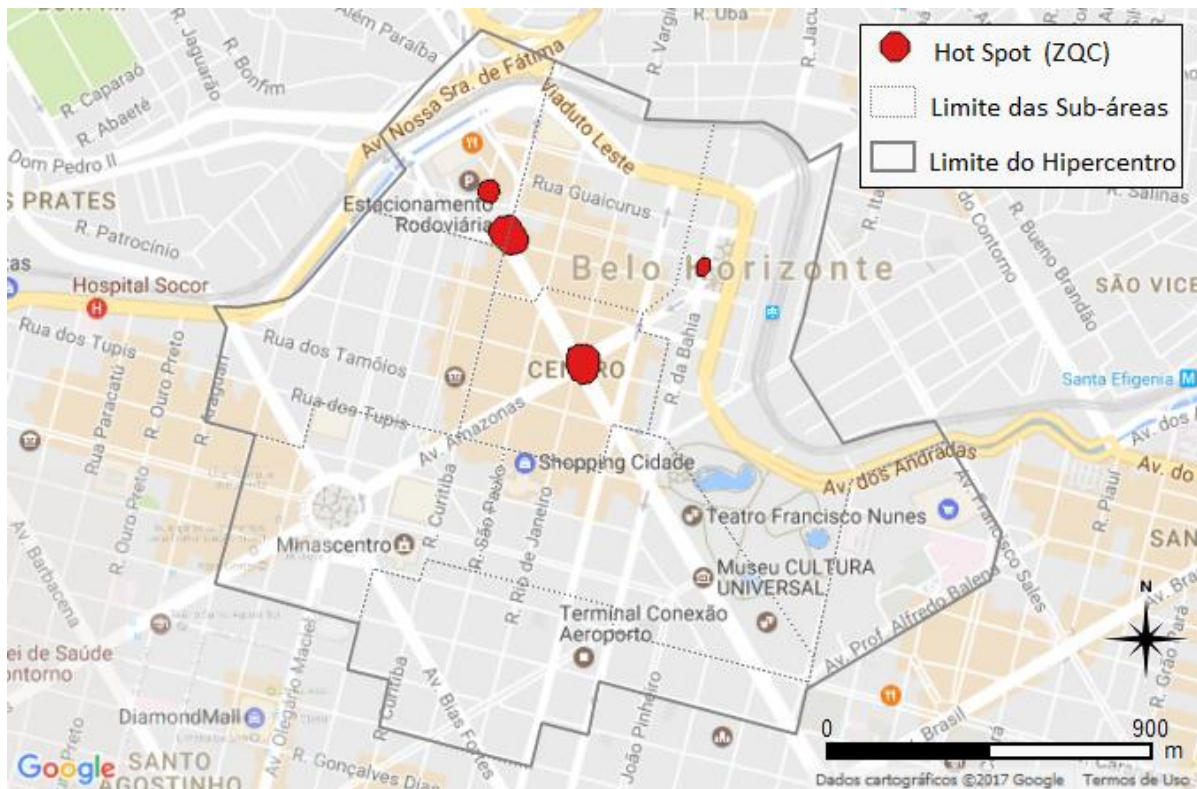
No ano seguinte, 2013, a enorme concentração de roubos sobre a Praça Raul Soares desaparece e há diminuição na densidade criminal na região da Praça da Estação e da Rodoviária. Entretanto, nota-se um pequeno aumento dos roubos nos quarteirões da Praça 7.

Mapa 34 - Mapa de calor do Hipercentro (2013)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

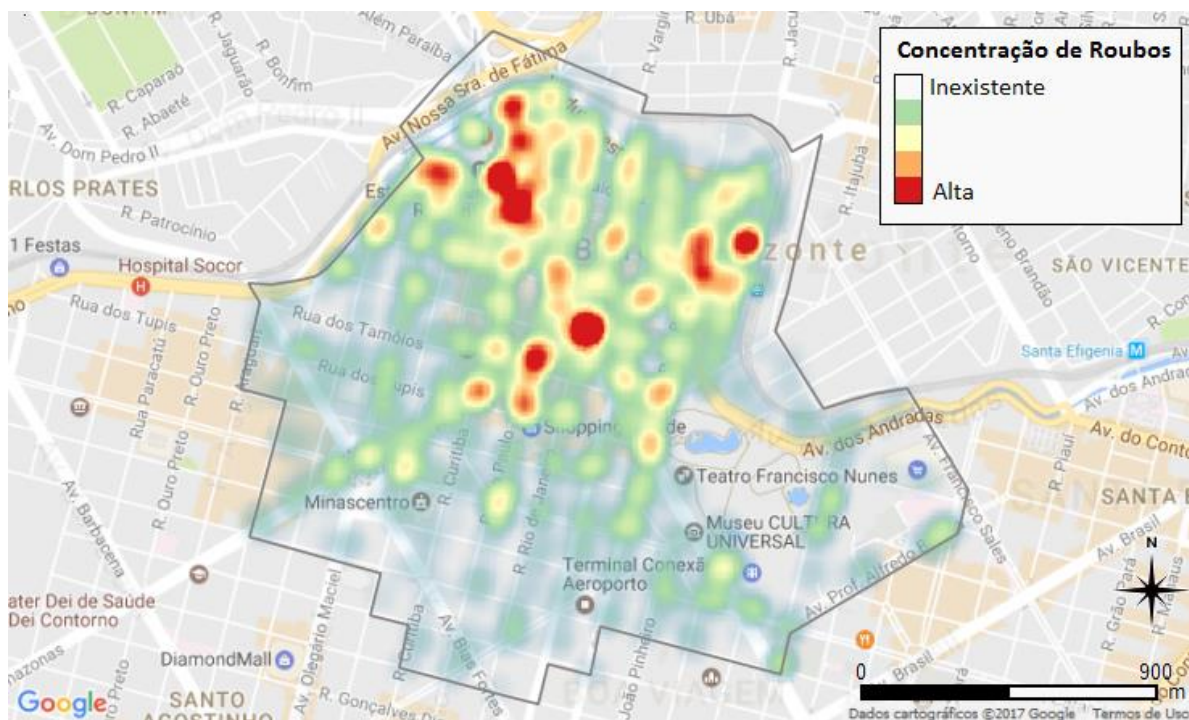
Mapa 35 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2013)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

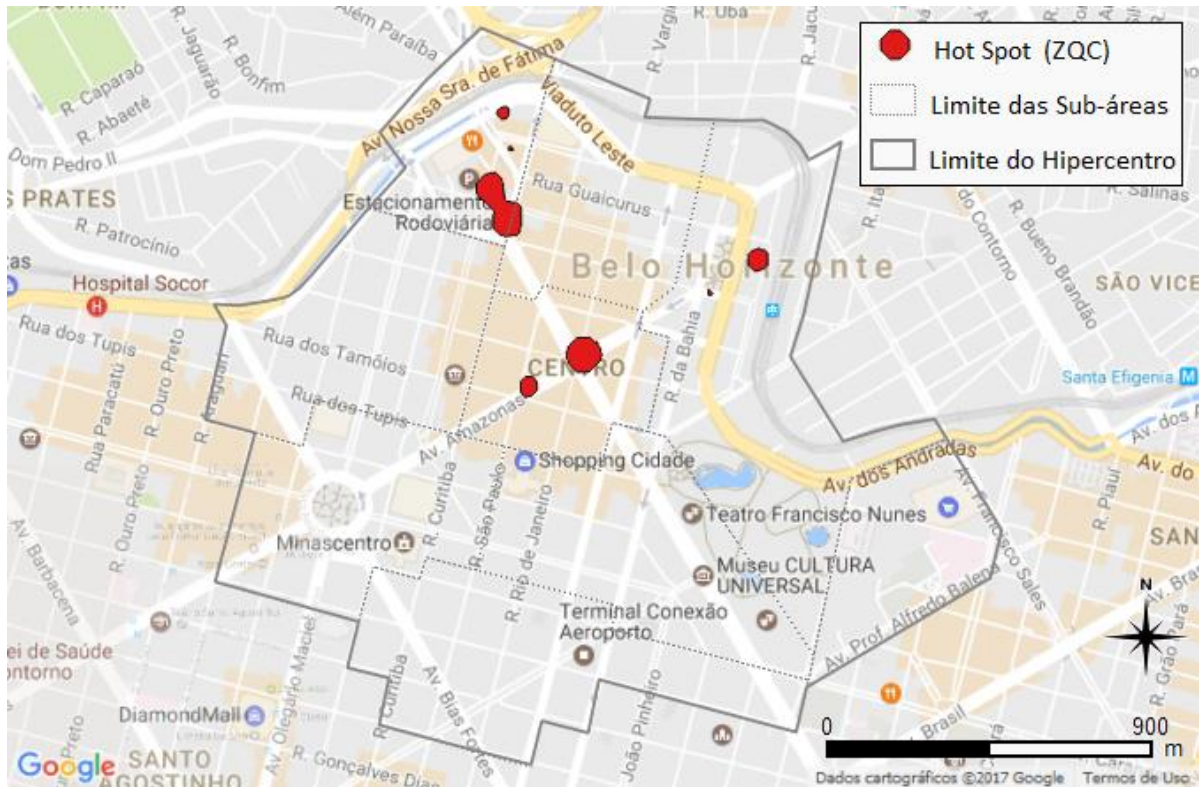
Em 2014, ocorre um leve aumento nas zonas quentes de criminalidade que haviam sido identificadas na Rodoviária, Praça Sete e Praça da Estação e pequenos *hot spots* se desenvolvem próximos a essas regiões.

Mapa 36 - Mapa de calor do Hipercentro (2014)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

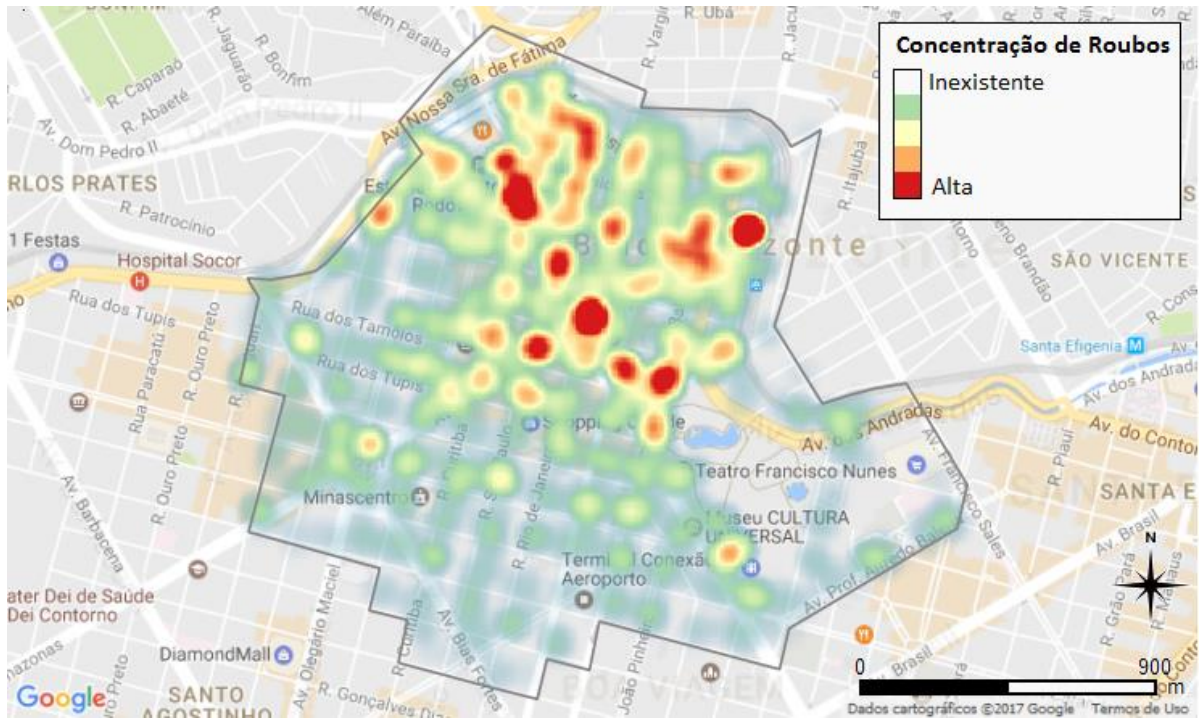
Mapa 37 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2014)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

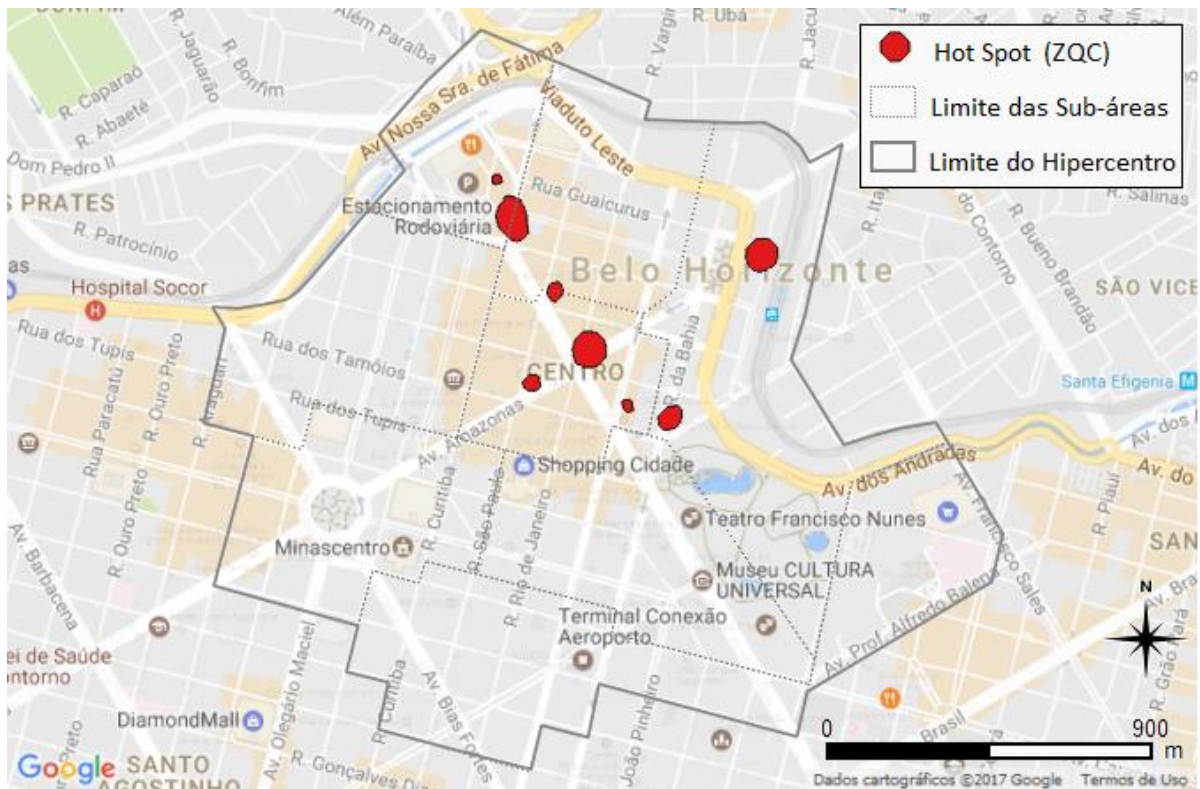
Durante o último ano de nosso recorte temporal, 2015, o mapa de calor revela que em relação ao ano anterior houve diminuição da zona quente de criminalidade na Rodoviária, mas que o mesmo não ocorreu na Praça da Estação, onde aumentou a concentração de roubos e nos quarteirões da Praça 7, onde a densidade criminal aumentou resultando na formação de mais dois *hot spots* ao seu redor. A concentração também aumentou ao longo da Avenida Afonso Pena próximo ao conjunto do Edifício Sulacap, fazendo resurgir uma zona quente na região.

Mapa 38 - Mapa de calor do Hipercentro (2015)



Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

Mapa 39 - Mapa de hot spots no Hipercentro (2015)

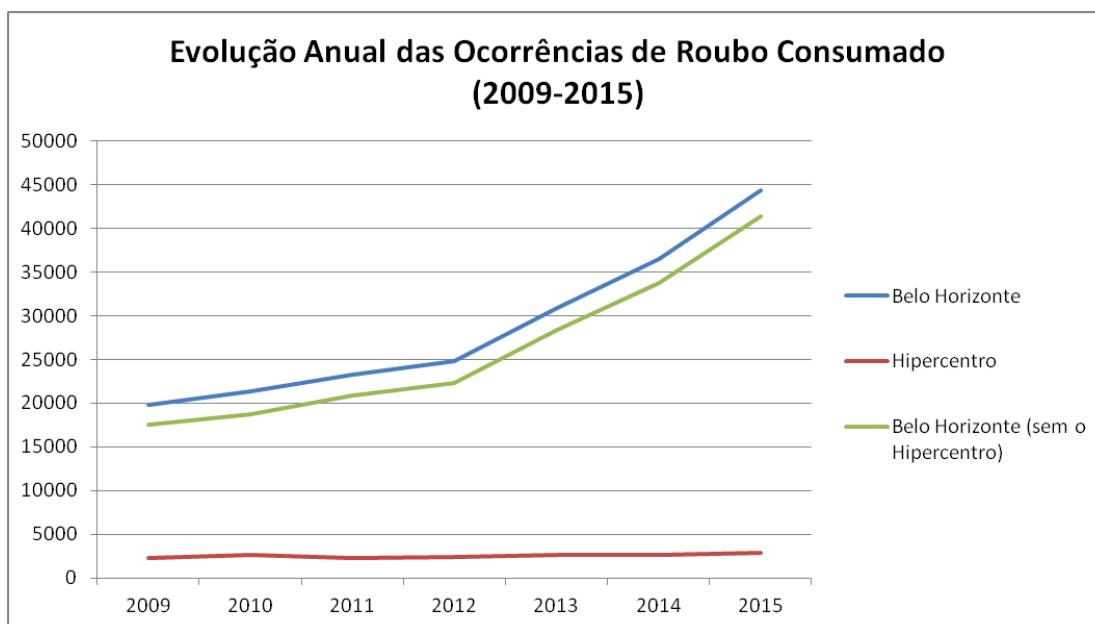


Fonte dos dados: CINDS | Base cartográfica: Google
Mapa: Elaborado pela autora

Em termos geral, do ano de 2009 ao ano de 2015, período posterior a realização das obras de requalificação do Programa Centro Vivo, o Hipercentro de Belo Horizonte apresentou distribuição espacial semelhante de roubos consumados entre os anos. A variação nas intensidades das densidades ao longo destes anos foi muito pequena em comparação as que ocorreram nos anos durante as obras e anteriores a elas.

Da mesma forma se comportaram as taxas relativas a este período (2009-2015). Conforme podemos visualizar no gráfico abaixo, após 2009, a linha representante do Hipercentro apresenta levíssimas flutuações, uma estabilidade inédita em relação a série, enquanto as demais linhas voltam a ascender atingindo elevações inéditas em 2014, o que nos induz a pensar que o conjunto de ações realizadas apenas na área hipercentral nos anos anteriores a 2009 impediram que a criminalidade regional voltasse a acompanhar a tendência municipal que crescia.

Gráfico 3 - Evolução anual das ocorrências de roubo consumado em Belo Horizonte e no Hipercentro (2009-2015)



Fonte dos dados: CINDS
Gráfico: Elaborado pela autora

Não podemos inferir que essa estabilização se deu apenas devido as ações do Programa Olho Vivo, pois, como já havíamos abordado, próximo ao período em que o Programa começou foram iniciadas importantes ações orientadas para o fortalecimento da Segurança Pública: aumento dos investimentos estaduais na PMMG em 2003, início das operações da Guarda Municipal em Janeiro de 2004, a implantação do Olho Vivo em

Dezembro de 2004 e a adoção do modelo IGESP em Abril de 2005 – medidas que provavelmente tiveram reflexos positivos sobre a contenção da criminalidade hipercentral.

Mas devemos lembrar que essas ações concomitantes as intervenções do Centro Vivo não se orientavam exclusivamente ao território do Hipercentro. Inicialmente, as câmeras do Olho Vivo foram instaladas no Hipercentro, no Barro Preto e na Savassi e, em 2007, em vários bairros da região Nordeste. Atualmente, são mais de 300 câmeras espalhadas por vários pontos de Belo Horizonte. As operações da Guarda Municipal são direcionadas por toda a capital em defesa dos bens, instalações e serviços do patrimônio público. E os investimentos na PMMG e a implantação do IGESP, por sua vez, contemplam todo o Estado de Minas Gerais.

O fato de essas medidas de segurança contemplarem toda a cidade e apenas o Hipercentro ter conseguido estabilizar a sua taxa de roubos consumados após 2009, nos leva a crer que o Programa Centro Vivo gerou um legado positivo que contribuiu muito para essa estabilização.

6. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário da maior parte das cidades brasileiras, Belo Horizonte foi completamente planejada antes de ter a sua construção iniciada. Cada um de seus espaços foi concebido para uma função específica de forma que se complementariam criando a cidade ideal. Porém, à medida que a capital mineira crescia, ela desenvolvia aspectos que não haviam sido previstos, que se distinguiam dos idealizados, e se assemelhavam àqueles presentes em muitas cidades que não haviam sido planejadas.

A região hipercentral que fora construída para ser um espaço belo e tranquilo – tendo sido pautado pelas máximas higienistas de segregação, eficiência e segurança –, ao final dos anos 90, tinha se transformado exatamente no contrário: uma área ocupada por diferentes parcelas da população, desorganizada e com elevadas taxas de crimes, principalmente crimes contra o patrimônio. Este desenvolvimento se relaciona as disposições urbanísticas da região, sobretudo ao uso que fora feito do solo, à localização escolhida para implantar os principais edifícios e serviços da capital, e à alta densidade de vias de acesso e artérias viárias que cortam e se cruzam no Hipercentro.

Direcionada à requalificação do Hipercentro, a Prefeitura de Belo Horizonte desenvolveu no início dos anos 2000 uma série de intervenções urbanísticas. Segundo as teorias abordadas ao longo desta dissertação, essas intervenções modificariam não apenas os aspectos físicos dos espaços públicos hipercentrais, como também a dinâmica social, o que incidiria sobre a criminalidade na região.

Baseados em nosso arcabouço teórico, realizamos uma análise dos roubos consumados no Hipercentro entre 1998 e 2015 e partimos da hipótese que os *hot spots* não se distribuíam por todo o território hipercentral, nem se comportavam de forma aleatória, mas se concentravam em determinadas regiões e manter-se-iam estáveis nos períodos em que não houveram intervenções no território; que a dinâmica criminal dos roubos modificaria após as intervenções do Centro Vivo; que os *hot spots* se reduziriam; que não haveria dispersão nem migração da criminalidade para as regiões adjacentes; e que a tendência ascendente da criminalidade no Hipercentro se enfraqueceria. Os resultados obtidos corroboraram com a hipótese.

Os mapas anuais de calor também mostraram que a maior parte do Hipercentro exibiu densidades baixas de roubos consumados durante o período analisado e que os *hot spots* apareceram em espaços que possuíam as mesmas características que foram identificadas pelo

corpo teórico como relacionadas positivamente com elevadas taxas criminais: áreas que haviam sido negligenciadas pelo poder público, cujas edificações e o mobiliário urbano encontravam-se em péssimo estado de conservação, com elevadas taxas de vacância e/ou subutilização dos imóveis, uso predominantemente comercial, grande fluxo de pedestres e veículos motorizados, concentração de pontos de transporte coletivo, presença de parcelas da população marginalizada, atividades ilegais e/ou prostituição e baixa vigilância.

Esta dissertação destacou a relevância que a atuação do Poder Público possui no controle dos espaços públicos dos grandes centros urbanos, reforçando a importância do envolvimento do nível público para um efetivo controle da criminalidade, especialmente quando se trata de um bairro em que o nível privado e paroquial são fracos (Bursik e Grasmick, 1993; Hunter, 1985), como mostramos ser o caso do Hipercentro. Outro ponto destacado diz respeito a relevância de se analisar os possíveis impactos do desenvolvimento de ações que modificam o planejamento urbano, tendo em vista a relação existente entre a organização do espaço público e as relações sociais.

A consideração dos resultados a luz do nosso arcabouço teórico indica que as requalificações urbanísticas podem ter um grande potencial como medidas para reforçar a Segurança Pública nos espaços urbanos centrais da capital. Logo, recomendamos que seja dada continuidade as ações do Programa Centro Vivo através da execução dos demais projetos que são previstos por ele e que seja realizada a conservação das obras concluídas. A pesquisa sobre esta temática deve ser aprofundada em estudos subsequentes com o intuito que possamos precisar as relações causais.

REFERÊNCIAS

ANGEL, Shlomo. **Discouraging crime through city planning**. University of California Institute of Urban & Regional Development, 1968.

BARCELLOS, Christovam de Castro et al. Organização espacial, saúde e qualidade de vida: análise espacial e uso de indicadores na avaliação de situações de saúde. **Informe epidemiológico do SUS**, v. 11, n. 3, p. 129-138, 2002.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva, história antiga e história média**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

BELLAIR, Paul E. Social interaction and community crime: Examining the importance of neighbor networks. **Criminology**, v. 35, n. 4, p. 677-704, 1997.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **BH Hipercentro: Pesquisa de uso e ocupação dos imóveis**. Belo Horizonte, 2003.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal de. **BH Centro: concurso nacional para reestruturação do centro de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: 1989.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal e BHTRANS. **PACE – Plano da Área Central de Belo Horizonte: resumo dos estudos e proposições**. Belo Horizonte: BHTRANS, 1999.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal de. **Os primeiros anos: A cidade do tédio**. <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=historia&tax=11825&lang=pt_BR&pg=5780&taxp=0>. Acesso em: 08 de novembro de 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal de. **Anos 40 e 50**. <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=historia&tax=11822&lang=pt_BR&pg=5780&taxp=0>. Acesso em: 09 de novembro de 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal de. **Anos 60 e 70**. Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=historia&tax=11823&lang=pt_BR&pg=5780&taxp=0 Acesso em: 10 de Novembro de 2015

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal de. **Obras e Infraestrutura: Centro Vivo**. Disponível em: <www.portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=politicaurbanas&lang=pt_BR&pg=5562&tax=16903> Acesso em: 17 mar. 2016.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal de. **Projetos**. Disponível em: www.pbh.gov.br/projetos.html. Acesso: 13 jun. 2016.

BICHLER, Gisela et al. **Examining Juvenile Delinquency within Activity Space: Building a Context for Offender Travel Patterns**. Sage Journals. Journal of Research in Crime and Delinquency, vol 48. 2011

BHTRANS. **Pesquisas de Contagem Volumétrica no Hipercentro**. 2006.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. TA, 1983.

BRANTINGHAM, Patricia L.; BRANTINGHAM, Paul J. Notes on the geometry of crime. **Environmental Criminology**, v. 1981, p. 27-54, 1981.

BRANTINGHAM, Patricia L.; BRANTINGHAM, Paul J. Nodes, paths and edges: Considerations on the complexity of crime and the physical environment. **Journal of Environmental Psychology**, v. 13, n. 1, p. 3-28, 1993.

BRUNTON-SMITH, Ian; JACKSON, Jonathan. Urban fear and its roots in place. In: **The Urban Fabric of Crime and Fear**. Springer Netherlands, 2011. p. 55-82.

BRUNTON- SMITH, Ian; STURGIS, Patrick. Do neighborhoods generate fear of crime? An empirical test using the British Crime Survey. **Criminology**, v. 49, n. 2, p. 331-369, 2011.

BURGESS, Ernest W. Can neighborhood work have a scientific basis? **The City**, p. 142-155, 1925.

BURGESS, Ernest W. **The growth of the city**: an introduction to a research project. Chicago University. 1925.

BURSIK JR, Robert J.; GRASMICK, Harold G. Economic deprivation and neighborhood crime rates, 1960-1980. **Law & Soc'y Rev.**, v. 27, p. 263, 1993.

CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas. Horizonte, SEBRAE/MG. **Diagnóstico**: Identificação do aspecto de segurança nas áreas comerciais das regiões administrativas de BH, s/d.

CIUDADANA, Fundación Paz. **Espacios urbanos seguros**: Recomendaciones de diseño y gestión comunitaria para la obtención de espacios urbanos seguros. Santiago: Fundación Paz Ciudadana for Ministerio del Interior and Ministerio de Vivienda y Urbanismo, 2003.

CLARKE, Ronald Victor Gemuseus; FELSON, Marcus (Ed.). **Routine activity and rational choice**. Transaction Publishers, 1993.

CLOWARD, Richard e OHLIN, Lloyd. Differential Opportunity and Delinquent Subcultures. **Deviant Behavior: A Text-Reader in the Sociology of Deviance**. Kelly, Delos H., ed. New York: St. Martin's Press, 1993.

COHEN, Lawrence E.; FELSON, Marcus. Social change and crime rate trends: A routine activity approach. **American Sociological Review**, 1979.

COHEN, Lawrence E.; FELSON, Marcus; LAND, Kenneth C. Property crime rates in the United States: A macrodynamic analysis, 1947-1977; with ex ante forecasts for the mid-1980s. **American journal of Sociology**, p. 90-118, 1980.

CORNISH, Derek B.; CLARKE, Ronald V. (Ed.). **The reasoning criminal**. Transaction Publishers, 2014.

COSTA, H. S. M. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: Roberto Luís de Melo Monte-Mór. (Org.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. 1 ed. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994, p.51-77.

CRISP. **A criminalidade na área do Hipercentro de Belo Horizonte**. UFMG. 2002.

CROW, Wayman J.; BULL, James L. **Robbery Deterrence: An Applied Behavioral Science Demonstration: Final Report**. La Jolla, CA: Western Behavioral Sciences Institute, 1975.

CROWE, Timothy D. **Crime prevention through environmental design: Applications of architectural design and space management concepts**. Butterworth-Heinemann, 2000.

DINIZ, A. M. **O fenômeno migratório da criminalidade face à implantação do projeto olho vivo no Centro de Belo Horizonte**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2011.

FELSON, Marcus. **Crime and Everyday Life**. Sage, 2010.

FELSON, Marcus. **Crime and Nature**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2006. Print.

FELSON, Marcus; CLARKE, Ronald V. **Opportunity makes the thief**. Police research series, paper, v. 98, 1998.

FIEMG. **A década de 1920: Crescimento e Progresso**. 2009.

FOUREAUX, R. **Redução da Criminalidade no Hipercentro de Belo Horizonte**. CRISP – UFMG. 2006.

FREITAS, Daniel M. **Aproximações entre arquitetura e urbanismo nas intervenções realizadas no hipercentro de Belo Horizonte**. UFMG. 2006

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Pesquisa de Origem e Destino**. Belo Horizonte, 1982-1992.

GALDINO, R. Desleixado, Centro de BH está longe de ser cartão de visitas. **Hoje em Dia**, Belo Horizonte. 04 nov. 2013.

GERAIS. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte. 29 jul. 2003.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 1997.

GUEST, Avery M. et al. Neighborhood context and neighboring ties. **City & community**, v. 5, n. 4, p. 363-385, 2006.

HILLIER, Bill; SAHBAZ, Ozlem. Un acercamiento basado en evidencias reales sobre crimen y diseño urbano. **Revista INVI**, v. 23, n. 64, 2009.

HINDELANG, Michael J.; GOTTFREDSON, Michael R.; GAROFALO, James. **Victims of personal crime: An empirical foundation for a theory of personal victimization**. Cambridge, MA: Ballinger, 1978.

HOLLIS, Meghan E.; FELSON, Marcus; WELSH, Brandon C. The capable guardian in routine activities theory: A theoretical and conceptual reappraisal. **Crime Prevention & Community Safety**, v. 15, n. 1, p. 65-79, 2013.

HORIZONTES, Instituto. **Plano Estratégico da Grande Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2005.

HUNTER, Albert. Private, parochial and public social orders: The problem of crime and incivility in urban communities. **The challenge of social control: Citizenship and institution building in modern society**, p. 230-242, 1985.

IGLÉSIAS, Francisco; PAULA, João A. de. **Memória da economia da cidade de Belo Horizonte: BH 90 anos**. Belo Horizonte: BMG, s/d, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Banco de dados dos Censos: 1970, 1980, 1990 e 2000**. Brasil.

JACKSON, Jonathan. Revisiting risk sensitivity in the fear of crime. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 48, n. 4, p. 513-537, 2011.

JACOBS, Jane. **The death and life of great American cities**. Vintage, 1961.

JEFFERY, C. Ray. **Crime prevention through environmental design**. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1977.

KELLING, George L.; COLES, Catherine M. **Fixing broken windows: Restoring order and reducing crime in our communities**. Simon and Schuster, 1997.

KELLING, George L.; WILSON, James. **Broken Windows: the police and neighborhood safety**. The Atlantic. Washington, DC., 1982.

KUBRIN, Charis E.; WEITZER, Ronald. New directions in social disorganization theory. **Journal of research in crime and delinquency**, v. 40, n. 4, p. 374-402, 2003.

LEMOS, Celina Borges. **Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte**. FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, MG, 1988.

LEVINE, Ned; WACHS, Martin; SHIRAZI, Elham. Crime at bus stops: A study of environmental factors. **Journal of Architectural and Planning Research**, p. 339-361, 1986.

LISKA, Allen E.; WARNER, Barbara D. Functions of crime: A paradoxical process. **American Journal of Sociology**, p. 1441-1463, 1991.

LOUKAITOU-SIDERIS, Anastasia et al. Measuring the effects of built environment on bus stop crime. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 28, n. 2, p. 255-280, 2001.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **O significado do botequim**. Kowarick L, organizador. Cidade: usos & abusos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

MARKOWITZ, Fred E. et al. Extending social disorganization theory: Modeling the relationships between cohesion, disorder, and fear. **Criminology**, v. 39, n. 2, p. 293-319, 2001.

MCKENZIE, Roderick D. The ecological approach to the study of the human community. **American Journal of Sociology**, p. 287-301, 1924.

NASCIMENTO, Alexandra. **Notas sobre memória, identidade e patrimônio na gestão contemporânea: O Programa "Centro Vivo" no Hipercentro de Belo Horizonte**. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. 2013.

NEWMAN, Oscar. **Defensible Space**. New York: Macmillan, 1972.

PARK, Robert E. **The city**: Suggestions for the investigation of human behavior in the city environment. **The American Journal of Sociology**, v. 20, n. 5, p. 577-612, 1915.

PARK, Robert E. **The Human Ecology**. **American Journal of Sociology** 1936.

PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W.; MCKENZIE, Roderick Duncan. **The city**. University of Chicago Press, 1984.

PBH. **Belo Horizonte – Minas Gerais**, Brasil. PBH. s/d.

PBH. BH - Centro – **Termo de referência**. Belo Horizonte. 1989.

PBH. **Centro Vivo**. Disponível em: www.pbh.gov.br/projetos.html. Acesso: 13 jun. 2016.

PBH/PRÁXIS. **Plano de reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2007.

PEARLSTEIN, Adele; WACHS, Martin. Crime in public transit systems: An environmental design perspective. **Transportation**, v. 11, n. 3, p. 277-297, 1982.

PETERSON, Ruth D.; KRIVO, Lauren J. **Divergent social worlds: Neighborhood crime and the racial-spatial divide**. Russell Sage Foundation, 2010.

PIERCE, Glenn L.; SPAAR, Susan; BRIGGS, LeBaron R. **The character of police work: Strategic and tactical implications**. Center for Applied Social Research, Northeastern University, 1988.

PLAMBEL, Belo Horizonte. **O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970**. Belo Horizonte, v. 134, 1979.

PLAMBEL. **Estudo de viabilidade técnica e econômica do Projeto da Área Central – PACE**. Belo Horizonte, s/d.

PLAMBEL. **Programa para Aumento da Capacidade Operacional de Transporte e Trânsito da Área Central de Belo Horizonte: Projeto da Área Central – PACE**. Belo Horizonte, 1980.

RAMEY, David M.; SHRIDER, Emily A. New parochialism, sources of community investment, and the control of street crime. **Criminology & Public Policy**, v. 13, n. 2, 2014.

RATCLIFF, Jerry H. A Temporal Constraint Theory to Explain Opportunity-Based Spatial Offending Patterns. Sage Journals. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, 2006.

RAU, Macarena et al. Prevención del crimen mediante el diseño ambiental en Latinoamérica. Un llamado de acción ambiental comunitaria. In: **Ciudad y seguridad en América Latina**. FLACSO, 2005. p. 85-105.

REISS, Albert e RHODES, Albert. The Distribution of Juvenile Delinquency in the Social Class Structure. **American Sociological Review**, 1961.

REYNALD, Danielle M. Factors associated with the guardianship of places. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 48, n. 1, p. 110-142, 2011.

RONCEK, Dennis W. Dangerous places: Crime and residential environment. **Social Forces**, v. 60, n. 1, p. 74-96, 1981.

SAMPSON, Robert J. **Great American city: Chicago and the enduring neighborhood effect**. University of Chicago Press, 2012.

SAMPSON, Robert J.; GROVES, W. Byron. Community structure and crime: Testing social-disorganization theory. **American journal of sociology**, p. 774-802, 1989.

SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen W. Systematic social observation of public spaces: A new look at disorder in urban Neighborhoods 1. **American journal of sociology**, v. 105, n. 3, p. 603-651, 1999.

SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen W.; EARLS, Felton. Neighborhoods and violent crime: A multilevel study of collective efficacy. **Science**, v. 277, n. 5328, p. 918-924, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. Brasiliense, 1983.

SHERMAN, Lawrence W.; GARTIN, Patrick R.; BUERGER, Michael E. Hot spots of predatory crime: Routine activities and the criminology of place. **Criminology**, v. 27, n. 1, p. 27-56, 1989.

SILVA, Luiz Roberto da. **Doce dossiê de BH**. Escriba Editora, Belo horizonte, 1998.

SMITH, William R.; FRAZEE, Sharon Glave; DAVISON, Elizabeth L. Furthering the integration of routine activity and social disorganization theories: Small units of analysis and the study of street robbery as a diffusion process. **Criminology**, v. 38, n. 2, p. 489-524, 2000.

SKOGAN, Wesley G. Communities, crime, and neighborhood organization. **Crime & Delinquency**, v. 35, n. 3, p. 437-457, 1989.

SHAW, Clifford Robe; MCKAY, Henry Donald. **Juvenile delinquency and urban areas: A study of rates of delinquents in relation to differential characteristics of local communities in American cities**. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

SKOGAN, Wesley G.; MAXFIELD, Michael G. **Coping with Crime**. Beverly Hills. **Cal.: Sage**, 1981.

SOUZA, José M.. CARNEIRO, Ricardo. “O Hipercentro de Belo Horizonte: conformação espacial e transformações recentes”. In: **Anuário Estatístico de Belo Horizonte**, 2003.

SPELMAN, William. Criminal careers of public places. **Crime and place**, v. 4, p. 115-144, 1995.

SUS. **Índice de vulnerabilidade da saúde**: 2003. Prefeitura de Belo Horizonte. 2003.

TAYLOR, Ralph B. et al. Street Blocks with more Nonresidential Land Use. **Urban Affairs Review**, v. 31, n. 1, p. 120-136, 1995.

TRIPLETT, Ruth A.; GAINNEY, Randy R.; SUN, Ivan Y. Institutional strength, social control and neighborhood crime rates. **Theoretical criminology**, v. 7, n. 4, p. 439-467, 2003.

WANDERSMAN, Abraham et al. Who participates, who does not, and why? An analysis of voluntary neighborhood organizations in the United States and Israel. In: **Sociological Forum**. Kluwer Academic Publishers, 1987. p. 534-555.

WEISBURD, David et al. Trajectories of crime at places: A longitudinal study of street segments in the city of Seattle. **Criminology**, v. 42, n. 2, p. 283-322, 2004.

WEISBURD, David; ECK, John E. What can police do to reduce crime, disorder, and fear?. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 593, n. 1, p. 42-65, 2004.

WEISBURD, David; GROFF, Elizabeth R.; YANG, Sue-Ming. **The criminology of place: Street segments and our understanding of the crime problem**. Oxford University Press, 2012.

WEKERLE, Gerda R.; WHITZMAN, Carolyn. **Safe cities: Guidelines for planning, design, and management**. Van Nostrand Reinhold Company, 1995.

WILCOX, Pamela; LAND, Kenneth C.; HUNT, Scott A. **Criminal circumstance: A dynamic multi-contextual criminal opportunity theory**. Transaction Publishers, 2003.

WILSON, James. **Thinking about crime**. Basic Books, 2013.

WOOD, Elizabeth. Housing design: A social theory. **Ekistics**, v. 12, n. 74, p. 383-392, 1961.

WYANT, Brian R. Multilevel impacts of perceived incivilities and perceptions of crime risk on fear of crime isolating endogenous impacts. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 45, n. 1, p. 39-64, 2008.

VELOSO. Belo Horizonte completou 50 anos. In: **Revista Social Trabalhista**: Edição especial comemorativa do cinquentenário de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1947

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VILELA, Nice Marçal. **Hipercentro de Belo Horizonte**: movimentos e transformações espaciais recentes. 2006.